Estratégia
CONCURSOS

Aul

Conhecimentos Gerais p/ PM-MS (Soldado) Com Videoaulas - 2019

Professor: Leandro Signori, Matheus Signori (Equipe Leandro Signori)

AULA 00 – Economia Brasileira

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no próximo concurso da **POLÍCIA MILITAR DO MATO GROSSO DO SUL** para o cargo de **SOLDADO**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e Geografia.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Atualidades é uma disciplina que deve ser estudada como as demais, fazendo um curso preparatório, compreendendo a teoria e resolvendo centenas de questões da matéria.

Digo isso, porque muitos concurseiros pensam que para estar preparado para a prova de Atualidades é só acompanhar o noticiário, ler jornais e revistas. Ledo engano! No momento da prova, percebem o quanto estavam errados.

Uma boa preparação na disciplina começa por conhecer o contexto, os conceitos e as vinculações históricas de temas relevantes que conformam o complexo mundo em que vivemos. No nosso curso, vamos trazer estes temas e lhe ensinar nesse enfoque pedagógico.

Atualidades também não é o show do milhão ... 😃 ... em que o candidato tem que saber de tudo, ser uma enciclopédia ambulante. Embora a disciplina seja vasta, há um grupo de assuntos que comumente são cobrados nas provas.

– E o que fazemos no curso?

– Ora! Com a experiência que temos, selecionamos os assuntos contextuais e factuais que as bancas gostam de cobrar na prova.

Dessa forma, **ao final do curso, você terá o suporte intelectual necessário para alcançar um excelente desempenho em Atualidades, na hora da prova.**

O curso será de teoria e exercícios, no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital do concurso anterior:

ATUALIDADES: Tópicos relevantes e atuais dos acontecimentos da realidade brasileira nas áreas social, econômica, saúde, educação, cultura (literatura, cinema, música, artes visuais), segurança pública, violência, política, meio ambiente (aquecimento global e catástrofes naturais), habitação, ciência e tecnologia, transporte e direitos humanos.

Ao todo serão quatro aulas, incluindo esta aula demonstrativa, cuja estrutura é a seguinte:

Aula	Conteúdo Programático
00	Economia Brasileira
01	Política e Sociedade Brasileira - I
02	Política e Sociedade Brasileira – II
03	Ecologia e Desenvolvimento Sustentável

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de **200 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.**

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, as vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem esquecer dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea, manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo, tem um link, onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso, enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

Sigam-me nas redes sociais:



leandrosignoriatualidades



Leandro Signori



profleandrosignori

Sumário

1 - PIB 6
2 - Contas Públicas 8
3 - Inflação 9
4 - Juros 12
5 - Taxa de Câmbio 13
6 - Balança Comercial 13
7 - Classificação de Risco de Crédito 14
8 - Indústria 16
9 - Agropecuária e Agronegócio 18
10 - Infraestrutura e Logística 21
10.1 Matriz de Transporte 22
10.1.1 Transporte Intermodal 24
10.1.2 Concessões 27
10.2 Matriz Energética 28
11 - Reforma da Previdência 41
12 - Reforma Trabalhista 42
13 – Resumo 45
14 – Questões comentadas 52
15 – Lista de questões 87
16 – Gabarito 105

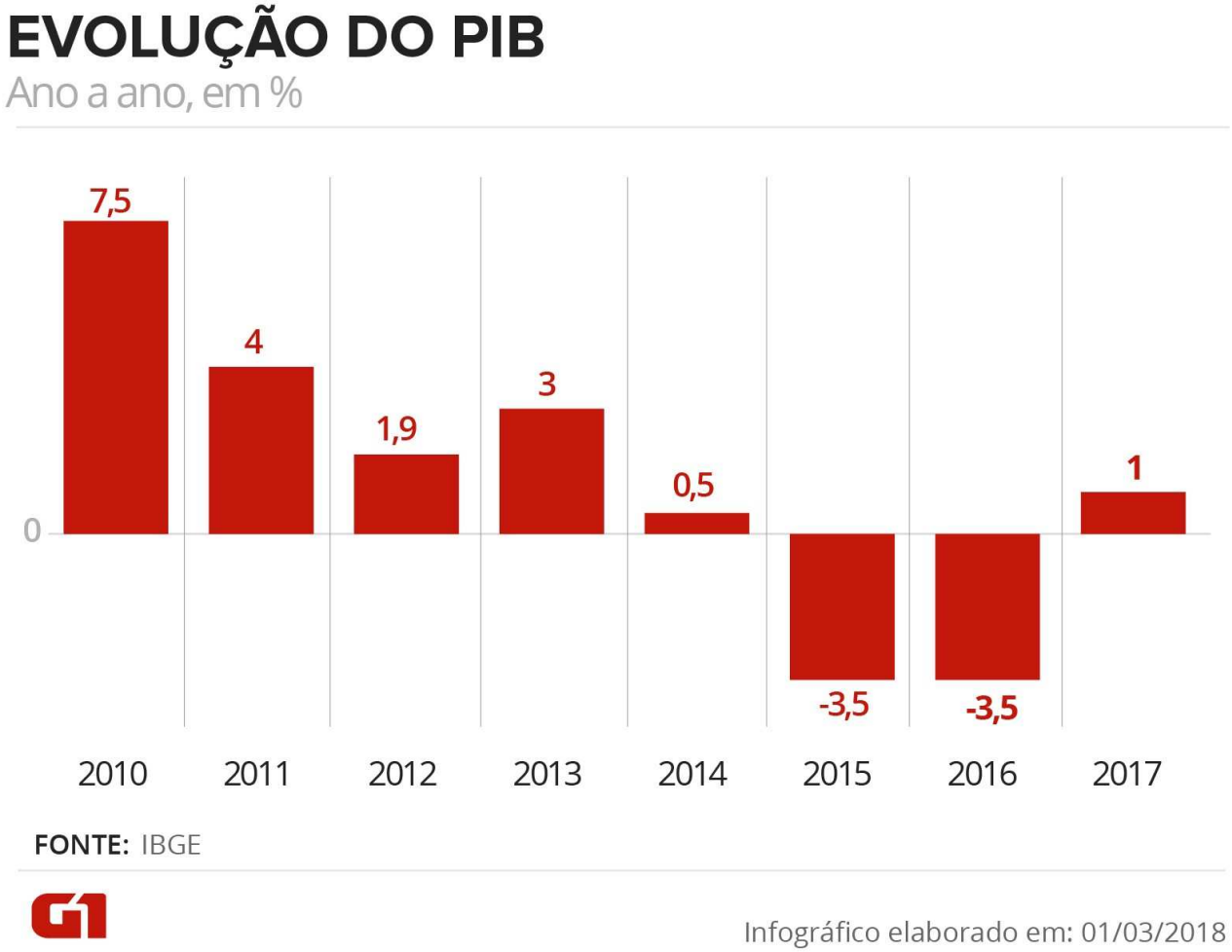


1 - PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) mede o tamanho de uma economia, seja a de um país, de uma região, de um mercado comum ou município. Ele representa a soma de todas as riquezas produzidas, e um crescimento zero no ano significa que elas se mantiveram no mesmo nível do período anterior. Entre os principais pontos que fazem uma economia crescer estão seu poder de produzir e de vender, que precisa manter-se em expansão; a renda e o consumo da população; e a capacidade de gerar ou atrair recursos.

O setor com maior participação na composição da riqueza nacional é o de **serviços**, que representa aproximadamente **73,3% do PIB**. Em seguida, vem o setor industrial, com cerca de 21,2%, e a agropecuária, com aproximadamente 5,5%.

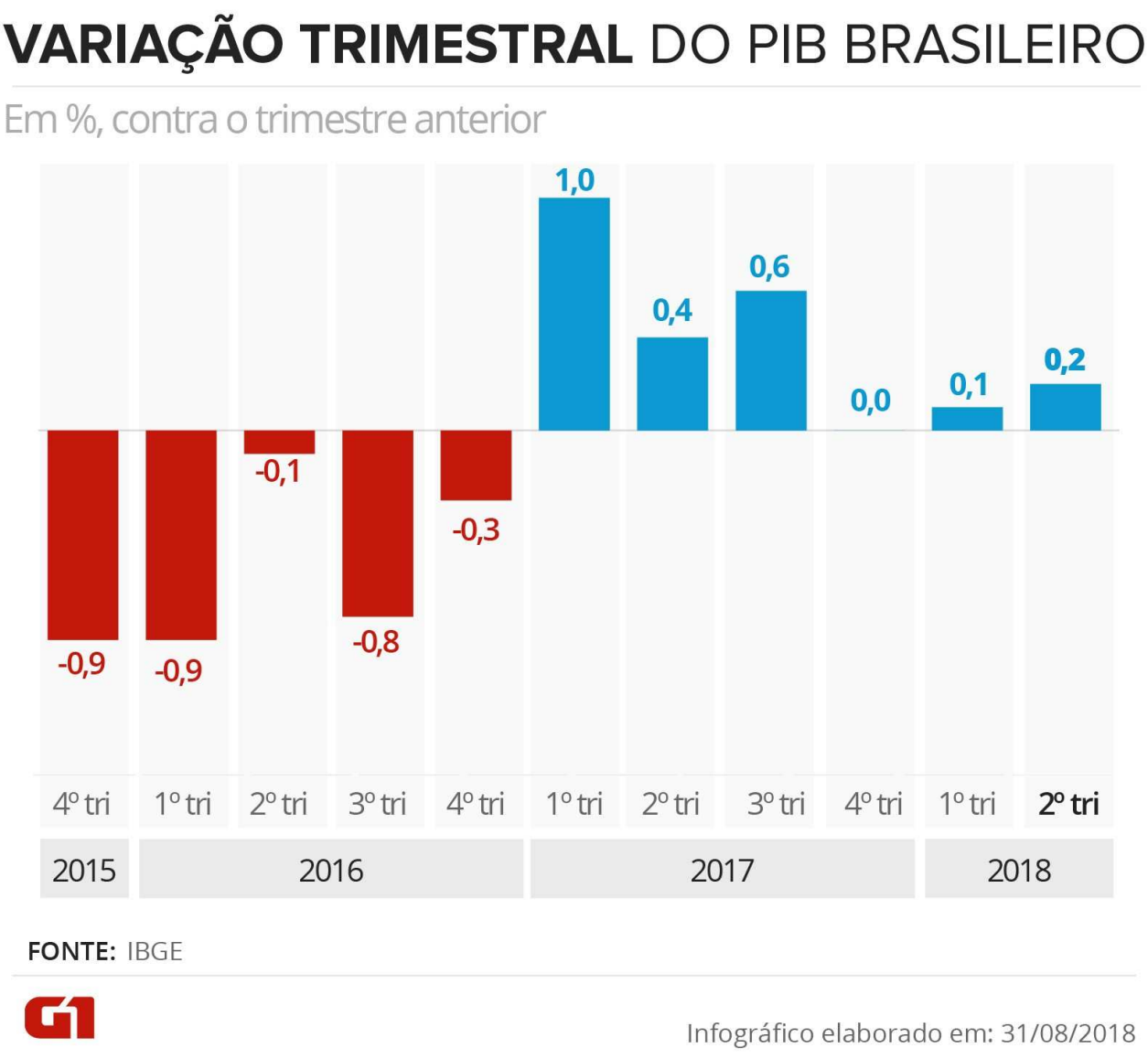
O PIB brasileiro cresceu negativamente nos anos de 2015 e 2016. Em 2015, a retração foi de 3,8%. Em 2016, a retração foi de 3,6%. Os dois anos seguidos de queda do PIB configuram a maior **recessão** já enfrentada pelo Brasil desde que começaram a ser compilados os dados de crescimento do PIB. Em 2017, o PIB cresceu 1%, deixando a recessão definitivamente para trás.



O que sustentou o crescimento da economia em2017 foi a agropecuária, que avançou 13%. Favorecida pelo clima, a safra agrícola cresceu 29,5% na comparação com 2016, com um recorde de 240,6 milhões de toneladas. Destacaram-se as safras recordes de milho, com um aumento de 55,2%, e a de soja, com um crescimento de 19,4%.

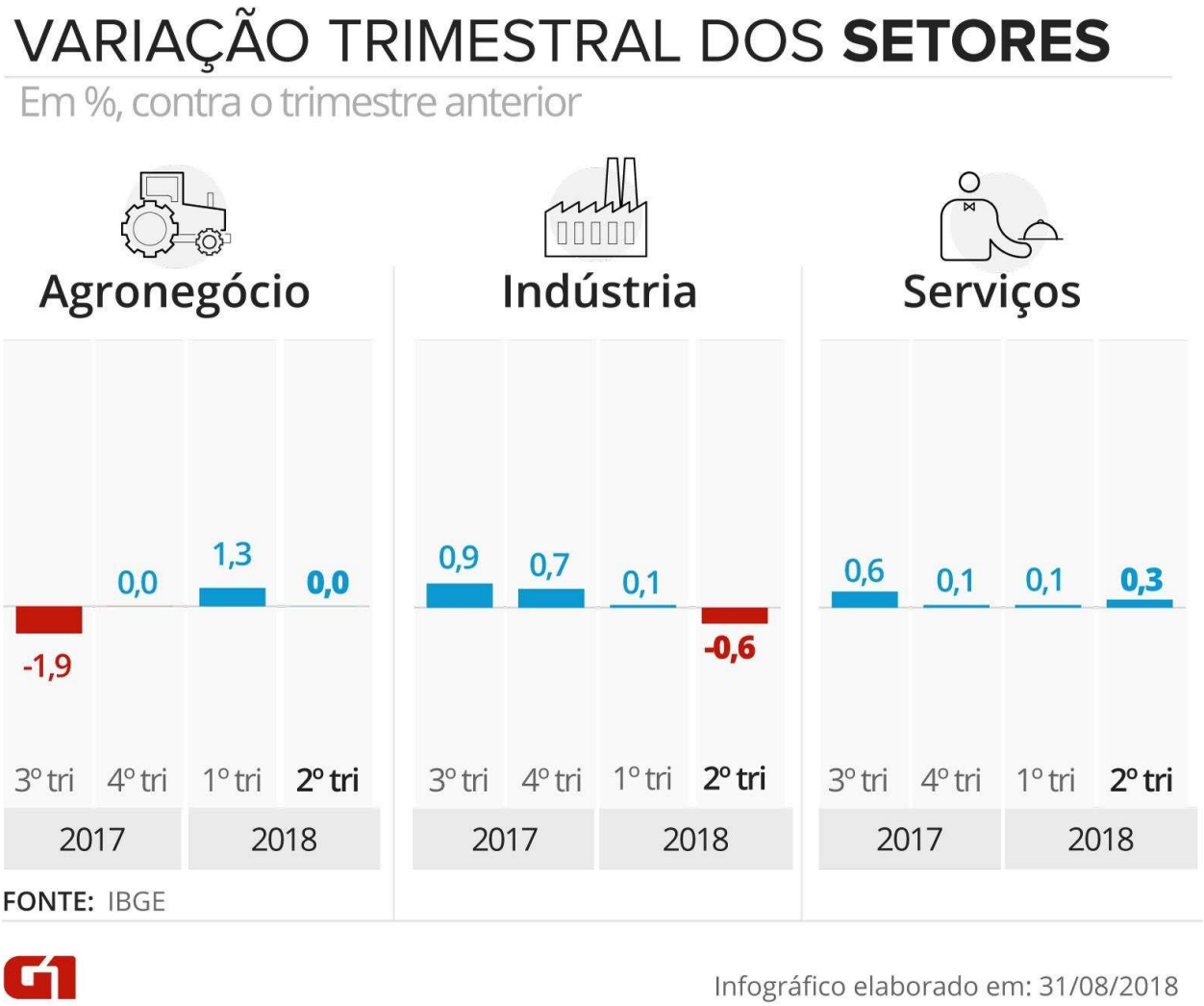
O setor de serviços também se recuperou, com avanço de 0,3% no ano. Esse setor foi beneficiado pela expansão do consumo das famílias brasileiras, que voltaram a gastar. O comércio cresceu 1,8%, seguido por atividades imobiliárias (1,1%) e pelos transportes.

A indústria brasileira ficou estagnada, após três anos consecutivos de queda. A última vez que o setor apresentou avanço no PIB foi em 2013, quando cresceu 2,2%.



Já no segundo trimestre de 2018, o PIB cresceu 0,2% em comparação com o trimestre anterior. O resultado foi sustentado pelo setor de serviços e pressionado por forte queda da indústria e dos investimentos, reforçando a leitura de perda de ritmo e recuperação ainda mais lenta da economia brasileira. É mais um indicativo da lenta recuperação da atividade econômica no Brasil.

No primeiro trimestre, o PIB também não cresceu quase nada, apenas 0,1%. Nesse trimestre o crescimento foi puxado pela agropecuária, que cresceu 1,3%. Esse crescimento não se repetiu no 2º trimestre, pois, os primeiros três meses do ano são o período da safra de grãos no Brasil. Os trimestres subsequentes são de entressafra.



De acordo com Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a **greve dos caminhoneiros** teve forte influência no resultado do PIB do 2º trimestre, mas não foi o único motivo. Ela destacou que dentre o somatório de fatores que frearam a economia no trimestre está o dólar mais alto, a queda acentuada dos investimentos, bem como a incerteza política diante da expectativa a eleitoral.

2 - CONTAS PÚBLICAS

Os governos trabalham para, ao final do ano fiscal, alcançarem um resultado primário positivo. O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo do

cálculo os ganhos e gastos com juros – ou seja, sem contar o que a União paga por empréstimos que contraiu no mercado e o que recebe pelo dinheiro que emprestou (financiamentos à agricultura, a estudantes, a microempresas etc.).

A maior parte da receita primária é arrecadada com impostos. Por sua vez, as despesas incluem gastos com aposentadorias, benefícios sociais, salários dos servidores, obras de infraestrutura e funcionamento dos serviços públicos em geral (hospitais, universidades, embaixadas etc.).

O principal objetivo de ter saldo positivo (superávit primário) é pagar juros da dívida pública, evitando seu crescimento descontrolado. Quando isso acontece, aumenta a desconfiança dos credores quanto ao pagamento futuro da dívida, levando a uma alta dos juros cobrados para financiar o Estado e criando um ciclo insustentável no longo prazo.

Além disso, a busca do superávit contribui para manter a inflação baixa ao limitar os gastos públicos. Quanto mais o governo consome bens e serviços, mais pressiona os preços para cima.

Nos últimos quatro anos (2014, 2015, 2016 e 2017), o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) fechou as contas públicas com um déficit primário. Em 2017, o déficit foi de R$ 124,401 bilhões, o que representa 1,9% do PIB. O déficit ficou abaixo do projetado de R$ 159 bilhões, estabelecido após revisão orçamentária aprovada pelo Legislativo. Para 2018, o Congresso Nacional autorizou o Governo Federal a fechar as contas públicas com déficit de R$ 159 bilhões.

Na tentativa de reverter os déficits fiscais, o Governo Federal vem implementando um **ajuste fiscal** com medidas que visam aumentar a arrecadação e cortar gastos públicos. São medidas que **aumentam impostos, diminuem o subsídio a políticas sociais e ao setor produtivo e reduzem despesas governamentais**.

Além da União, a maioria dos estados brasileiros está em uma situação fiscal difícil. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os estados com maiores dificuldades financeiras. Os três decretaram estado de calamidade financeira.

Com a crise econômica do Brasil, a arrecadação dos estados também diminuiu. Os governos estaduais apontam como uma das causas da crise o pesado pagamento mensal da dívida com a União. No entanto, estudo do Ministério da Fazenda conclui que o principal fator para o desequilíbrio do caixa dos estados são as despesas com pessoal e não o pagamento da dívida com a União.

3 - INFLAÇÃO

Inflação é a elevação dos preços de produtos e serviços que resulta na diminuição do valor de compra do dinheiro. A inflação sempre existiu, mesmo com índices muito pequenos. Quando o indicador é negativo, chama-se **deflação**.

Uma inflação elevada e contínua desorganiza a economia ao alterar o valor do dinheiro, elemento central do sistema econômico. A inflação atinge mais duramente quem não possui formas fáceis para corrigir seus ganhos, como os assalariados.

A principal causa para a inflação é a chamada demanda, que significa a procura por bens e serviços. Por exemplo, se muita gente quer comprar um artigo e não tem para todos, o preço aumenta. É a lei da oferta e da procura. É o que ocorre com frutas e legumes fora da estação (na entressafra).

O tormento da inflação incomodou durante muito tempo a vida nacional. O Brasil viveu uma situação de inflação em alta no decorrer da década de 1980, até desaguar numa **hiperinflação** acima de 900% ao ano a partir de 1988. Isso significa que os preços estavam se multiplicando mais de dez vezes a cada período de 12 meses.

Cinco planos econômicos foram implementados no decurso de oito anos. No mesmo período, o Brasil trocou cinco vezes de moeda, já que as cédulas perdiam o valor muito rapidamente. A inflação chegou a 2.477% em 1993, o que significa que os preços se multiplicaram por 25 durante aquele ano. O Plano Real, em julho de 1994, derrubou a taxa de inflação. Desde então, sua variação acontece em patamares reduzidos.

O Brasil adota o regime de **metas anuais de inflação**, estabelecidas pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Esse sistema prevê que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar dentro de um limite de tolerância; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.

O governo estabelece, para cada ano, uma meta de inflação, que é uma taxa fixa que deve ser buscada. A partir desse número, é estabelecida uma faixa de tolerância, ou seja, quanto a inflação real pode variar acima ou abaixo dessa meta.

O sistema de metas foi adotado como segurança para evitar o risco da hiperinflação, que atingiu o país nas décadas de 1980 e 1990 e só foi freada com o Plano Real em 1994.

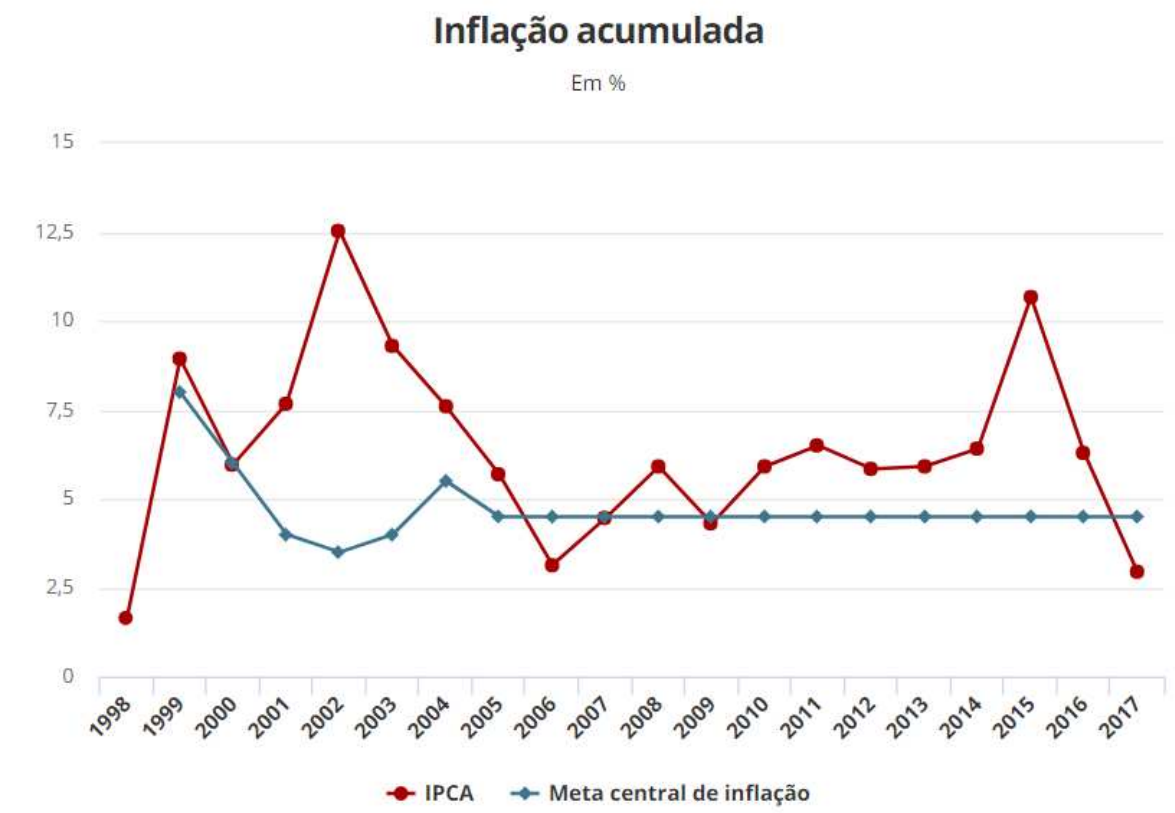
Quem deve cumprir a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional é o Banco Central (BC), que, para isso, adota várias políticas, entre as quais o controle da taxa básica de juros. O CMN é formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

O principal mecanismo para manter a inflação sob controle no Brasil é a taxa de juros. Toda vez que os preços sobem acima do nível esperado, o Banco Central intervém com a elevação da taxa Selic. Isso faz o crédito ficar mais caro, e incentiva as pessoas e as empresas a gastarem menos. Se todos gastam menos, a tendência é que os preços também subam menos.

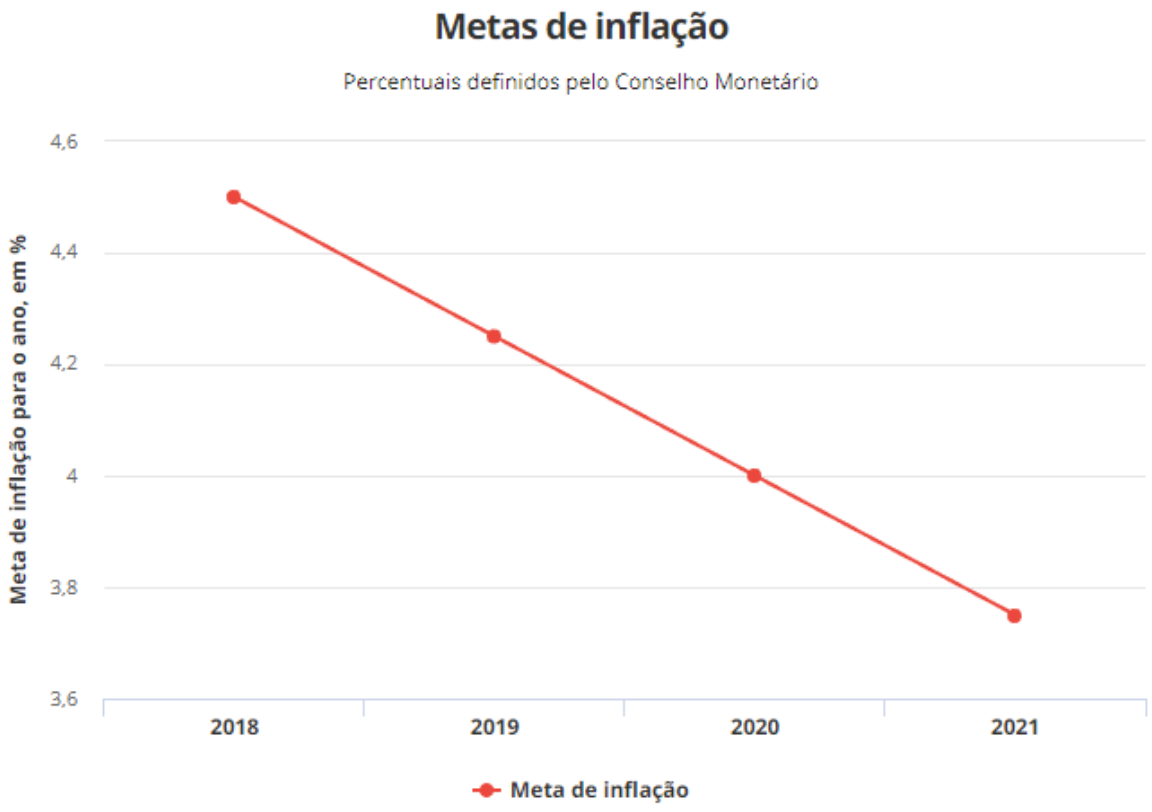
A meta oficial para os anos de 2017 e 2018 é de **4,5% ao ano, podendo variar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 6,0% a 3,0%.** Para 2019, a meta central de inflação será de 4,25%, para 2020 será de 4% e para 2021 será de 3,75%, todas com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

No período de 2010 a 2016, o centro da meta foi de 4,5%, o piso da meta foi de 2,5% e o teto da meta foi de 6,5%. De 2010 a 2014, a inflação superou o centro da meta ficando mais próxima do teto da meta. Em 2015, a inflação foi de 10,67% estourando o teto da meta. Em 2016, foi de 6,29% abaixo do teto da meta, mas distante do centro da meta.

Em 2017, a inflação caiu drasticamente, ficando em 2,95%, abaixo do piso da meta fixada pelo governo, de 3%. É a primeira vez que isso acontece desde que o regime de metas foi implantado no país, em 1999. Segundo o IBGE, o que pesou para que a inflação ficasse abaixo da meta foi o preço dos alimentos e bebidas, que tiveram variação negativa em 2017.



Fonte: IBGE e Banco Central / Obs.: As metas de 2003 e 2004 foram alteradas durante o ano



4 - JUROS

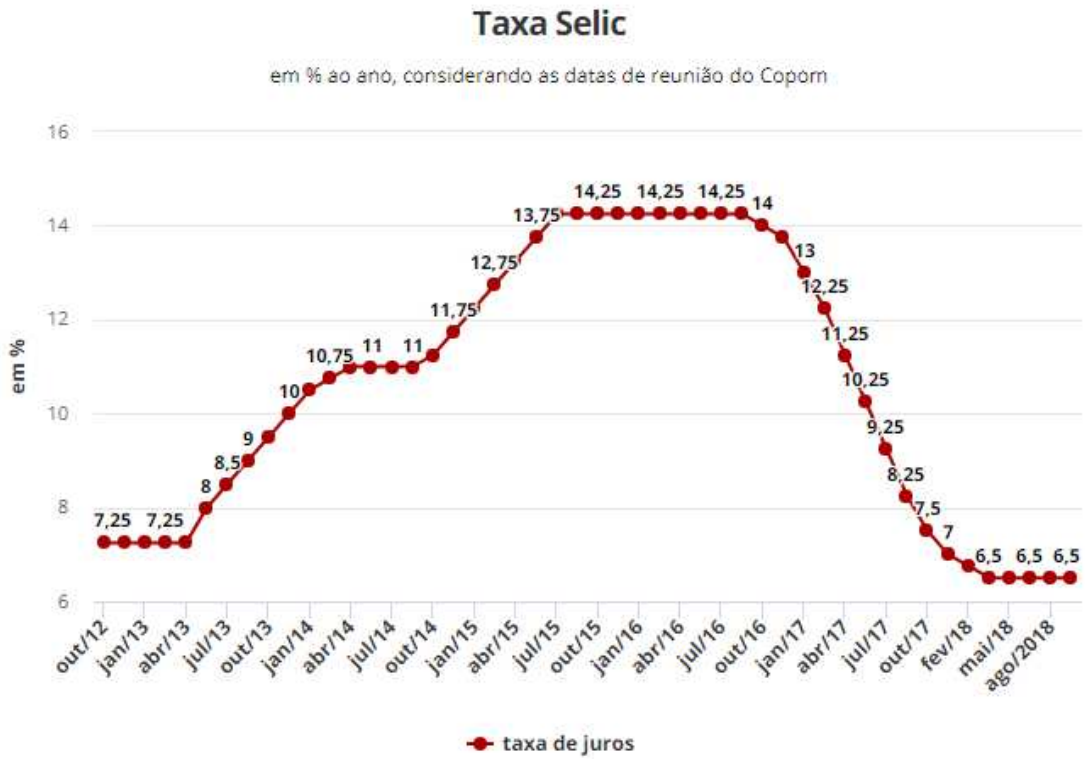
Os juros são o dinheiro a mais que uma pessoa ou empresa paga ao sistema bancário ao devolver um empréstimo, além do valor original corrigido pela inflação. Eles podem ser considerados uma remuneração pelo fato de que quem empresta corre o risco de o dinheiro não ser devolvido.

O governo tem uma relação estreita com os juros, pois é o maior agente econômico do país. Ele empresta dinheiro aos bancos para as suas necessidades diárias e cobra por isso: essa taxa de juros básica se chama **taxa Selic**. Como esse empréstimo por 24 horas é seguro, serve de referência para a economia. Os juros que os bancos cobram dos clientes para empréstimos, cheque especial e cartão de crédito são muito mais elevados que a taxa Selic.

Como a taxa de juros define o custo do dinheiro, os governos a utilizam para controlar a inflação: quanto mais alta a taxa de juros, mais caros ficam os empréstimos, o que funciona como um freio nas atividades produtivas (pois o crediário fica caro para o consumidor, e o financiamento, para o produtor). Se há menos compras (“demanda”, na linguagem econômica), os preços não sobem e a inflação fica baixa.

Quando a prioridade do governo é estimular a atividade econômica, uma das medidas é baixar os juros. Quem define a taxa Selic é o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Em fevereiro de 2018, a taxa Selic caiu para 6,5%, o menor nível desde 2012. Nas reuniões subsequentes, o Copom manteve a taxa no mesmo nível. O Comitê tem justificado a manutenção da taxa em 6,5%, por considerar que há riscos de a inflação voltar a subir no Brasil.



5 - TAXA DE CÂMBIO

A taxa de câmbio é o valor pelo qual a nossa moeda é trocada por moedas estrangeiras, principalmente pelo dólar, que é a referência no mercado mundial. O comércio exterior é diretamente afetado pela taxa de câmbio.

Se o real vale pouco, nossas mercadorias são exportadas por valor menor (o que as torna atraentes). Isso ajuda o setor exportador, mas o importar fica mais caro. Quando o real se valoriza, nossos produtos ficam caros lá fora, mas é mais barato importar. Facilitar as importações ajuda a derrubar a inflação, pois amplia a oferta de mercadorias externas a preço baixo.

6 - BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial é o conjunto de tudo o que o país exporta e importa em um ano. A soma desses valores é o total do comércio exterior nacional. Já o **saldo da balança comercial** é o resultado do valor exportado, retirando-se o valor importado. Quando o país vende mais do que compra no exterior, consegue um saldo positivo: é o **superávit** da balança comercial. Quando o resultado é negativo, dá-se o nome de **déficit**.

Em 2017, a balança comercial brasileira registrou um superávit de 67 bilhões de dólares – é o melhor resultado da balança comercial brasileira em toda a série histórica, iniciada em 1989. No ano anterior, em 2016, a balança também registrou superávit, mas menor: US$ 47,68 bilhões. Esse valor **representava o recorde histórico até então.**

O **saldo comercial recorde** de 2017 **se deve a um crescimento maior das vendas externas do que das importações: que registraram uma alta menor**. As exportações somaram US$ 217,74 bilhões (alta de 18,5% em relação ao ano de 2016).

O valor registrado nas exportações, por sua vez, é resultado de dois fatores: quantidade exportada e o preço do produto. Os números oficiais mostram que as vendas externas subiram mais por conta do preço do que pelo volume de vendas. Em todo ano de 2017, a quantidade de produtos exportados subiu 7,6% na comparação com o ano de 2016, mas o preço dos produtos brasileiros ficou maior: 10,1%.

Cresceram, no último ano, as vendas ao exterior de produtos básicos (+28,7%), de manufaturados (+9,4%), e também as exportações de produtos semimanufaturados (+13,3%).

Já as importações somaram US$ 150,74 bilhões em 2017, ou US$ 605 milhões por dia útil (aumento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2016). Trata-se do maior valor para as importações desde 2015, isto é, em dois anos.

Segundo os números do governo, a **China** continuou sendo o **maior comprador de produtos brasileiros** no ano passado. Em 2017, o país asiático comprou US$ 50,2 bilhões do Brasil, seguida pelos Estados Unidos (US$ 26,9 bilhões), pela Argentina (US$ 17,6 bilhões) e pelos Países Baixos (US$ 9,3 bilhões).

Ao mesmo tempo, a **China** também foi o **maior vendedor para o Brasil**. No ano passado, as importações do país asiático somaram US$ 27,9 bilhões, seguido dos Estados Unidos (US$ 24,8 bilhões), da Argentina (US$ 9,4 bilhões) e da Alemanha (US$ 9,2 bilhões).



No acompanhamento das exportações e importações brasileiras, o Brasil adota a classificação por fator agregado, onde os produtos são classificados em três grandes classes, levando-se em conta a maior ou menor quantidade de transformação (agregação de valor) que a mercadoria sofreu durante o seu processo produtivo, até a venda final.

a) Produtos básicos: produtos de baixo valor, normalmente intensivo em mão de obra, cuja cadeia produtiva é simples e que sofrem poucas transformações. Exemplos: minério de ferro, grãos e carne in natura.

b) Produtos industrializados: Dividem-se em semimanufaturados e em manufaturados, uma vez mais considerando o grau de transformação.

b.1) semimanufaturados: produtos que passaram por alguma transformação. Exemplos: açúcar em bruto, óleo de soja em bruto, aço e celulose.

b.2) manufaturados: produtos normalmente de maior tecnologia, com maior ou alto valor agregado. Exemplos: automóveis, aviões e calçados.

O Brasil é um grande exportador de commodities, tais como o minério de ferro, a soja em grão, o café em grão, o milho em grão, a carne in natura, o açúcar, o aço e a celulose. Como exportamos muito e as importações dessa categoria de produtos são bem menores, as commodities têm uma contribuição decisiva para o superávit da nossa balança comercial.

Porém, num contexto em que o mundo é globalizado, ficam vulneráveis os países que mantêm o foco da economia na produção de commodities. Em primeiro lugar, porque os preços desses produtos estão sujeitos a fortes oscilações. Em segundo lugar, porque as commodities são produtos baratos quando comparados aos manufaturados. Ou seja, é preciso exportar muita commodity para pagar importações de produtos de alta tecnologia, como equipamentos de computação ou máquinas industriais, por exemplo.

7 - Classificação de Risco de Crédito

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país. As notas servem como referência para os juros dos títulos públicos, que representam o custo para o governo pegar dinheiro emprestado

dos investidores. As agências também atribuem notas aos títulos que empresas emitem no mercado financeiro, avaliando a capacidade de as companhias honrarem os compromissos.

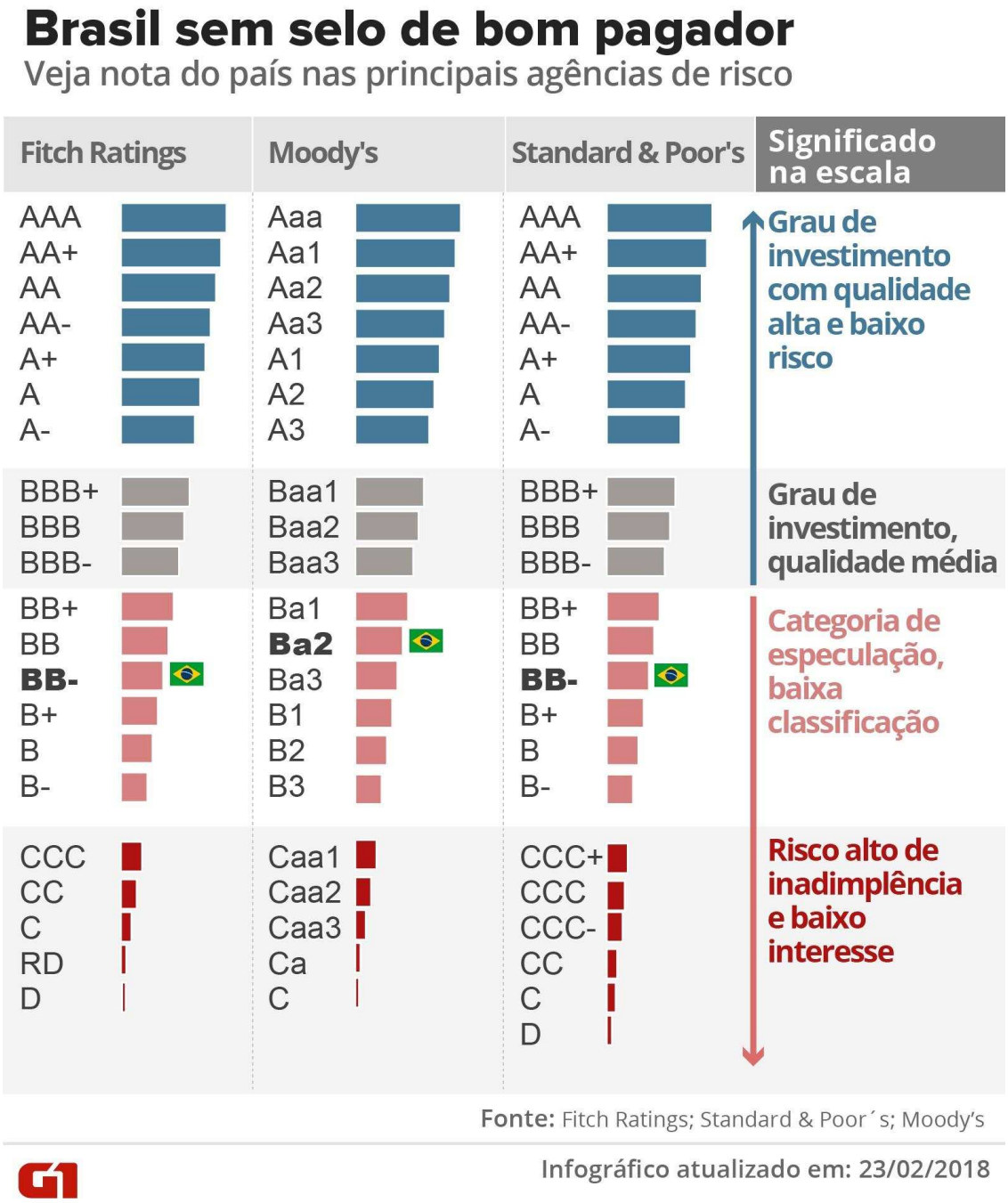
O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública. Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui. Quando um país dá calote, os títulos passam a ser considerados como lixo. O mesmo vale para as empresas.

As agências mais conceituadas pelo mercado são a Fitch, a Moody's e a Standard & Poor's (S&P), que, periodicamente, enviam técnicos aos países avaliados para analisarem as condições da economia. Uma avaliação positiva faz um país e suas empresas levantarem recursos no mercado internacional com custos menores e melhores condições de pagamento.

Da mesma forma, uma boa classificação atrai investimentos estrangeiros ao país. Fundos de pensão estrangeiros investem apenas em países com grau de investimento concedido por, pelo menos, duas agências de classificação de risco. Caso contrário, o país passa a ser considerado de grau especulativo.

Em 2008 e 2009, as três agências elevaram a nota do Brasil para o patamar de grau de investimento. Em 2015 e em 2016, o Brasil teve a sua nota rebaixada, para o patamar abaixo do grau de investimento, por essas agências. Já sem o grau de investimento, os últimos rebaixamentos do Brasil, ocorreram em janeiro de 2018, pela Standars & Poors e em março de 2018, pela Fitch.

Na justificativa para a sua decisão, a agência Standard & Poor's apontou como "uma das principais fraquezas do Brasil" o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Ao rebaixar o Brasil, a Fitch citou a situação fiscal e considerou a suspensão da tramitação da reforma da Previdência um retrocesso.



8 - INDÚSTRIA

A indústria brasileira atravessa um período de retração. Essa retração generalizada resulta de diferentes fatores. A crise financeira internacional, iniciada em 2008, desacelerou investimentos e o comércio mundial. As exportações de nossos produtos industriais caíram.

Um grande desafio do setor é a concorrência estrangeira dentro e fora do país. Com a globalização, as empresas transferem a produção para fábricas em países com menos impostos e mão de obra com salários mais baixos e colocam no mercado brasileiro produtos mais baratos.

Outro fator que influencia a atividade industrial é o câmbio. Quando nossa moeda se desvaloriza em relação à norte-americana, os produtos nacionais ficam mais baratos no exterior, o que facilita exportar. Com o real mais valorizado, é mais fácil importar bens de capital e mais difícil exportar. Nos anos anteriores, o real esteve muito valorizado, o que prejudicou as exportações.

A indústria brasileira vive um **processo de descentralização**, do Sudeste para as demais regiões, principalmente para a região Sul, e das capitais para o interior dos estados. Os principais fatores que contribuem para a descentralização são: o deslocamento das fábricas para locais com incentivo fiscal do Estado; o crescimento da oferta de mão de obra qualificada fora das capitais, mas que aceita salários menores; o deslocamento de empresas para perto de fornecedores de matérias-primas; a busca de cidades onde o gasto com benefícios trabalhistas é mais baixo; a redução dos custos logísticos, como o do transporte de mercadorias e o crescimento da renda da população em outras regiões do Brasil.

A desindustrialização

Em 1980, o setor industrial correspondia a 40,9% do PIB. Desde então, essa participação vem diminuindo, com acentuação maior no período mais recente. Para termos uma ideia da retração recente, em 2010, a indústria representava 27,2% do PIB, percentual que caiu para 22,7% do PIB em 2015. Diante desse cenário observado nas últimas décadas, alguns analistas econômicos afirmam que o Brasil vive um processo de desindustrialização.

O termo é dado à situação de perda de relevância da indústria para o conjunto da economia. Isso não quer dizer, entretanto, que seja algo necessariamente ruim para as finanças de uma nação – os outros setores da economia (serviços e agropecuária) poderiam compensar as perdas industriais e reequilibrar a atividade econômica. No Brasil, porém, há sérios impactos negativos por se tratar de uma desindustrialização precoce, aquela que ocorre antes de o setor industrial alcançar o auge.

Não há um consenso histórico entre os economistas sobre as fases da desindustrialização no Brasil, mas estima-se que tenha começado em 1986 e se estendido até meados dos anos 1990, com recuperação de fôlego de 2003 a 2007, e caído novamente após a crise global de 2008, com mais força a partir de 2012. O processo de desindustrialização e o declínio da produção ou do emprego industrial são, na maioria das vezes, uma consequência normal de um processo de desenvolvimento econômico bem-sucedido, estando geralmente associado a melhorias do padrão de vida da população.

Na fase de industrialização, a renda dos países tende a se elevar até atingir um valor entre 17,5 mil dólares e 22,8 mil dólares anuais per capita, o que permite a ampliação do setor de serviços mais sofisticados e de maior produtividade, como internet, informação e telecomunicações, TV a cabo, seguros, consultoria, intermediação financeira, transporte aéreo, restaurantes, viagens, entre outros. Em 2015, a renda per capita anual do brasileiro foi de 15,7 mil dólares.

Isso ocorre porque boa parte da população passa a destinar uma maior parcela de seus rendimentos a esses serviços. A indústria continua sendo um importante motor do crescimento, mas é o setor de serviços que passa a ditar o ritmo do crescimento econômico. Estados Unidos,

Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália são exemplos de países que se desindustrializaram "naturalmente", quando o PIB per capita atingiu um valor médio de 19,5 mil dólares.

Entre as razões para a desindustrialização estão políticas de abertura para a importação, que colocaram a indústria em concorrência com manufaturados estrangeiros a partir dos anos 1990. Também pesa o chamado **Custo Brasil** (juros elevados, baixa qualificação da mão de obra, excessiva burocracia e gargalos de infraestrutura), que torna os produtos manufaturados mais caros e afeta a sua competitividade.

9 - AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

Pessoal, agropecuária e agronegócio não são a mesma coisa. Falamos de conceitos diferentes.

> A **agropecuária** é o conjunto de atividades ligadas à criação de plantas e animais para consumo humano. É um dos três setores para o cálculo do PIB, o **setor primário** da economia.
> O **agronegócio** é mais do que a agricultura e a pecuária. É o conjunto de atividades econômicas ligadas à produção agropecuária, incluindo os fabricantes e fornecedores de insumos, os equipamentos e os serviços para a zona rural, bem como a comercialização dos produtos. Ou seja, é toda a cadeia produtiva vinculada à agropecuária.

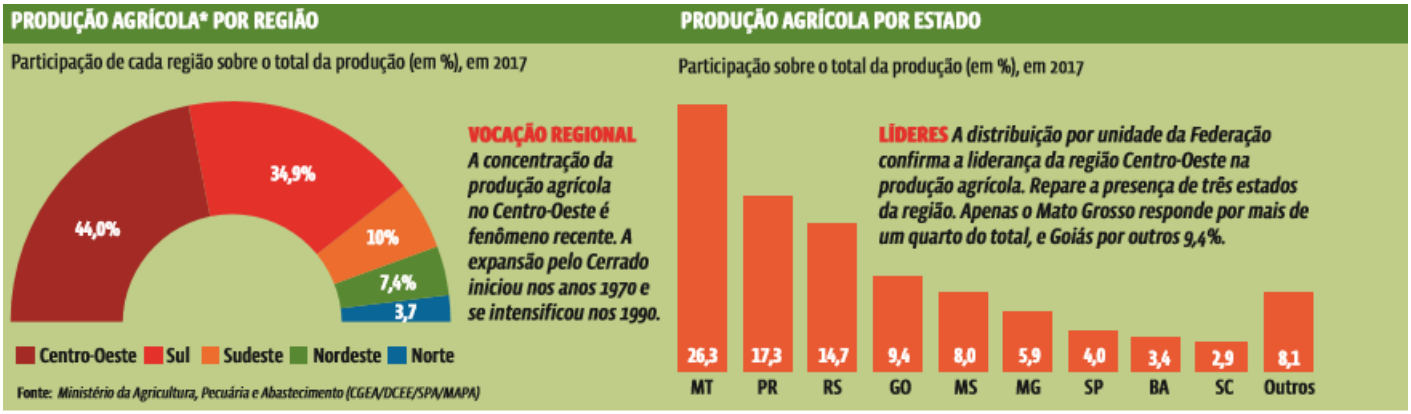
O setor agropecuário é um dos motores da economia brasileira. Impulsiona parte importante da indústria e dos serviços, numa cadeia produtiva chamada de agronegócio, além de ter papel fundamental no conjunto das exportações.

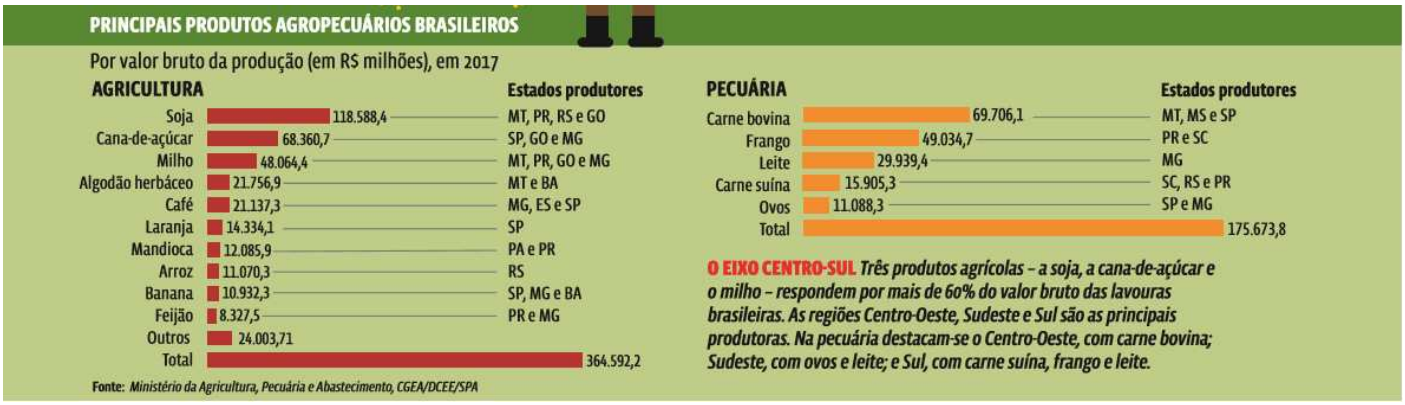
Nas últimas três décadas, a produção agrícola do Brasil mais do que dobrou em volume, e a pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade.

O Brasil é um dos gigantes da agropecuária no mundo. De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), o país é o segundo maior produtor agrícola do planeta, atrás dos Estados Unidos. Mas a previsão da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) é de que o país alcance a liderança do ranking até 2026.

É o maior produtor e exportador mundial de açúcar, café e suco de laranja. É o segundo maior produtor e o maior exportador de soja do mundo. O Brasil está ainda entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina, frango e milho. Além de garantir o abastecimento do mercado interno, o Brasil tornou-se o segundo maior exportador mundial de alimentos, atrás dos EUA.

Como vimos, a agropecuária responde por cerca de 5,5% do PIB brasileiro. Porém, quando calculamos a participação do agronegócio no PIB brasileiro, esse percentual fica em torno de 21%, uma grande diferença. O agronegócio responde por cerca de 40% das exportações do país.





Fatores da expansão da produção

A vocação agrícola do Brasil se explica em grande medida pelas **características naturais** do território. O clima tropical, que prevalece na maior parte do país com boa distribuição de chuvas sazonais, permite uma produção bastante diversificada. Há grandes volumes de solos férteis, como o massapé, predominante na região litorânea do Nordeste, e a terra roxa, no Sudeste e Centro-Oeste.

O enorme avanço da fronteira agrícola também contribui para a alta produtividade. De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), apenas nos últimos onze anos, a área ocupada pela agropecuária cresceu 16,5 milhões de hectares (alta de 5%). O total da área ocupada pela agropecuária no Brasil é de 350,25 milhões de hectares.

O Pará e o Mato Grosso foram os estados com as maiores altas. No Pará, o crescimento ocorreu principalmente por áreas de pastagens, enquanto no Mato Grosso, pela lavoura.

Outro fator relevante foi o **investimento em pesquisa**. Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu uma das maiores redes de pesquisa agropecuária do mundo. Um marco importante para o progresso no setor foi a criação da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, em 1973.

A Embrapa realiza estudos abrangentes, que vão desde recomendações de como corrigir solos ácidos e de baixa fertilidade até o desenvolvimento de variedades agrícolas adaptadas às baixas latitudes e às altas temperaturas tropicais. Além disso, é importante nas pesquisas de controle de pragas e doenças e também nas melhorias dos sistemas de produção.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o trabalho da Embrapa foi tão transformador para a agropecuária brasileira que ela hoje colabora ativamente na transferência de tecnologia e pesquisas adaptativas para economias emergentes, especialmente na América Latina, Caribe e África. Universidades e institutos também foram cruciais em pesquisas de alto nível, complementares às atividades da Embrapa, como nos campos da nutrição, saúde e meio ambiente.

A **mecanização na agricultura** é outro elemento importante. Nos anos 1960, o Brasil tinha apenas 61 mil tratores em atividade, contra 1,22 milhões atualmente (Censo Agro 2017/IBGE). Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias propiciou o aumento da eficiência de sistemas de irrigação, bem como o uso de softwares diversos para gerenciar a produção.

Todos esses fatores levaram o país a um grande salto nas últimas quatro décadas. No caso dos grãos, a área plantada passou de 27 milhões para 57 milhões de hectares, e o volume total produzido saltou de 29 milhões para cerca de 240 milhões de toneladas, um aumento de mais de oito vezes.

Por outro lado, o aumento da mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores rurais. Entre 2006 e 2017 o número caiu de 16,56 milhões para 15,03 milhões.

Principais desafios

As **questões ambientais**, **sociais** e as **precárias infraestruturas e logística** estão entre os principais desafios do setor agropecuário e do agronegócio no Brasil.

Questões Ambientais

O desenvolvimento de novas tecnologias proporcionou uma grande ampliação das áreas agrícolas. Antes concentradas no Sul e Sudeste, elas avançaram para solos menos férteis, especialmente o **Cerrado**. A partir da década 1990, a agricultura e a agropecuária tornaram- se os motores do avanço econômico do Centro-Oeste, que hoje é a região mais produtiva do país, responsável por cerca de 44% da produção agrícola brasileira, sendo a soja e o milho os dois principais produtos.

A fronteira agrícola hoje avança para as regiões Norte e Nordeste, entrando na área chamada de **Matopiba**, que abrange 337 municípios nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins. A Floresta Amazônica também é alvo desse avanço, o que causa enorme **impacto ambiental**. Estudos indicam que quase metade do desmatamento da Amazônia é provocada para abrir pastos e lavouras de soja.

O uso de **agrotóxicos** e **sementes transgênicas** na agricultura brasileira tem sido motivo de polêmica em virtude dos eventuais riscos que podem oferecer para a saúde humana e para o meio

ambiente. O uso dessas substâncias, segundo grandes produtores, seria indispensável para a produção em larga escala.

Para ruralistas, **áreas protegidas (unidades de conservação da natureza)** constituem entraves para a ampliação das áreas de cultivo e criação. Ruralistas pressionam para a flexibilização de categorias de proteção, de mais restritivas para mais brandas, e buscam dificultar a criação de novas unidades de conservação da natureza.

Questões Sociais

Na área social um dos conflitos diz respeito à **demarcação de terras indígenas e de quilombolas**, pois representariam, na visão de ruralistas, um obstáculo para o avanço do agronegócio.

Ocorrem também conflitos por terras entre grandes proprietários rurais e agricultores sem terras e/ou posseiros. A propriedade da terra é muito concentrada no Brasil, com um pequeno número percentual de proprietários detendo a propriedade de mais da metade das terras rurais e um grande número de agricultores e/ou trabalhadores rurais com pouca terra ou sem-terra no Brasil. Essa concentração de terras é a causa da violência no campo. A solução está na realização de uma efetiva reforma agrária em nosso país.

Por fim, há a questão do trabalho escravo. Em outubro de 2017, o presidente Michel Temer editou uma portaria modificando as regras relativas ao trabalho escravo, atendendo uma antiga reivindicação da bancada ruralista no Congresso Nacional. O novo texto dificultava a libertação de pessoas nessa condição e também o processo de inclusão de nomes na chamada “lista suja” das empresas flagradas em irregularidades. A portaria, no entanto, foi suspensa pelo STF sob alegação de inconstitucionalidade. Em dezembro de 2017, o governo voltou atrás e reeditou a portaria, devolvendo seu texto original.

Infraestrutura e logística

Outro enorme desafio brasileiro são as **precárias infraestrutura e logística**, que encarecem a distribuição para o mercado interno e dificultam a exportação. Há carência de silos para armazenar os grãos e poucos portos com condições mínimas para dar vazão à produção. Além disso, como a matriz de transporte brasileira é rodoviária, o custo para o escoamento e para a distribuição é bem alto. Calcula-se que a logística ineficiente nos transportes eleva em mais de 25%, em média, o preço dos produtos no mercado internacional.

10 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Brasil enfrenta o chamado “apagão logístico” para exportar seus produtos, principalmente agrícolas e minérios. A matriz de transportes alicerçada em rodovias e a concentração histórica nos portos do Sudeste e do Sul apresentam, há anos, mostras de saturação. Formam-se filas de

caminhões aguardando para desembarcar sua carga, e de navios atracados ao largo do Porto de Santos (SP) e de Paranaguá (PR) para recebê-las. As condições de asfalto das estradas são ruins, o que provoca desperdício de grãos; há rodovias com a construção iniciada, mas com a finalização atrasada há décadas, há carência do transporte por ferrovias e hidrovias, faltam, inclusive, caminhões e motoristas.

A falta de silos e de locais para armazenar grãos, seja nas áreas de produção seja nas docas dos portos, também afeta a competitividade do país. O "Custo Brasil", que envolve gastos com estocagem, transporte e impostos, um dos maiores do mundo, prejudica as exportações.

Com as contas públicas desequilibradas, o governo federal não tem dinheiro em caixa para bancar as obras necessárias à ampliação da malha de transportes pelo Brasil. Uma das alternativas para desatar esse nó logístico tem sido a adoção de um modelo conhecido como concessão.

Concessão é um sistema pelo qual o governo transfere à iniciativa privada serviços de construção, reformas, infraestrutura e administração de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Nessa transferência, as empresas fazem um investimento que, naturalmente, terá algum retorno financeiro. Por exemplo, uma empresa assume as obras de duplicação de uma rodovia. Em troca, ela recolhe o pedágio cobrado dos motoristas.

Em um programa de concessões, independentemente do modelo adotado, o desafio do governo é atrair o capital privado sem que o Estado perca a capacidade de gerenciar os investimentos em infraestrutura e garantir o retorno adequado à sociedade.

10.1 Matriz de Transporte

A matriz de transporte de um país é o conjunto dos meios de circulação usados para locomover mercadorias e pessoas. Como o transporte de carga é um dos problemas básicos da economia, é principalmente dele que tratamos quando se fala do assunto.

Uma matriz de transporte eficiente permite deslocar cargas no menor tempo e com o menor preço. Em um país de território extenso, seu planejamento e estruturação são complexos, pois a infraestrutura de transportes exige muito investimento, uma combinação de diversos meios e previsão das necessidades futuras.

Uma matriz de transporte ideal consegue equacionar as distâncias a serem cobertas com as exigências econômicas e sociais da produção e da população.

Para planejar a matriz, conta-se com diferentes meios:

- transporte terrestre, composto de rodovias e ferrovias;

- transporte hidroviário, o que inclui os rios, a navegação costeira (chamada de cabotagem) e a transoceânica;

- transporte aéreo, dentro do país e para o exterior;

- transporte por dutos ou tubulações, basicamente para gás e petróleo.

Alguns fatores são levados em conta para equilibrar a matriz:

- Transportes rodoviários são os mais indicados para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas. Isso porque é caro construir e manter rodovias, e os caminhões e mão de obra encarecem o frete e o valor da carga.

- Transportes ferroviários exigem alto investimento inicial, mas podem transportar uma quantidade muito maior de carga. São adequados, portanto, a trajetos médios ou longos em que haja a necessidade de locomover grandes volumes de produção.

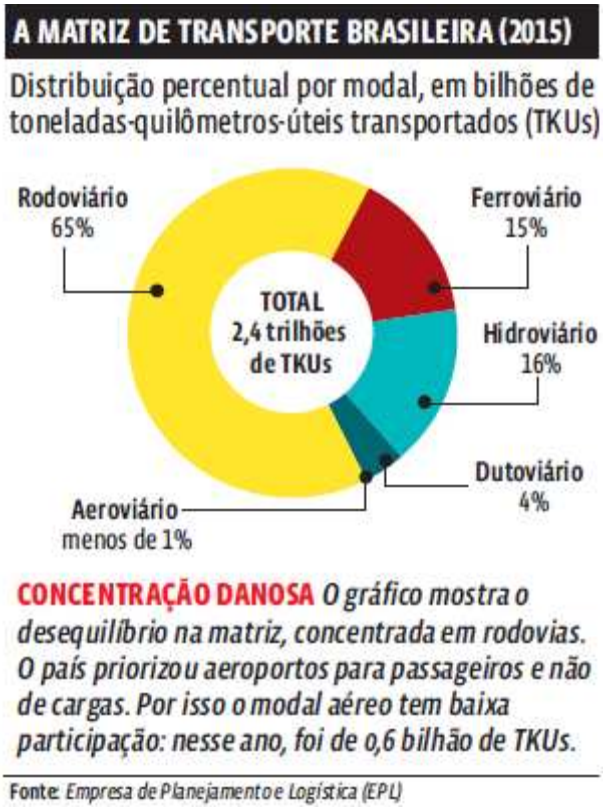
- Transportes hidroviários são mais lentos do que caminhões ou trens, mas se gasta muito menos para transportar milhares de toneladas de produtos. São adequados a grandes volumes de carga, com um tempo maior para a entrega.

- Transportes aéreos são os de frete mais caro, tendo em vista que possuem custos elevados tanto das aeronaves quanto dos combustíveis e do sistema aeroportuário. Por isso, esse tipo de transporte é usado basicamente para cargas delicadas, como eletroeletrônicos, ou perecíveis, como frutas e flores, ou de urgência extrema.

- Transportes dutoviários são uma opção para um fluxo garantido e contínuo de gás ou petróleo. Exigem grande investimento, mas eles se pagam a longo prazo.

País de dimensão continental, que movimenta mercadorias internamente e exporta grande volume de grãos e minérios produzidos em áreas distantes do litoral, o Brasil necessita usar as várias modalidades de transporte de forma equilibrada. Mas não é isso que ocorre. Em 2015, a maior parte do transporte de carga do país (65%) foi feita por rodovias, 15% por ferrovias, 16% por hidrovias e cabotagem (transferência entre portos marítimos), 4% por dutovias e menos de 1% por via aérea.

O governo planeja melhorar a infraestrutura de transportes com metas definidas no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT). O plano define os investimentos necessários em vinte anos (2011–2031) para buscar maior equilíbrio na matriz. Para isso, prevê ampliar o uso das ferrovias e das hidrovias, além das mudanças em portos e aeroportos.



O principal resultado do desequilíbrio da matriz é o **alto custo nacional do transporte de carga**. Por exemplo, para transportar soja por hidrovia, paga-se um terço do que é gasto via ferrovia e um quinto do necessário para levá-la por estradas. Como as grandes plantações de soja do Brasil estão longe do litoral e há falta de ferrovias e hidrovias, a maioria dos produtores de soja tem de pagar o transporte por longos trajetos de caminhões, deixando boa parte dos seus ganhos com a transportadora.

Um estudo do Ministério dos Transportes adverte que nossos dois principais concorrentes nas exportações agrícolas, Argentina e Estados Unidos, conseguem custos menores de transporte. Os argentinos porque possuem boa cobertura ferroviária em um território menor, com estradas mais curtas, o que resulta em custo e preço menor. Os norte-americanos porque usam intensivamente ferrovias e hidrovias.

O impacto do custo elevado do transporte recai sobre o custo dos produtores, das empresas e das mercadorias. Por isso, encarecem tanto o preço dos produtos vendidos dentro do país quanto aqueles que exportamos, e a redução desses custos é importante para a melhoria da economia.

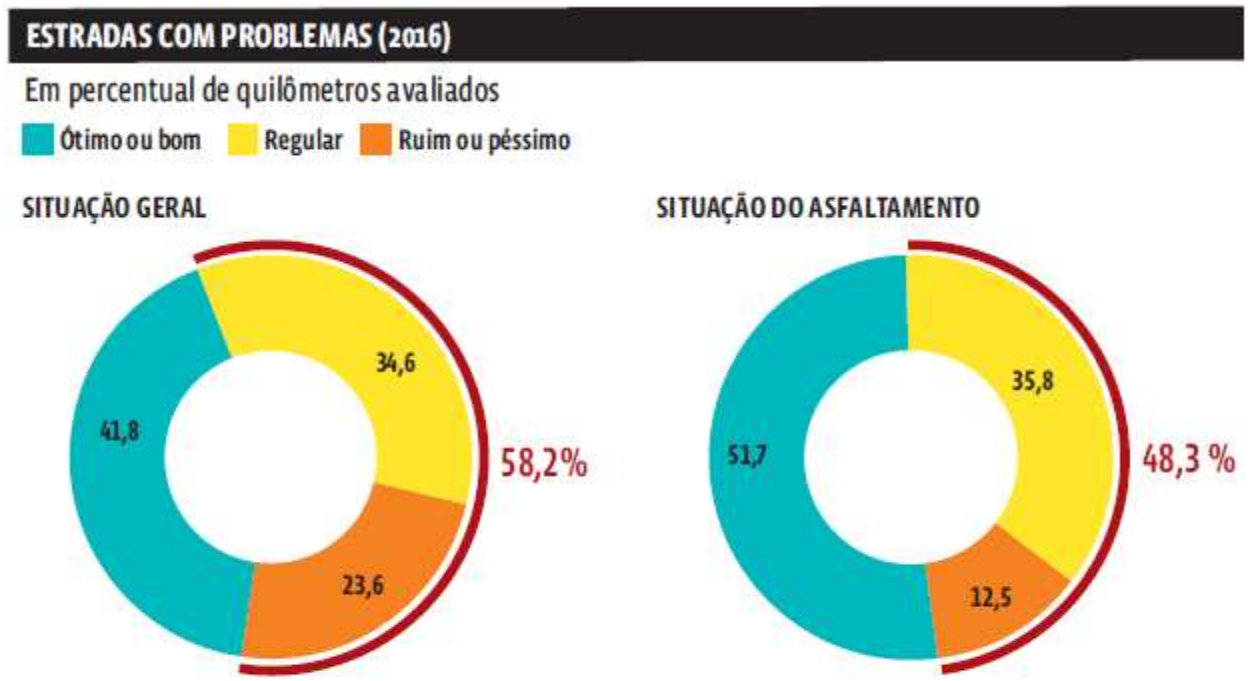
10.1.1 Transporte Intermodal

Atualmente, a modernização, manutenção e expansão da matriz de transportes se baseiam num processo chamado intermodalidade ou transporte intermodal.

O transporte intermodal é o planejamento de longo prazo para construir e integrar as várias opções de transporte, por dutos, estradas, ferrovias, rios e pelo ar. Por exemplo: transportar determinada carga por caminhão até um trem ou barcaça que a levará até um porto de exportação. Sua consolidação viabiliza a construção de galpões logísticos para estocar produtos.

Rodovias

As rodovias são, hoje, o principal meio de transporte de passageiros e de cargas no Brasil. São cerca de 1,7 milhão de quilômetros de estradas, com apenas 8% com pista dupla e 12% asfaltados. Pior: entre as pavimentadas, 48,3% se encontram em estado de conservação regular, ruim ou péssimo. Segundo a Confederação Nacional do Transporte, essa má conservação é responsável por um aumento médio de 30% no custo operacional para escoamento de soja e milho, dois expoentes da pauta de exportação brasileira.



Ferrovias

A malha ferroviária nacional também é menor do que a necessária e tem trechos precários. Sucateadas durante décadas, as ferrovias foram quase totalmente privatizadas a partir de 1997. Os cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias praticamente não se alteram há quatro décadas.

Atualmente, somente 15% da produção brasileira é transportada sobre trilhos, índice que é muito maior em países de dimensões continentais, como o Brasil: Rússia, Estados Unidos, China e Austrália.

Transoceânica – uma ferrovia polêmica

Brasil, Peru e China estão tratando da ambiciosa construção da ferrovia Transoceânica (veja o mapa a seguir), também chamada de Bioceânica e Transcontinental. A China financiará a construção da megaobra.

A ferrovia ligará o porto de Açu, no Rio de Janeiro, a um porto no Peru, cortando a América do Sul no sentido leste–oeste e ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. Com o projeto da ferrovia, a China pretende aumentar sua presença econômica no continente e facilitar o acesso a matérias-primas, o que também gera interesse do Brasil e do Peru. Os produtores brasileiros teriam uma alternativa sobre o Atlântico e o Canal do Panamá para enviar matérias-primas para a China.

Especialistas acreditam que a construção da estrada de ferro marcaria uma nova fase na relação da China com a região. No entanto, para que o projeto saia do papel, será necessário superar grandes desafios de engenharia, ambientais e políticos.



Hidrovias

O país conta com uma rede com 63 mil quilômetros de rios, dos quais quase 42 mil são navegáveis. Porém, somente 22 mil quilômetros são economicamente aproveitados, dos quais 17 mil km são na Amazônia. Em resumo, há muito a melhorar, mas a expansão da rede depende da compatibilidade entre o destino geográfico dos rios e a direção dos fluxos de carga para transporte. O governo justifica os baixos investimentos nessa modalidade de transporte num detalhe geográfico: uma hidrovia tem uso se o curso dos rios unir os pontos de produção ao de consumo ou exportação.

A hidrovia Solimões–Amazonas é o principal corredor hidroviário brasileiro, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Em 2013, mais de 74% do transporte de cargas do sistema hidroviário nacional trafegaram por ela.

Gasodutos

Os dutos são um excelente meio para o transporte de gás e petróleo. O gasoduto Bolívia–Brasil, que opera desde 1999, diversificou a matriz brasileira de energia e ampliou a participação do gás natural.

Aeroportos

O transporte aéreo corresponde a menos de 1% da matriz de transportes brasileira. No Brasil, o sistema de aeroportos foi construído principalmente para o transporte de pessoas, e não de cargas.

Portos

Os portos estão entre os principais gargalos da matriz de transportes. Na ponta das redes rodoviária, ferroviária e fluvial, eles constituem a porta de saída de cerca de 97% das exportações e de entrada de insumos industriais. O Brasil necessita ampliar seus portos e docas.

10.1.2 Concessões

A concessão tem sido a principal forma utilizada pelo governo para conseguir investimentos e resolver problemas do setor, mas reduziram seu ritmo com a crise econômica e política que se arrasta no Brasil. A área de transporte é estratégica para a economia do país, pois dela depende o escoamento da produção tanto para o consumo e uso internos quanto para as exportações.

Concessão é um sistema pelo qual o governo federal, estadual ou municipal transfere à iniciativa privada uma obra ou serviço público. No setor de transporte, o governo passa às empresas a construção, reforma, infraestrutura e administração de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Nessa transferência, as empresas investem esperando ter retorno financeiro. Por exemplo, uma empresa assume as obras de duplicação de uma rodovia e cobra pedágio dos motoristas.

Para ganhar uma concessão, uma empresa deve oferecer em leilão ou licitação a melhor oferta de serviços e investimentos futuros, como construir novos ramais ferroviários e terminais portuários – e, no caso das concessões recentes de rodovias federais, tem sido consideradas também as menores tarifas de pedágio. O governo define as regras em cada caso, inclusive o valor mínimo a ser pago. Há duas formas legais de concessão. Na Concessão Comum, a rentabilidade da vencedora virá exclusivamente da cobrança de taxas e tarifas. Já uma Parceria Público-Privada (PPP) poderá ser custeada pelo poder público ou por uma soma do dinheiro do poder público mais a cobrança de tarifas e taxas dos usuários.

10.2 Matriz Energética

Energia é a capacidade de produzir algum tipo de trabalho ou pôr algo em movimento. A energia possui enorme relevância para a atividade humana, na medida em que permite o **desenvolvimento da vida na terra** e **sustenta a atividade econômica**.

Outro conceito, diferente do de energia, é o de **matriz energética** que é o conjunto dos recursos de energia de uma sociedade ou região e as formas como eles são utilizados. Quando falamos em matriz energética e consumo de energia, estamos nos referindo ao total da energia consumida no mundo ou em um país, o que é diferente de **matriz elétrica**, a qual se refere à geração ou à produção de energia elétrica.

A energia pode ser classificada em **energia limpa e suja** e em **energias renováveis e não renováveis**.

Energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

Principais fontes de energia limpa:

- água – geração de energia hidrelétrica (aproveitamento do potencial hidráulico de um rio);
- ventos – geração de energia eólica;
- sol – geração de energia solar;
- marés – geração de energia maremotriz;

- matéria orgânica – geração de biogás (biocombustível produzido a partir da mistura gasosa de dióxido de carbono com gás metano);

- urânio – geração de energia nuclear.

Energia suja é aquela que polui a atmosfera e libera resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. São usadas, principalmente, para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transporte (caso da gasolina e do diesel).

Exemplos de fontes de energia suja:

- petróleo (gasolina, diesel e querosene de aviação);

- carvão mineral;

- carvão vegetal (lenha); e

- gás natural.

Desvantagens do uso das fontes de energia suja:

- Geralmente não são renováveis, ou seja, são fontes esgotáveis.

- Causam poluição ambiental, principalmente do ar, gerando problemas de saúde nas pessoas. Os habitantes de grandes centros urbanos são os que mais sofrem essas consequências.

- São causadoras das mudanças climáticas e do aquecimento global do planeta.

Energia renovável é aquela originária de fontes naturais que possuem a capacidade de regeneração (renovação), ou seja, não se esgotam. Exemplos desse tipo de fonte são os ventos (energia eólica), o sol (energia solar), a água (hidrelétricas), a biomassa (fonte vegetal), o calor interno do planeta Terra (geotérmica) e a força das marés (maremotriz).

Energia não renovável é aquela em que não é possível repor o que se gasta, pois são necessários milhões de anos para as fontes serem formadas na natureza. São os combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e petróleo) e a energia nuclear.

A participação de energia não renovável é predominante na matriz energética mundial, com percentual de 86,8% em 2012.



O predomínio das fontes não renováveis na matriz energética mundial representa um problema sério. Primeiramente, levam milhares de anos para se formarem, e com a velocidade com que estão sendo utilizadas, inevitavelmente elas se esgotarão. Segundo, o processo de geração de energia pela queima dos combustíveis fósseis é o mais poluente dos processos energéticos utilizados atualmente.

Por essas razões, a matriz energética atual não é sustentável. A substituição dessas energias sujas por fontes alternativas é vista como meta necessária para tornar o mundo viável para as próximas gerações.

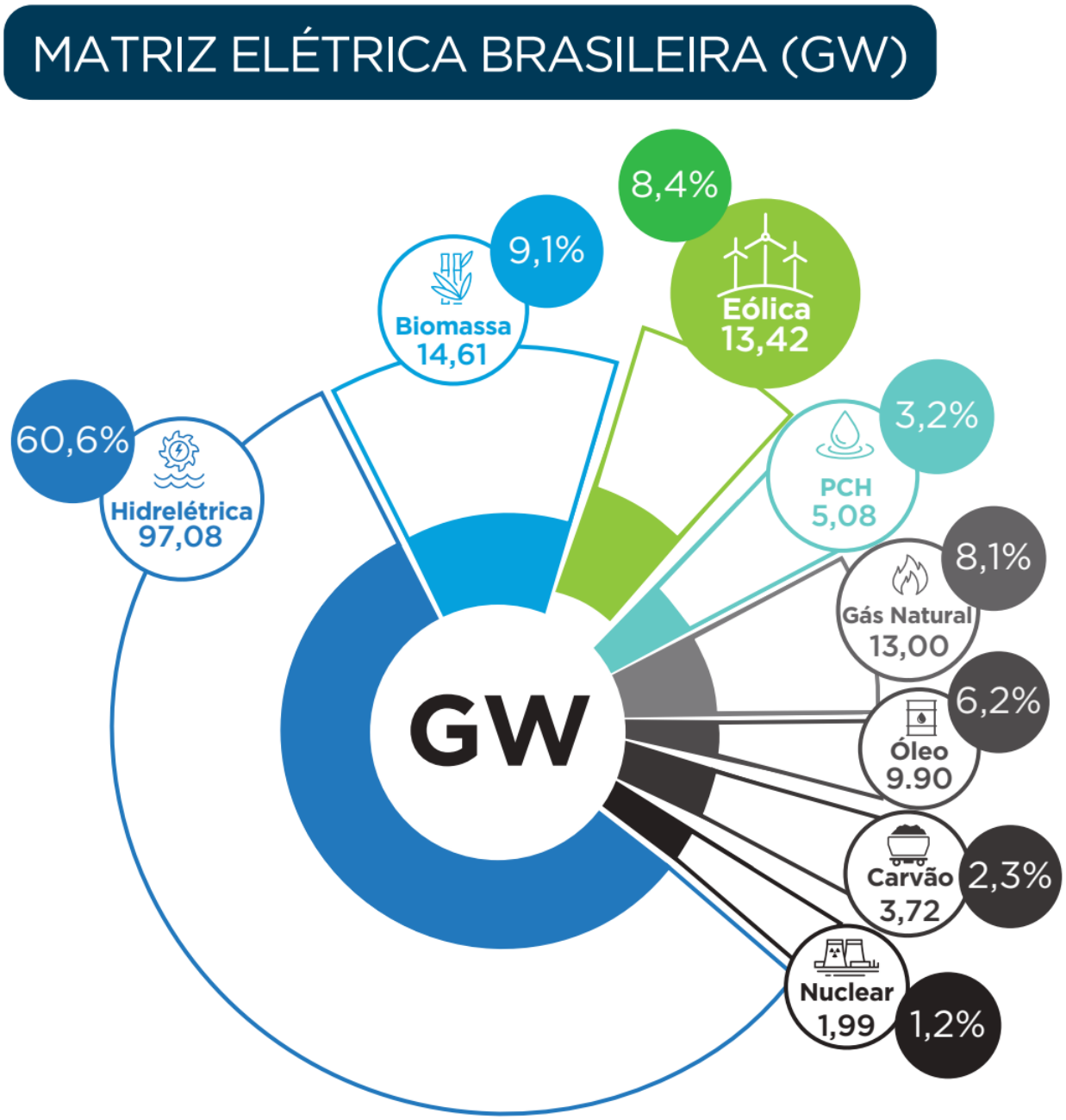
O Brasil tem a matriz energética mais equilibrada entre as grandes nações. O país é o líder mundial em quantidade de energia renovável, e a única grande economia que produz quase metade da energia que consome de fontes próprias e renováveis, principalmente a água para gerar eletricidade e os combustíveis de origem vegetal, com destaque para o etanol (álcool anidro e hidratado) de cana de açúcar.

Em 2016, a energia renovável respondeu por 43,5% do total consumido no país. O petróleo segue sendo o componente mais importante da matriz energética brasileira. Veja a figura a seguir:





Matriz energética e produção de energia elétrica não são a mesma coisa. A primeira se refere ao total da energia consumida no país, nas suas diferentes fontes. A segunda se refere somente à produção de energia elétrica.



Observação: PCH são as pequenas centrais hidrelétricas. Assim, o percentual total da fonte hídrica é de 66,4%.

Fonte: Infovento – ABEEólica (agosto de 2018)

Petróleo

O petróleo é a fonte mais utilizada na matriz energética mundial e na matriz brasileira. Venezuela, Canadá, Irã e Iraque detêm as maiores reservas mundiais. Os maiores produtores mundiais são Rússia, Arábia Saudita e Estados Unidos. A Arábia Saudita é o maior exportador mundial, ao passo que a China é o maior importador do líquido.

Embora seja um dos maiores produtores mundiais, os Estados Unidos são um grande importador. A produção norte-americana cresceu muito nos últimos anos, mas ainda não é o suficiente para atender a grande demanda da maior economia do mundo. Esse crescimento da produção foi possível devido ao crescimento da extração de petróleo do xisto nos últimos anos.

Do xisto também é extraído o gás natural. O crescimento da extração desses combustíveis foi possível devido ao desenvolvimento de uma nova tecnologia. A exploração é feita por meio de uma perfuração horizontal nas jazidas rochosas, em que é injetada uma mistura de água, de produtos químicos e de areia. A mistura gera enorme pressão, que produz fraturas em todas as direções e libera o petróleo e o gás, mas pode prejudicar o solo e os lençóis freáticos.

A queima do petróleo libera gases poluentes na atmosfera, entre eles os gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO_2), por exemplo. Também pode gerar desastres ambientais quando ocorre vazamento nos navios de transporte ou nos poços de perfuração marítima.

Em 2008, grandes reservas de petróleo foram descobertas no Brasil, na camada pré-sal. A Lei nº 13.365, de 29/11/2016, desobrigou a Petrobras a participar de todos os consórcios do pré-sal e alterou regras de exploração de petróleo na camada.

A legislação anterior determinava que a Petrobras seria a única operadora do pré-sal, com participação mínima de 30% em cada consórcio de exploração. A nova lei permite que a Petrobras defina os campos nos quais tem interesse em participar. O texto determina ainda que o Conselho Nacional de Política Energética dará preferência à estatal para se manifestar, num prazo de 30 dias, sobre se vai ou não participar da exploração dos blocos que serão leiloados. A lei em questão não alterou o regime de partilha na exploração do pré-sal, que continua vigente.

Mais da metade da produção de petróleo no Brasil já provêm do pré-sal.

Esclarecendo

O **pré-sal** é uma camada no subsolo marinho que armazena petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 km abaixo da superfície do mar. Fica a uma distância média de 300 km do litoral, em uma faixa de 200 km de largura e 800 km de extensão, que vai do Espírito Santo a Santa Catarina (veja mapa abaixo). As reservas já conhecidas alcançam 31 bilhões de barris de petróleo, podendo conter até 87 bilhões de barris.

A Petrobras detém a tecnologia mais avançada do mundo em exploração de águas profundas, porém, a produção do pré-sal tem exigido uma revolução no setor. O Brasil está desenvolvendo novas tecnologias de exploração petrolífera e conta com uma mão de obra altamente qualificada.



Carvão mineral

O carvão mineral é a segunda fonte de energia mais utilizada no mundo, devido à abundância de suas reservas. A maioria dessas reservas está no Hemisfério Norte, principalmente nos Estados Unidos, na China, na Rússia e na Índia.

O carvão mineral é pouco utilizado no Brasil. Grande parte do que se usa é importado, pois o carvão encontrado em solo brasileiro possui pouco poder calorífico. As maiores reservas estão no Rio Grande do Sul, que possui cerca de 90% das reservas de carvão nacional.

Assim como a queima do petróleo e do gás natural, a queima do carvão libera gases poluentes na atmosfera, entre eles os gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO_2) e o dióxido de enxofre (SO_2), o grande responsável pela chuva ácida. Muitas vezes, os impactos ambientais já são intensos desde a extração desse minério — a exploração das grandes minas carboníferas exige a devastação da cobertura vegetal.

Gás natural

O gás natural é a terceira fonte de energia mais utilizada no mundo. É utilizado principalmente nos transportes, nas termelétricas e na produção industrial.

No Brasil, o Rio de Janeiro é o maior produtor, seguido pelo Espírito Santo e Amazonas, e há uma parcela variável que é importada, principalmente da Bolívia. O gás natural tem substituído derivados de petróleo nas indústrias e nos transportes, e em menor volume na geração de energia elétrica.

A queima do gás natural, assim como o petróleo, libera gases poluentes na atmosfera, entre eles os gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO_2), por exemplo, porém em menor escala.

Biomassa

Biomassa (massa biológica) é toda **matéria orgânica**, de **origem vegetal ou animal**, utilizada na produção de **energia**. A biomassa é a segunda fonte de energia que mais participa da matriz energética brasileira. A sua participação tem sido crescente ao longo dos anos. É mais representativa na matriz energética devido ao setor de transportes e aos biocombustíveis.

O Brasil apresenta condições muito favoráveis para a produção de biocombustíveis, pois tem grande extensão de áreas agricultáveis, com solo e clima favoráveis ao cultivo de oleaginosas e cana.

Os combustíveis de biomassa mais utilizados são o etanol (álcool de cana, no caso brasileiro) e o biodiesel (feito de oleaginosas), que podem ser usados puros ou adicionados aos derivados de petróleo, como gasolina e óleo diesel.

O país é o segundo maior produtor mundial de etanol. Os Estados Unidos, maior produtor mundial desse combustível, utilizam o milho para sua produção, a um custo superior ao obtido com a cana no Brasil.

O biodiesel é obtido de plantas oleaginosas, como mamona, palma (dendê), girassol, babaçu, soja e algodão. Além de abastecer o mercado interno, parte da produção nacional de biodiesel é exportada, principalmente para a União Europeia.

Os biocombustíveis podem proporcionar vantagens que contemplam a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O aumento de sua produção reduz o consumo de derivados de petróleo e, consequentemente, a poluição atmosférica gera novos empregos em toda sua cadeia produtiva, promove a fixação de famílias no campo, aumenta a participação de fontes renováveis em nossa matriz energética e ainda pode se tornar importante produto da nossa pauta de exportações.

Se, por um lado, os biocombustíveis têm a vantagem de reduzir as emissões de gases que geram o efeito estufa, por outro podem ocasionar a poluição de solos, rios e lagos por agrotóxicos e pelo vinhoto (resíduo resultante da destilação e fermentação da cana de açúcar) e a poluição do ar pela queima da cana, prática utilizada para facilitar a colheita.

Além disso, o crescimento da demanda por biocombustíveis no mercado mundial e a expansão na área cultivada com cana e outras culturas no país geraram preocupação com a possível diminuição do cultivo de alimentos, que poderia causar aumento nos preços e o desmatamento de áreas de vegetação nativa. O Brasil, porém, apresenta um enorme estoque de áreas desmatadas e improdutivas, principalmente pastagens abandonadas, que podem ser utilizadas para a produção de energia sem comprometer o abastecimento alimentar ou o meio ambiente.

Esclarecendo

Embora o uso da biomassa apresente benefícios se comparados aos combustíveis fósseis na questão dos poluentes, a sua queima também libera CO_2 na atmosfera, porém, em quantidades menores.

Energia nuclear

Estados Unidos, França e Rússia são os maiores produtores mundiais de energia nuclear. A energia nuclear participa pouco da matriz energética brasileira. O Brasil possui duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2. A usina de Angra 3 está em construção. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) prevê também a construção de mais quatro a seis usinas até 2030.

Os defensores da alternativa nuclear têm como argumento a urgente necessidade de substituição das fontes de combustíveis fósseis e afirmam que a tecnologia torna as usinas nucleares de última geração mais seguras.

No entanto, a geração de energia nuclear também pode ser danosa ao meio ambiente. Os **resíduos nucleares** devem ser muito bem administrados, pois podem levar milhares de anos para perder a **radioatividade**, podendo prejudicar o ambiente em que foram depositados com mutações genéticas e doenças. Os acidentes nucleares, embora raros, também são geralmente catastróficos, como o famoso caso de Chernobyl, na Ucrânia, e mais recentemente em Fukushima, no Japão.

CAIU na prova!

(CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 - PROFISSIONAL JÚNIOR CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

No texto abaixo, a produção de energia é o tema central. A energia elétrica é algo tão comum no dia a dia da maioria dos brasileiros que sua importância só é notada quando há falha no funcionamento. A demanda dessa energia é cada vez maior, não apenas para o conforto das pessoas, mas também para aumentar a produção industrial e o desenvolvimento econômico. Nesse cenário, nos tempos atuais e futuros, não existe fonte energética que seja solução única para as demandas de um país, e muitos avanços têm sido alcançados no uso de fontes renováveis, que devem continuar aumentando sua participação na geração total. No entanto, como essas fontes dependem da natureza, há necessidade constante de complementação de fontes térmicas para garantir o atendimento da demanda com qualidade. Dentre as fontes térmicas, a energia nuclear tem sido usada de forma complementar no atendimento às necessidades de geração elétrica.

ARTHOU, A.; BOGOSSIAN, F. Geração de energia elétrica, como complementar as renováveis? Jornal do Brasil, Opinião, 17 mar. 2018, p. 9. Adaptado.

No Brasil, a energia nuclear é uma fonte complementar que conta com a seguinte vantagem estratégica:

(A) O Brasil é o único país latino-americano a produzir esse tipo de energia.

(B) O país possui jazidas minerais que a ele garantem a autossuficiência.

(C) O país possui mais de cinco usinas termonucleares em seu território.

(D) O custo de instalação de uma usina nuclear é baixo, se comparado ao das demais.

(E) O custo do transporte do combustível nuclear é o maior entre todos os outros.

COMENTÁRIOS:

Nas usinas termonucleares, a fissão nuclear que ocorre dentro dos reatores libera calor que transforma a água em vapor e movimenta as turbinas. Geralmente, utiliza-se o urânio para esse processo. O processamento do urânio, bem como a construção e a manutenção das centrais nucleares, são processos que envolvem o uso de alta tecnologia. Devido a isso, os países desenvolvidos praticamente monopolizam a produção mundial de energia nuclear.

Os Estados Unidos lideram a lista, sendo responsáveis por 32,5% do total mundial. A França e a Rússia ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar. No caso da França, 77% da sua energia elétrica provêm de termonucleares.

Os defensores da alternativa nuclear têm como argumento a urgente necessidade de substituição das fontes de combustíveis fósseis e afirmam que a tecnologia torna as usinas nucleares de última geração mais seguras e menos poluidoras.

a) Incorreta. Atualmente, na América Latina, o México e a Argentina também produzem energia nuclear.

b) Correta. O urânio, principal elemento químico utilizado para a geração de energia nuclear, é muito abundante no território brasileiro, o que torna o país autossuficiente nesse recurso. O Brasil ocupa a sexta posição no ranking mundial de reservas de urânio, segundo dados oficiais das Indústrias Nucleares do Brasil(INB).

c) Incorreta. O Brasil possui duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2. A usina de Angra 3 está em construção. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) prevê também a construção de quatro a seis usinas até 2030.

d) Incorreta. O processamento do urânio, a construção e a manutenção das centrais nucleares são processos que envolvem o uso de alta tecnologia. Sendo assim, é um processo cujo custo é bastante elevado.

e) Incorreta. Fizemos uma extensa pesquisa sobre esse tópico e não encontramos nenhuma informação consistente sobre o custo do transporte do combustível das diferentes fontes de energia. De qualquer maneira, para a banca não é, haja vista que a alternativa está incorreta.

Gabarito: B

Energia eólica

Embora, no gráfico da matriz energética brasileira, a geração de energia eólica esteja incluída nas outras fontes, é o segmento que mais cresce percentualmente na matriz energética e na matriz elétrica brasileira.

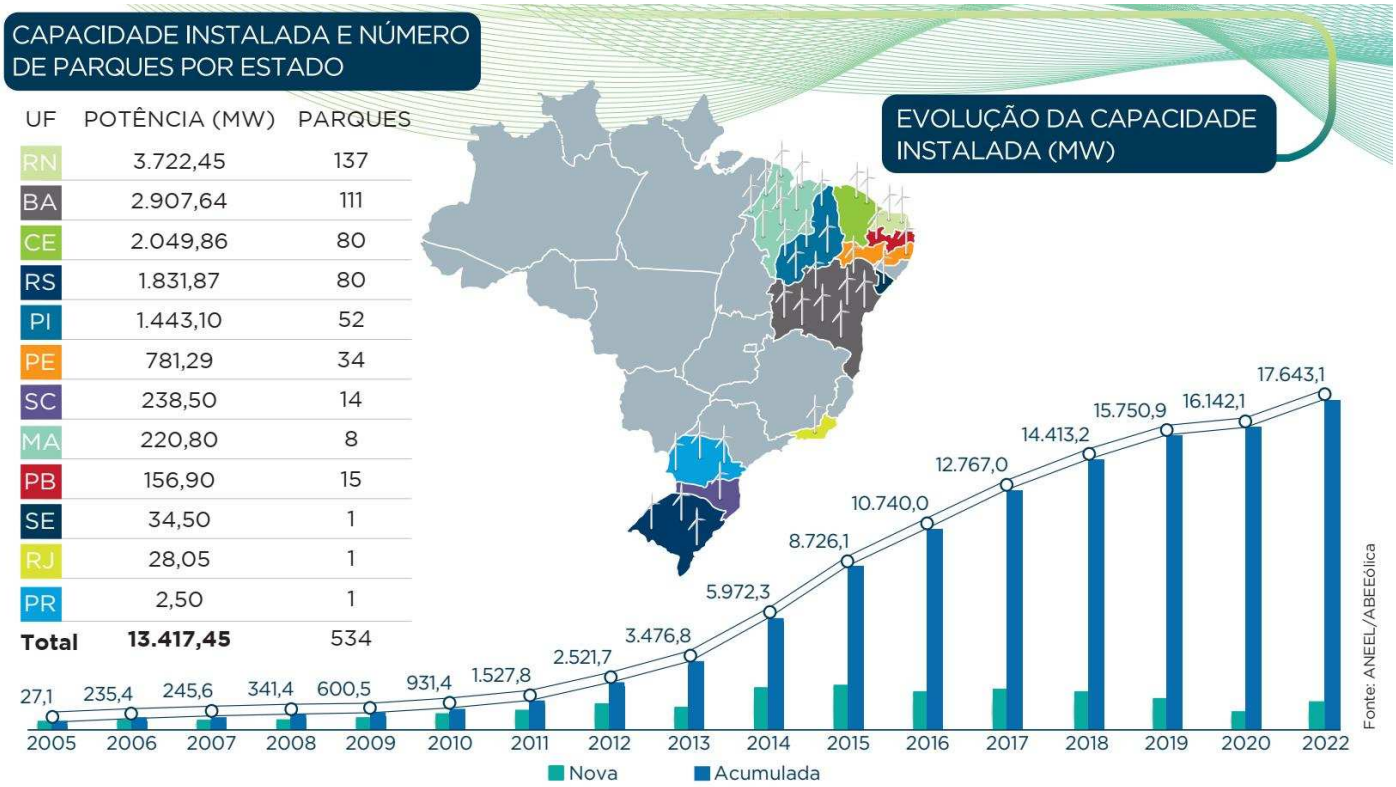
Em 2005, a capacidade instalada era de 27,1 MW. Atualmente, a geração anual é de 13.417,45 MW (ABEEólica/agosto de 2018). Segundo previsão da ABEEólica, até 2023, a capacidade instalada de geração eólica chegará a 18.639,6 MW. Em 2017, a geração eólica respondeu por mais da metade da energia consumida na região Nordeste.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de energia eólica, superior a 500 GW. Esse potencial é mais que o triplo da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil. O potencial concentra-se, principalmente, na região Nordeste e no Rio Grande do Sul.

Alguns especialistas afirmam que o país é detentor dos melhores ventos do mundo, constantes, unidirecionais e sem grandes rajadas.

Embora seja uma das fontes mais limpas e sustentáveis de energia, não liberando CO_2 na atmosfera e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis, os parques de energia eólica podem ter alguns pequenos impactos ambientais, como: ruídos provocados pelas turbinas, impacto visual, interferência eletromagnética no sinal de rádio e televisão e a morte de aves no impacto com as turbinas. No entanto, ainda é tida como uma das melhores soluções para a questão ambiental na geração de energia.

Muitos parques eólicos são instalados em regiões de baixo desenvolvimento econômico. A chegada dos parques movimenta a economia e o arrendamento de terras contribui para a fixação do homem no campo e gera melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas.



Os dados futuros apresentados no gráfico acima referem-se a contratos viabilizados em leilões já realizados e no mercado livre. Novos leilões vão adicionar mais capacidade instalada para os próximos anos.

Fonte: Infovento – ABEEólica (janeiro de 2018)



Fonte: Boletim Mundo, 2016

Energia Solar

Ainda é inexpressiva a geração de energia pela fonte solar no Brasil. No entanto, é uma fonte que tem crescido nos últimos anos. Por sua condição de país dominantemente tropical, amplas áreas do território recebem elevados índices de insolação ao longo de todo o ano.

A solar é uma fonte de energia limpa que não libera poluentes ou causa impactos ambientais, mas o custo para a sua instalação ainda é muito caro.



Fonte: Boletim Mundo, 2016

Hidrelétricas

Devido às características físico-naturais de nosso país, possuímos um ótimo potencial para a produção de energia hidrelétrica. As elevadas médias pluviométricas dos climas equatorial e subtropical fornecem um grande volume de água para os rios. Além disso, os extensos planaltos são responsáveis pelos desníveis e cachoeiras, que propiciam força necessária para o movimento das turbinas.

Apesar de grande parte da energia elétrica ser produzida pelas águas, o nosso país ainda possui um grande potencial hidrelétrico inexplorado. Estima-se que somente cerca de 36% do nosso potencial hidrelétrico esteja sendo utilizado.

As bacias hidrográficas que mais contribuem para a geração de energia hidrelétrica no país são as bacias dos rios Paraná e São Francisco.

Um dos pontos mais polêmicos da matriz brasileira, a construção de represas hidrelétricas de grande porte na Amazônia, continua em andamento, visando aproveitar o nosso potencial hídrico e abastecer o sistema elétrico nacional. O planejamento do governo prevê a construção de 52 represas hidrelétricas em longo prazo, das quais 18 são na Amazônia. A usina de Jirau, a terceira maior do

Brasil, no rio Madeira, foi concluída. Nesse rio, outra usina em construção, mas já em funcionamento, é a de Santo Antônio.

A obra da usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, está em andamento, com atrasos provocados por decisões judiciais por questionamentos ambientais e sociais, greves de empregados e ocupações de protesto. São contrários a essas hidrelétricas grupos da sociedade civil, ambientalistas e povos indígenas das regiões afetadas pelos impactos que a represa trará sobre a fauna e a flora da região e a vida indígena. Mas, a obra continua e a usina já está gerando energia.

11 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2016, a proposta de **reforma da previdência social**. Para o Governo, a reforma é necessária para evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro. Também é necessária para que o governo não fique continuamente cobrindo déficits previdenciários, cada vez maiores, deixando de investir esses recursos em outras áreas de políticas públicas.

Os dados apresentados indicam **déficit crescente** na Previdência Social. Em 2017, o déficit somado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, e dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos (RPPS) da União foi de R$ 268,79 bilhões. Em 2016, foi de R$ 226,88 bilhões.

O crescimento proporcional também assusta. Em 2013, o déficit da previdência equivalia a 0,9% do PIB; em 2017, chegou a 2,8% do PIB, o triplo de apenas quatro anos atrás. Isso se explica com a própria crise econômica, que aumenta o desemprego, diminuindo o número de contribuintes.

O peso da Previdência no orçamento tem crescido ano após ano, em 2016 correspondeu a 27%, já em 2017 correspondeu a 34,54%, segundo o Mosaico do Orçamento da FGV.

Entretanto, a tese de que a previdência é deficitária tem sido contestada há anos por entidades de classe – como a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Anfip) –, advogados previdenciários e pesquisadores. Segundo essas fontes, o déficit seria **mito, falácia ou até farsa**.

Outro argumento é de que, no Brasil, as **pessoas se aposentam muito cedo**. A média de idade com que as pessoas se aposentam no Brasil é de 58 anos. Esse número é ainda menor entre os que se aposentam por tempo de contribuição: 56 anos para os homens e 53 anos para as mulheres. Vários países do mundo já adotam idade mínima de 60 anos ou mais, chegando a 67 anos na Grécia, 66 anos nos Estados Unidos e 65 anos na França.

Por outro lado, os brasileiros estão vivendo mais. A expectativa de vida do brasileiro cresce a cada ano e a **população brasileira está envelhecendo**. O Brasil, aos poucos, se transforma de um país de jovens para um de idosos. Conforme a expectativa de vida aumenta e a taxa vegetativa da população diminui, chegaremos em breve a um cenário de muitos trabalhadores inativos sustentados por poucos trabalhadores ativos. Assim, a revisão das regras da Previdência é imperativa, da mesma forma como aconteceu em outros países ao redor do mundo.

Um texto da reforma da previdência foi aprovado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O texto seguiu para o plenário principal da Casa. Por se tratar de uma proposta de alteração na Constituição, precisa de, pelo menos, 308 votos, em dois turnos de votação.

São votos que o Governo Federal não estava conseguindo obter entre os deputados. Desta forma, começou a negociar uma nova proposta, flexibilizando em vários pontos a proposta aprovada na Comissão Especial. Mesmo assim, o Governo Federal não conseguiu apoio suficiente para colocá-la em votação no início do ano legislativo de 2018.

O principal ponto da reforma, que o governo não abre mão, é o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria. Atualmente é possível se aposentar sem idade mínima, com tempo mínimo de 15 anos de contribuição. A proposta original do governo era do estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, com 25 anos de contribuição. A Comissão Especial aprovou a idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens, com 25 anos de contribuição.

Em fevereiro de 2018, o Governo Federal interviu na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. A Carta Magna não pode ser alterada durante a vigência da intervenção. Com isso, enquanto durar a intervenção, a reforma da previdência não poderá ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O governo federal disse que revogará a intervenção quando houver condições favoráveis para a votação da reforma da previdência. Após a votação, decretará a intervenção novamente. Esse anúncio recebeu críticas de juristas, constitucionalistas e doutrinadores, alegando que isso não seria possível.

12 - Reforma Trabalhista

Em julho de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a reforma trabalhista, aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A reforma alterou diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Bastante polêmico, o tema dividiu a opinião pública. Enquanto o governo defende que as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborada nos anos 1940, já não mais atendiam a todos os setores da economia, especialistas temem que a mudança resulte em precarização do trabalho.

Confira abaixo as principais mudanças advindas da reforma trabalhista:

- **Acordado sobre o legislado**

Uma das principais proposições da reforma trabalhista é dar **força de lei aos acordos coletivos** firmados entre sindicatos e empresas, priorizando-os sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerada por muitos uma legislação rígida. A medida permite **mudanças em doze pontos específicos**, que dizem respeito ao salário e à jornada de trabalho. Não podem ser

negociadas normas relativas ao FGTS, ao 13º salário, ao seguro-desemprego, bem como às condições de segurança e de higiene do trabalho.

O governo defende que a mudança dará mais autonomia aos trabalhadores durante as negociações e fortalecerá o movimento sindical, além de gerar mais empregos. O projeto é apoiado principalmente pelo empresariado e por alguns sindicatos, sobretudo os patronais.

Por outro lado, a reforma encontra resistência no Ministério Público do Trabalho, na Justiça do Trabalho e em alguns partidos políticos, que defendem que a reforma fere direitos fundamentais, historicamente garantidos pela CLT.

- **Jornada intermitente**

A jornada de trabalho é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. Pelo novo texto é permitida a prestação de serviços de forma descontínua, podendo o funcionário trabalhar em dias e horários alternados.

- **Remuneração**

Pela regra anterior, a remuneração por produtividade não poderia ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou ao salário mínimo. Com a reforma trabalhista, o empregador paga somente pelas horas efetivamente trabalhadas. O contrato de trabalho nessa modalidade deve ser firmado por escrito e conter o valor da hora de serviço.

- **Trabalho remoto**

A legislação anterior não contemplava essa modalidade de trabalho. Porém, com a reforma trabalhista, tudo que o trabalhador usar em casa será formalizado com o patrão via contrato, como equipamentos e gastos com energia e internet, e o controle do trabalho será feito por tarefa.

- **Descanso**

Pela leia anterior, o trabalhador que atuava no regime de trabalho de 8 horas diárias tinha direito a uma hora e, no máximo, a duas horas de intervalo para repouso ou alimentação. Pela nova lei, o intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos.

- **Férias**

Com a reforma, as férias podem ser fracionadas em até três períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 14 dias corridos e os períodos restantes não sejam inferiores a cinco dias corridos cada um. A reforma também proíbe que o início das férias ocorra no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

- **Trabalho temporário**

O texto retirou as alterações de regras relativas ao trabalho temporário. A Lei da Terceirização (nº 13.429/17), sancionada em março, já havia mudado as regras do tempo máximo de contratação, de três meses para 180 dias, consecutivos ou não. Além desse prazo inicial, pode haver uma prorrogação por mais 90 dias, consecutivos ou não, quando permanecerem as mesmas condições.

- **Terceirização**

A medida estabelece uma quarentena de 18 meses entre a demissão de um trabalhador e sua recontratação, pela mesma empresa, como terceirizado. O texto prevê ainda que o terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos.

Para evitar futuros questionamentos, o substitutivo define que a terceirização alcança todas as atividades da empresa, inclusive a atividade-fim (aquela para a qual a empresa foi criada). A Lei de Terceirização não deixava clara essa possibilidade. A legislação prevê que a contratação terceirizada ocorra sem restrições, inclusive na administração pública.

- **Contribuição sindical**

Anteriormente, o tributo era recolhido anualmente e corresponde a um dia de trabalho, para os empregados, e a um percentual do capital social da empresa, no caso dos empregadores. Com a reforma trabalhista, a contribuição passou a ser opcional.

- **Demissão**

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa demissão nas seguintes situações: solicitada pelo funcionário, por justa causa ou sem justa causa. Apenas no último caso o trabalhador tem acesso ao FGTS, recebimento de multa de 40% sobre o saldo do fundo e direito ao seguro-desemprego, caso tenha tempo de trabalho suficiente para receber o benefício. Pelo novo texto, o contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, porém, não terá direito ao seguro-desemprego.

- **Gravidez**

Mulheres grávidas ou lactantes estão proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. Não há limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez. Pela proposta do governo, é permitido o trabalho em ambientes considerados insalubres, desde que a empresa apresente um atestado médico que garanta que não há risco ao bebê nem à mãe. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar à empresa sobre a gravidez.

13 – RESUMO

PIB

O setor com maior participação na composição do PIB brasileiro é o de **serviços (terciário)**, seguido da indústria (secundário) e da agropecuária (primário). O PIB brasileiro cresceu negativamente nos anos de 2015 e 2016. Em 2017, o PIB cresceu 1%, deixando a recessão definitivamente para trás. A agropecuária foi o setor que sustentou o crescimento do PIB em 2017. Em 2018, o PIB está tendo um fraco crescimento.

Contas Públicas

Nos últimos quatro anos (2014, 2015, 2016 e 2017), o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) fechou as contas públicas com um déficit primário. Para 2018, o Congresso Nacional autorizou o Governo Federal a fechar as contas públicas com déficit de R$ 159 bilhões.

Na tentativa de reverter os déficits fiscais, o Governo Federal vem implementando um **ajuste fiscal** com medidas que visam aumentar a arrecadação e cortar gastos públicos. São medidas que **aumentam impostos, diminuem o subsídio a políticas sociais e ao setor produtivo e reduzem despesas governamentais**.

Além da União, a maioria dos estados brasileiros está em uma situação fiscal difícil.

Inflação

O Brasil adota o regime de **metas anuais de inflação**, estabelecidas pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Esse sistema prevê que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar dentro de um limite de tolerância; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.

A meta é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e deve ser cumprida pelo Banco Central (BC), que, para isso, adota várias políticas, entre as quais o controle da taxa básica de juros. O CMN é formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

A meta oficial para o ano de 2018 é de **4,5%, podendo variar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 6,0% a 3,0%.** Para 2019, a meta central de inflação será de 4,25%, **podendo variar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 5,75% a 2,75%.**

O principal mecanismo para manter a inflação sob controle no Brasil é a taxa de juros. Toda vez que os preços sobem acima do nível esperado, o Banco Central intervém com a elevação da taxa Selic. Isso faz o crédito ficar mais caro, e incentiva as pessoas e as empresas a gastarem menos. Se todos gastam menos, a tendência é que os preços também subam menos.

Em 2017, a inflação caiu drasticamente, ficando em 2,95%, abaixo do piso da meta fixada pelo governo, de 3%.

Juros

A taxa Selic é a **taxa básica de juros** da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Os governos a utilizam para controlar a inflação: quanto mais alta a taxa de juros, mais caros ficam os empréstimos, o que funciona como um freio nas atividades produtivas e o financiamento. Se há menos compras, os preços não sobem e a inflação fica baixa. Quando a prioridade do governo é estimular a atividade econômica, uma das medidas é baixar os juros.

Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é o valor pelo qual a nossa moeda é trocada por moedas estrangeiras, principalmente pelo dólar, que é a referência no mercado mundial.

O comércio exterior é diretamente afetado pela taxa de câmbio. Se o real vale pouco, nossas mercadorias são exportadas por valor menor (o que as torna atraentes). Isso ajuda o setor exportador, mas o importar fica mais caro. Quando o real se valoriza, nossos produtos ficam caros lá fora, mas é mais barato importar. Facilitar as importações ajuda a derrubar a inflação, pois amplia a oferta de mercadorias externas a preço baixo.

Balança Comercial

O Brasil é um grande exportador de commodities, tais como o minério de ferro, a soja em grão, o café em grão, o milho em grão, a carne in natura, o açúcar, o aço e a celulose.

A China é o principal destino das exportações brasileiras e o país que mais exporta para o Brasil.

Classificação de Risco de Crédito

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país.

O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública. Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui.

A classificação do Brasil se encontra no grau especulativo.

Indústria

O Brasil passa por um processo de desindustrialização, que têm como causas a falta de uma maior competitividade da indústria brasileira frente aos produtos importados e ao desenvolvimento tecnológico, as políticas de abertura econômica a partir dos anos 1990 e o Custo Brasil (juros elevados, baixa qualificação da mão de obra, excessiva burocracia e gargalos de infraestrutura).

A indústria brasileira vive um **processo de descentralização**, do Sudeste para as demais regiões, principalmente para a região Sul, e das capitais para o interior dos estados. Os principais fatores que contribuem para a descentralização são: o deslocamento das fábricas para locais com incentivo fiscal

do Estado; o crescimento da oferta de mão de obra qualificada fora das capitais, mas que aceita salários menores; o deslocamento de empresas para perto de fornecedores de matérias-primas; a busca de cidades onde o gasto com benefícios trabalhistas é mais baixo; a redução dos custos logísticos, como o do transporte de mercadorias e o crescimento da renda da população em outras regiões do Brasil.

Agropecuária e agronegócio

A agropecuária compreende o cultivo agrícola (agricultura) e a produção de animais para abate (pecuária). Já o agronegócio envolve toda a cadeia produtiva da agropecuária, como a pesquisa, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, os insumos (como adubos e defensivos), o beneficiamento e industrialização dos produtos (na indústria alimentícia, por exemplo), além dos setores de transporte e distribuição.

O setor agropecuário é um dos motores da economia brasileira. Impulsiona parte importante da indústria e dos serviços, numa cadeia produtiva chamada de agronegócio, além de ter papel fundamental no conjunto das exportações. Nas últimas três décadas, a produção agrícola do Brasil mais do que dobrou em volume, e a pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade.

O Brasil é um dos gigantes da agropecuária no mundo, sendo o segundo maior produtor agrícola e exportador mundial de alimentos, atrás apenas dos Estados Unidos. É o maior produtor e exportador mundial de açúcar, café e suco de laranja. É o segundo maior produtor e o maior exportador de soja do mundo. O Brasil está ainda entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina, frango e milho.

O agronegócio responde por cerca de 40% das exportações do país. O Centro-Oeste é a região de maior produção agrícola. O Mato Grosso é o estado de maior produção agrícola.

A vocação agrícola do Brasil se explica em grande medida pelas **características naturais** do território, como o clima e os solos férteis.

O crescimento da produção se explica pelo aumento da área plantada e, principalmente, pelo aumento da produtividade (quantidade de grãos colhidos por hectare), que decorre do investimento em pesquisa, tecnologia e mecanização da agricultura.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu uma das maiores redes de pesquisa agropecuária do mundo. Um marco importante para o progresso no setor é a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**.

As **questões ambientais**, **sociais** e as **precárias infraestruturas e logística** estão entre os principais desafios do setor agropecuário e do agronegócio no Brasil.

Questões Ambientais:

O aumento da área plantada se dá em meio ao desmatamento dos biomas, principalmente o Cerrado e a Floresta Amazônica. O Matopiba é a principal área de expansão da fronteira agrícola.

O uso de **agrotóxicos** e **sementes transgênicas** na agricultura brasileira tem sido motivo de polêmica em virtude dos eventuais riscos que podem oferecer para a saúde humana e para o meio ambiente.

O uso dessas substâncias, segundo grandes produtores, seria indispensável para a produção em larga escala.

Para ruralistas, **áreas protegidas (unidades de conservação da natureza)** constituem entraves para a ampliação das áreas de cultivo e criação. Ruralistas pressionam para a flexibilização de categorias de proteção, de mais restritivas para mais brandas, e buscam dificultar a criação de novas unidades de conservação da natureza.

Questões Sociais:

Na visão de ruralistas, à **demarcação de terras indígenas e de quilombolas**, representa um obstáculo para o avanço do agronegócio.

Ocorrem também conflitos por terras entre grandes proprietários rurais e agricultores sem terras e/ou posseiros. A propriedade da terra é muito concentrada no Brasil, que é a causa da violência no campo. A solução está na realização de uma efetiva reforma agrária em nosso país.

Outro problema são casos de trabalho escravo no campo brasileiro.

Infraestrutura:

A deficiente infraestrutura e logística de transporte encarece a distribuição para o mercado interno e os preços dos produtos exportados.

Infraestrutura e Logística – Matriz de Transporte

Matriz de transporte é o **conjunto dos meios de transporte** (modais) **de produtos e pessoas, pelas vias terrestre** (rodoviário e ferroviário), **fluvial, aérea e por dutos.** A matriz é medida pelos volumes transportados e sua distribuição, em porcentagem, entre essas quatro modalidades.

Matrizes eficientes são construídas com a logística de transporte intermodal, concepção planejada de integrar e aproveitar os diferentes meios. Isso inclui sua adequação ao tipo e volume de produtos transportados, distâncias que serão percorridas e criação de áreas de carga e de armazenamento. O objetivo é **otimizar recursos e minimizar custos financeiros e ambientais.**

A matriz de transporte brasileira é desiquilibrada, com o predomínio do transporte rodoviário (rodoviarismo). O principal resultado do desequilíbrio da matriz é o **alto custo nacional do transporte de carga**.

O impacto do custo elevado do transporte recai sobre o custo dos produtores, das empresas e das mercadorias. Por isso, encarecem tanto o preço dos produtos vendidos dentro do país quanto aqueles que exportamos, e a redução desses custos é importante para a melhoria da economia.

Fatores a serem levados em contas para equilibrar a matriz: transportes rodoviários são os mais indicados para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas; transportes ferroviários são adequados para trajetos médios ou longos em que haja a necessidade de locomover grandes volumes de produção; transportes hidroviários são adequados a grandes volumes de carga, com um tempo maior para a entrega; transportes aéreos são os de frete mais caro, por isso, esse tipo de transporte é usado basicamente para cargas delicadas, como eletroeletrônicos, ou perecíveis, como frutas e flores, ou de urgência extrema e transportes dutoviários são uma opção para um fluxo garantido e contínuo de gás ou petróleo.

As **concessões** são a principal forma pela qual os governos federal e dos estados, principalmente, transferem às empresas da iniciativa privada a construção, reformas ou a administração de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos já construídos. As empresas investem em infraestrutura, por exemplo, em troca de retorno financeiro, como a cobrança de pedágios em rodovias. O modelo de concessões tem sido utilizado por vários governos nas últimas décadas devido à falta de recursos públicos suficientes para o investimento em infraestrutura.

Infraestrutura e Logística – Energia

A **energia limpa** não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

Principais fontes de energia limpa:

- água – geração de energia hidrelétrica (aproveitamento do potencial hidráulico de um rio);

- ventos – geração de energia eólica;

- sol – geração de energia solar;

- marés – geração de energia maremotriz;

- matéria orgânica – geração de biogás (biocombustível produzido a partir da mistura gasosa de dióxido de carbono com gás metano);

- urânio – geração de energia nuclear.

A **energia suja** polui a atmosfera e libera resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. São usadas, principalmente, para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transporte (caso da gasolina e do diesel).

Energia renovável - originária de fontes naturais que possuem a capacidade de regeneração (renovação), ou seja, não se esgotam. Exemplos desse tipo de fonte são os ventos (energia eólica), o sol (energia solar), a água (hidrelétricas), a biomassa (fonte vegetal), o calor interno do planeta Terra (geotérmica) e a força das marés (maremotriz).

A **matriz energética mundial** é **predominantemente suja e não renovável.** O **petróleo** é **fonte mais utilizada na matriz energética mundial**.

Os **investimentos em fontes renováveis cresceram** cinco vezes entre 2004 e 2017 no mundo. Os principais motivos para esse avanço são a preocupação com o aquecimento global, a poluição do ar e questões financeiras (atrair investimentos que promovem o crescimento econômico da nação). O líder mundial no setor é a China.

A **matriz energética brasileira** é **predominantemente suja e não renovável**. Mesmo assim, o Brasil se destaca no cenário mundial pela grande variedade de fontes de energia e também por **importante participação das fontes renováveis na sua matriz de energia.**

A **matriz elétrica brasileira** é **predominantemente limpa e renovável**. A geração pelas hidrelétricas (fonte hídrica) responde por mais da metade de toda energia elétrica produzida no Brasil.

A **indústria** é o setor que mais consome energia no Brasil, seguida pelos transportes e residências.

O **petróleo é fonte mais utilizada na matriz energética brasileira**. Os seus principais usos são nos transportes e na indústria.

Pré-sal - Camada no subsolo marinho, que armazena petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 km abaixo da superfície do mar. Fica a uma distância média de 300 km do litoral, em uma faixa de 200km de largura e 800 km de extensão, que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

O **gás natural** é a fonte de energia que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na participação em nossa matriz energética. O Rio de Janeiro é o maior produtor, seguido por Espírito Santo e Amazonas.

O **carvão mineral** é pouco utilizado, pois as reservas do nosso país, além de escassas, são de baixa qualidade. O Rio Grande do Sul possui 90% das reservas e boa parte do restante encontra-se em Santa Catarina.

Apesar de grande parte da energia elétrica ser produzida pelas águas, o Brasil ainda possui um grande potencial hidrelétrico inexplorado. As bacias hidrográficas que mais contribuem para a geração de energia hidrelétrica no país são as bacias dos rios Paraná e São Francisco. O maior potencial hidrelétrico inexplorado está na bacia Amazônica.

A **energia nuclear** é pouco representativa no país, que conta com apenas com duas usinas de geração de energia elétrica.

A **biomassa é a segunda fonte de energia que mais participa da matriz energética brasileira**, e sua participação tem sido crescente ao longo dos anos. Os combustíveis de biomassa mais utilizados são o etanol (álcool de cana, no caso brasileiro) e o biodiesel (feito de oleaginosas). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de etanol.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de energia solar, mas a sua utilização ainda é inexpressiva no país.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de **energia eólica**, concentrado basicamente no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Especialistas afirmam que o país é detentor dos melhores ventos do mundo, constantes, unidirecionais e sem grandes rajadas. A geração eólica segmento que mais cresce percentualmente na matriz energética e na matriz elétrica brasileira. A maior parte da energia eólica gerada no Brasil e a maior parte dos parques eólicos está no Nordeste, respondendo por mais da metade da energia elétrica gerada e consumida na região, na qual, o único estado que não possui parques eólicos e não gera energia eólica é Alagoas. Os estados com maior geração e parques eólicos são o Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Piauí.

Embora seja uma das fontes mais limpas e sustentáveis de energia, não liberando CO_2 na atmosfera e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis, os parques de energia eólica podem causar alguns pequenos impactos ambientais, como: ruídos provocados pelas turbinas, impacto visual, interferência eletromagnética no sinal de rádio e televisão e a morte de aves no impacto com as turbinas. No entanto, ainda é tida como uma das melhores soluções para a questão ambiental na geração de energia.

Muitos parques eólicos são instalados em regiões de baixo desenvolvimento econômico. A chegada dos parques movimenta a economia e o arrendamento de terras contribui para a fixação do homem no campo e gera melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Reforma da Previdência Social

O Governo Federal argumenta que a reforma é necessária para evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro e para que o governo não fique continuamente cobrindo déficits previdenciários, cada vez maiores, deixando de investir recursos em outras áreas de políticas públicas.

Os dados governamentais apresentados indicam **déficit crescente** na Previdência Social. Segundo o governo, no Brasil as pessoas se aposentam muito cedo, em comparação com outros países, que adotam uma idade mínima para as pessoas se aposentarem.

A expectativa de vida do brasileiro cresce a cada ano e a **população brasileira está envelhecendo**. O Brasil, aos poucos, se transforma de um país de jovens para um de idosos. Conforme a expectativa de vida aumenta e a taxa vegetativa da população diminui, chegaremos em breve a um cenário de muitos trabalhadores inativos sustentados por poucos trabalhadores ativos. Assim, a revisão das regras da Previdência é imperativa, da mesma forma como aconteceu em outros países ao redor do mundo.

O principal ponto da reforma é o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria. Atualmente é possível se aposentar sem idade mínima, com tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

Um texto da reforma da previdência foi aprovado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O texto seguiu para o plenário principal da Casa. Por se tratar de uma proposta de alteração na Constituição, precisa de, pelo menos, 308 votos, em dois turnos de votação.

Em fevereiro de 2018, o Governo Federal interviu na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. A Carta Magna não pode ser alterada durante a vigência da intervenção. Com isso, enquanto durar a intervenção, a reforma da previdência não poderá ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Reforma Trabalhista

Principais mudanças: Acordado sobre o legislado (algumas questões hoje reguladas pela CLT poderão ser negociadas entre patrões e empregados, como férias, planos de cargos e salários e jornada de trabalho), jornada de trabalho (jornada diária poderá ser de 12 horas, com 36 de descanso; mas os limites de 44 horas e semanais e 220 mensais permanecem), terceirização (permitida para qualquer atividade, incluindo atividade-fim), trabalho intermitente (permite a prestação de serviços de forma descontínua, podendo o funcionário trabalhar em dias e horários alternados), remuneração (permite ao empregador pagar somente pelas horas efetivamente trabalhadas), férias (podem ser parceladas em até três vezes; a maior precisa ter no mínimo 14 dias seguidos e as menores não podem ter tempo inferior a 5 dias), permite a modalidade de trabalho remoto (à distância) e a contribuição sindical passou a ser facultativa: paga quem quer.

14 – QUESTÕES COMENTADAS

1. (VUNESP/ ARES PCJ/2018 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em 28 de junho, o Banco Central (BC) reduziu de 2,6% para 1,6% a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. A revisão da previsão para o desempenho do PIB considerou os últimos dados divulgados para o primeiro trimestre, os indicadores coincidentes já conhecidos para o segundo trimestre do ano e o conjunto de informações disponíveis até o momento.

(Valor. Disponível em https://bit.ly/2uOiqKj. 28.06.2018. Adaptado)

Um dos fatores apontados para a previsão de queda do PIB é

(A) a alta inflação que já atingiu 12% no período de janeiro a julho.

(B) a greve dos caminhoneiros que comprometeu a recuperação econômica.

(C) a redução das exportações de commodities, como a soja.

(D) as constantes oscilações na taxa de juros dos cartões de crédito.

(E) a instabilidade da bolsa de valores devido à crise cambial.

COMENTÁRIOS:

Um dos fatores apontados para a previsão de diminuição no crescimento do PIB, segundo o Banco Central, foi a greve dos caminhoneiros.

Ocorrida no fim de maio, a greve trouxe impactos negativos na economia, como a alta da inflação, que chegou ao seu maior índice registrado em 2018 — até então — 1,26%; bem como a queda em alguns indicadores de atividade econômica. A greve também prejudicou as exportações de commodities, como a soja.

Gabarito: B

---

2. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

A reforma da previdência, uma das principais políticas defendidas pelo governo de Michel Temer, não conseguiu ser aprovada no primeiro semestre de 2018 como estava previsto. Um fator que ainda impede a apreciação da reforma da previdência pelo Congresso Nacional é a

(A) intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

(B) necessidade de realização de uma consulta popular.

(C) modificação da Constituição em ano eleitoral.

(D) ausência de dados quantitativos acerca do envelhecimento da população.

(E) ampliação do endividamento externo da economia brasileira.

COMENTÁRIOS:

Por meio do Decreto nº 9.288, de 16/02/2018, o governo federal interviu na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A sua vigência é da data do decreto até 31 de dezembro de 2018.

O instrumento da intervenção federal está previsto no artigo 34, da Constituição Federal, e prevê um poder excepcional para a União intervir nos Estados ou no Distrito Federal, como uma medida emergencial. Na vigência de intervenção federal, a Constituição Federal não pode ser alterada. A ideia é que, em períodos de anormalidade ou instabilidade no país, não se altere a nossa lei maior. Com isso, a principal reforma almejada pelo governo de Michel Temer, a da previdência, que implicava alterações na Constituição Federal, não pode ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Gabarito: A

---

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

Desde o início da semana (20.05.2018), caminhoneiros em todo o Brasil suspenderam os transportes e paralisaram rodovias. No Brasil, cerca de 15 milhões de caminhoneiros são responsáveis pela quase totalidade do transporte de cargas que abastecem os brasileiros, principalmente produtos perecíveis. “Acho que ninguém aguenta mais esse aumento geral no custo de vida”, disse um dos caminhoneiros, que entregou uma carga de celulares em São José dos Campos e não tem data para voltar para Salvador, na Bahia, onde mora sua família.

(www.terra.com.br. Adaptado)

A paralização dos caminhoneiros foi motivada, entre outros fatores, pelas críticas da categoria

(A) ao incentivo do governo federal aos modais ferroviário e hidroviário em detrimento do transporte rodoviário.

(B) à política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras, que acompanha a variação das cotações internacionais do petróleo.

(C) à abertura econômica de segmentos relacionados ao transporte rodoviário, o que provocou a alta dos preços dos caminhões e dos combustíveis.

(D) ao reajuste nos preços do óleo diesel pautado na inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

(E) ao aumento dos custos de importação de autopeças, que incide no valor dos fretes praticados pelas transportadoras.

COMENTÁRIOS:

As duas principais reivindicações dos caminhoneiros eram a redução no preço do diesel e a revisão da política de reajustes adotada pela Petrobras.

Desde 2017, a Petrobras ajustava o preço dos combustíveis conforme a cotação do barril de petróleo no mercado internacional e a variação do câmbio, ou seja, o valor do real em relação ao dólar. Como o dólar e petróleo variam dia a dia, o preço dos combustíveis era reajustado quase que diariamente. Entre janeiro e maio de 2018, o preço médio do diesel subiu 8%, muito acima da inflação registrada no período, que não chegou a 1%.

Além disso, os caminhoneiros reivindicavam também a isenção do pagamento de pedágio de eixos suspensos e a regulamentação de preços mínimos para o frete no país.

Todas as reivindicações dos caminhoneiros foram atendidas pelo Governo Federal.

Gabarito: B

(CEBRASPE/MP PI/2018 – TODOS OS CARGOS)

Pouco a pouco, o Brasil começou a se recuperar dos efeitos causados pela greve dos caminhoneiros, que durou dez dias e paralisou serviços como fornecimento de combustíveis e distribuição de alimentos e insumos médicos, o que deixou o país à beira de um colapso. Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil.

Internet: (com adaptações).

Considerando o assunto do texto apresentado e aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

4. A alta nos preços do óleo diesel foi o principal motivo da greve dos caminhoneiros.

COMENTÁRIOS:

A alta nos preços do óleo diesel foi o principal motivo da greve dos caminhoneiros, que solicitavam a redução e o congelamento do preço do combustível. O movimento se estendeu de 21 a 30 de maio de 2018. Nas negociações para o fim da greve, o governo federal reduziu o preço do diesel em quarenta e seis centavos por litro na bomba, com a manutenção do preço por sessenta dias. Após esse período, os reajustes passaram a ser mensais.

Gabarito: Certo

---

5. O governo brasileiro reagiu imediatamente à greve dos caminhoneiros: ainda no início da paralisação, determinou intervenção militar para garantir o abastecimento nas cidades.

COMENTÁRIOS:

O governo brasileiro não reagiu imediatamente à greve dos caminhoneiros. Também não determinou a intervenção militar. O Governo Federal emitiu um decreto de garantia da lei e da

ordem (GLO), que permitiu a atuação das Forças Armadas em ações para desbloquear vias, garantir o abastecimento de combustíveis e fazer a situação voltar à normalidade.

Realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.

Reguladas pela Constituição Federal, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade. Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

Gabarito: Errado

---

6. A principal reivindicação dos caminhoneiros grevistas era a redução da carga tributária sobre o óleo diesel.

COMENTÁRIOS:

A principal reivindicação dos caminhoneiros grevistas era a redução do preço do óleo diesel. A redução da carga tributária sobre o combustível foi a forma sugerida para a redução do preço do combustível.

O governo federal atendeu esta reivindicação dos caminhoneiros e reduziu o preço do diesel em quarenta e seis centavos por litro na bomba. Para isso, zerou a Cide e reduziu a cobrança do PIS/Cofins.

Ou seja, a principal reivindicação era a redução do preço do óleo diesel. Questão mal elaborada, mas que a banca julgou como certa.

Gabarito: Certo

---

7. O Brasil inclui-se entre os países que possuem a maior concentração rodoviária do transporte de cargas no mundo.

COMENTÁRIOS:

A matriz de transportes brasileira é muito desequilibrada. Segundo Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do Governo Federal, 65% de toda a carga em território nacional escoa pelas estradas (2015). Somadas, ferrovias e hidrovias respondem por pouco mais de 30% das cargas transportadas. Essa situação deixa o país vulnerável a protestos como o dos caminhoneiros.

O predomínio das rodovias coloca o Brasil na 55° colocação no ranking de eficiência no transporte de carga do Banco Mundial, atrás de outras economias emergentes, como a China, a Índia e a África do Sul. A infraestrutura em transporte é especialmente importante para a exportações. Um frete ineficiente encarece o produto final no mercado externo, o que significa menor competitividade.

Gabarito: Certo

---

8. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO)



A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, afetou a rotina dos brasileiros e demonstrou a força de mobilização da categoria. Assinale a opção que apresenta uma das reivindicações do movimento grevista.

(A) O fim do tabelamento do frete, substituído pela livre negociação, caso a caso.

(B) A mudança na política de preços dos combustíveis, desatrelando-os da flutuação do dólar.

(C) A diminuição do IPEI e do IOF, impostos que incidem na formação do preço da gasolina e do diesel.

(D) O reconhecimento do seu sindicato nacional, como única e legitima representação da categoria.

(E) A manutenção da malha rodoviária e sua interligação com as principais ferrovias e hidrovias.

COMENTÁRIOS:

As duas principais reivindicações dos caminhoneiros foram a redução no preço do diesel e a revisão da política de reajustes do combustível adotada pela Petrobras.

Desde 2017, a Petrobras ajustava o preço dos combustíveis conforme a cotação do barril de petróleo no mercado internacional e a variação do câmbio, ou seja, o valor do real em relação ao

dólar. Como dólar e petróleo variam dia a dia e estavam em um período de alta, o preço dos combustíveis era reajustado quase que diariamente. Entre janeiro e maio de 2018, o preço médio do diesel subiu 8%, muito acima da inflação registrada no período, que não chegou a 1%.

Além disso, os caminhoneiros reivindicavam a isenção do pagamento de pedágio de eixos suspensos e a regulamentação de preços mínimos para o frete no país.

Gabarito: B

---

9. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

A paralisação dos caminhoneiros vem perdendo força e dá claros sinais de que está próxima do fim. A Polícia Federal Rodoviária (PRF) notificou nesta quinta-feira, 31 de maio, uma grande redução dos pontos de concentração nas rodovias federais. Em todos os Estados, a vida começa a voltar ao ritmo normal.

(Exame, 31.05.18. Disponível em: https://goo.gl/JsGcc2. Adaptado)

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou

(A) a força do transporte aéreo de cargas na reposição dos estoques.

(B) a perda de importância dos derivados de petróleo no abastecimento.

(C) a dependência da economia brasileira em relação ao rodoviarismo.

(D) a relevância e a extensão da malha ferroviária no Brasil.

(E) o investimento crescente do Brasil no transporte fluvial.

COMENTÁRIOS:

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou a dependência da economia brasileira em relação ao transporte rodoviário de cargas, denominada de rodoviarismo. Pela via rodoviária são transportadas grande parte das cargas e de passageiros no Brasil.

O modal rodoviário apresenta vantagens em curtas distâncias, mas é ruim em longas distâncias, quando o custo passa a ser muito elevado. Para um país de dimensões continentais com o Brasil, isso é péssimo. Outros tipos de transportes que apresentam melhor custo-benefício em longas distâncias foram colocados em segundo plano, como as ferrovias e as hidrovias. A dependência de um único modal não é ruim só para a economia, mas também é prejudicial para o abastecimento interno em casos de paralisação, como ocorreu na greve dos caminhoneiros, ou em possíveis outros casos extremos que possam vir a prejudicar a fluidez nas estradas.

Gabarito: C

---

10. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

O número de mortes em conflitos agrários cresceu 15% em 2017 na comparação com o ano anterior, num total de 70 assassinatos. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que

divulgou os dados nesta quarta-feira (23 de maio de 2018), trata-se do maior número desde 2003. Dentre as mortes registradas, a pastoral destaca quatro massacres que ocorreram na Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia, resultando em 28 assassinatos. O estado do Pará lidera o ranking de 2017 com 21 pessoas assassinadas, dez no massacre de Pau D'Arco, seguido pelo estado de Rondônia, com 17, e pela Bahia, com 10 assassinatos.

(CartaCapital. https://www.cartacapital.com.br. 23.05.2018. Adaptado)

Uma das justificativas para a violência no campo brasileiro relaciona-se

(A) à minifundiarização da produção de matérias-primas agrícolas.

(B) ao processo histórico de concentração fundiária.

(C) à coletivização das terras improdutivas prevista na Constituição.

(D) ao avanço das monoculturas em direção das periferias urbanas.

(E) à industrialização de áreas remotas do território nacional.

COMENTÁRIOS:

A estrutura fundiária brasileira é extremamente concentrada. A concentração da propriedade da terra é um dos traços marcantes do campo brasileiro, cujas origens remotas encontram-se no modelo de colonização da América portuguesa. Esse padrão concentrador serviu como base para a configuração da agricultura moderna brasileira, que exibe nítida dicotomia entre grandes e pequenos estabelecimentos rurais. Essa desigualdade é, segundo especialistas, a causa de grande parte dos conflitos no campo, entre trabalhadores sem-terra e grandes proprietários rurais.

Gabarito: B

---

11. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Por unanimidade, o Banco Central manteve os juros básicos da economia em 6,5% ao ano, ao mesmo tempo em que sinalizou o fim do ciclo de cortes no juro iniciado em outubro de 2016.

(Folha de S. Paulo, 17.05.18. Disponível em: https://goo.gl/x3xnz4. Adaptado)

Uma das razões para a manutenção dos juros básicos no Brasil é

(A) a crescente geração de emprego.

(B) a tendência de valorização do dólar.

(C) o aumento expressivo da inadimplência.

(D) o cenário de recessão econômica.

(E) a perspectiva de espiral inflacionária.

COMENTÁRIOS:

A taxa básica de juros foi reduzida sucessivamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) por um ciclo de 12 cortes, de outubro de 2016 a março de 2018. Na reunião de maio de 2018, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 6,5%. A decisão teve como base a alta do dólar, que tem causado uma forte desvalorização do real frente a essa moeda.

A definição da taxa de juros pelo Copom do Banco Central tem como foco o cumprimento da meta de inflação, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%, mas o sistema permite uma margem de tolerância e a meta não será, formalmente, considerada descumprida caso fique entre 3,0% e 6,0%.

Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas predeterminadas pelo CMN, o BC reduz os juros. Por outro lado, quando a inflação está alta ou as estimativas indicam que ela vai subir, o BC eleva a Selic. O objetivo é que os juros cobrados pelos bancos também subam, ou seja, que o crédito fique mais caro e, com isso, freie o consumo, fazendo a inflação cair. Essa medida, porém, afeta a economia e gera desemprego.

O aumento do dólar pode encarecer produtos e serviços importados consumidos no Brasil e pressionar a inflação. Como a **desvalorização do real frente ao dólar,** ocorrida antes da reunião de maio de 2018, também pressiona os preços, o Copom avaliou que era preciso agir para impedir isso e decidiu por não fazer um novo corte da taxa Selic, como era esperado por analistas do mercado financeiro, mas pela sua manutenção no mesmo patamar deliberado na reunião de fevereiro de 2018, ou seja, de 6,5%.

Gabarito: B

---

12. (VUNESP/PM SP/2018 – SOLDADO)

A agência internacional de risco *Standard & Poor's (*S & P) rebaixou nesta quinta-feira (11. jan. 2018) a nota de crédito soberano do Brasil de "BB" para "BB-". Com isso, o rating do país segue sem o selo de bom pagador, mas agora está três degraus abaixo do grau de investimento. Já a perspectiva para a nota mudou de negativa para estável.

(G1 – goo.gl/mnRUWR. Acesso 01.04.2018. Adaptado)

A agência apontou como justificativa para o rebaixamento

(A) o atraso na aprovação da reforma da Previdência para reequilibrar as contas públicas.

(B) o elevado número de desempregados, superior a 12 milhões de pessoas.

(C) o aumento da inflação provocado pela elevação do preço dos combustíveis.

(D) a morosidade na conclusão de obras de infraestrutura como a transposição do rio São Francisco.

(E) a fragilidade da reforma política aprovada pelo Congresso no final de 2017.

COMENTÁRIOS:

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país. As notas servem como referência

para os juros dos títulos públicos, que representam o custo para o governo pegar dinheiro emprestado dos investidores.

Uma boa classificação atrai investimentos estrangeiros ao país. Fundos de pensão estrangeiros investem apenas em países com grau de investimento concedido por, pelo menos, duas agências de classificação de risco. Caso contrário, o país passa a ser considerado de grau especulativo.

Em 2008 e 2009, as três principais agências de classificação de risco de crédito elevaram a nota do Brasil para o patamar de grau de investimento. Em 2015 e em 2016, o Brasil teve a sua nota rebaixada, para o patamar abaixo do grau de investimento, por essas agências. Já sem o grau de investimento, os últimos rebaixamentos do Brasil ocorreram em janeiro de 2018, pela Standars & Poors e, em março de 2018, pela Fitch.

Na justificativa para a sua decisão, a agência Standard & Poor's apontou como "uma das principais fraquezas do Brasil" o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Dentre as medidas que estão atrasadas destaca-se a aprovação da reforma da Previdência.

Ao rebaixar o Brasil, a Fitch citou a situação fiscal e considerou a suspensão da tramitação da reforma da Previdência um retrocesso.

Gabarito: A

---

13. (VUNESP/PREFEITURA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

O Banco Central reduziu na noite da quarta-feira, 6 de dezembro, a taxa Selic em 0,50 ponto porcentual, de 7,5% para 7% ao ano. Foi o décimo corte consecutivo. Antes do anúncio desta quarta-feira, a Selic mais baixa, de 7,25%, havia sido registrada ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff. Além do corte desta quarta, o BC já sinalizou a intenção de promover nova redução de juros no próximo encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), em fevereiro do ano que vem.

(Estadão, 6 dez. 17. Disponível em: <https://goo.gl/2qVoYv>. Adaptado)

Entre os fatores que contribuíram para a redução da taxa de juros, é correto identificar

(A) o aumento brusco do desemprego.

(B) a persistência da recessão.

(C) o rápido crescimento econômico.

(D) a inflação sob controle.

(E) o aumento do superávit fiscal.

COMENTÁRIOS:

A taxa Selic serve para definir a taxa de juros cobrada em títulos financeiros do Tesouro Nacional. O governo utiliza para decidir quanto rendem os juros que estão sob a sua custódia. Ou

seja, é o dinheiro que o governo ganha através da venda de seus títulos públicos. A maioria desses títulos é comprado por grandes bancos. Essa taxa é muito importante, pois serve de parâmetro para todas as outras do mercado.

Ou seja, essa taxa é uma referência para o custo do crédito no Brasil. Ela é usada como um instrumento para controlar a inflação no país. Para controlar a taxa da inflação dentro da meta, o Banco Central precisa manter a taxa Selic de preferência mais alta. Com a inflação sob controle, é normal que se diminua a taxa Selic.

Gabarito: D

---

14. (VUNESP/PREFEITURA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

Começaram a valer neste sábado (11 de novembro) as novas regras estabelecidas pela reforma trabalhista. São mais de cem mudanças na relação entre as empresas e os trabalhadores.

(G1, 11 nov. 17. Disponível em: <https://goo.gl/j6hYs4>. Adaptado)

Entre as mudanças estabelecidas, é correto identificar

(A) o fim do salário mínimo, que não servirá mais como parâmetro obrigatório na remuneração dos trabalhadores pelas empresas.

(B) o fim da obrigatoriedade do registro em carteira nas relações de trabalho, com o objetivo de legalizar o trabalho considerado informal.

(C) a formalização do trabalho intermitente, aquele em que não há jornada fixa, podendo o empregado trabalhar em alguns dias ou durante algumas horas.

(D) a incorporação do tempo de deslocamento ao trabalho como parte da jornada, instituindo uma remuneração específica para os empregados que moram longe.

(E) o aumento da contribuição para o FGTS por parte do empregador, com a finalidade de dar mais segurança ao trabalhador em caso de demissão.

COMENTÁRIOS:

Entre as alternativas, a única que faz menção a uma das novas regras estabelecidas pela reforma trabalhista é a "C": a formalização **do trabalho intermitente**, aquele em que não há jornada fixa, podendo o empregado trabalhar em alguns dias ou durante algumas horas.

Atualmente, a jornada de trabalho é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. Pelo novo texto é permitida a prestação de serviços de forma descontínua, podendo o funcionário trabalhar em dias e horários alternados.

Gabarito: C

---

15. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)

Acerca da Reforma da Previdência, analise as afirmativas abaixo:

O presidente Michel Temer deve seguir em frente com reformas econômicas em 2018, principalmente no primeiro semestre. Medidas como um novo marco regulatório para o setor de telecomunicações, cadastro positivo para o crédito e a privatização da Eletrobrás têm boas chances de serem aprovadas no Congresso. A maior dificuldade é justamente na reforma mais importante: a da Previdência.

https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-esperar-do-cenario-politico-dobrasilem-2018/

I. Como se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a Reforma da Previdência precisa contar com a aprovação de pelo menos 308 Deputados Federais em dois turnos de votação.

II. A Reforma da Previdência, para ser aprovada, não necessita passar por votação no Senado. Devido ao tema da proposta, basta que a sua aprovação se dê na Câmara dos Deputados.

III. A atual Reforma da Previdência proposta pelo governo do presidente Michel Temer consta no texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287 / 16.

Podemos afirmar corretamente que:

a) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

b) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

c) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeira. Por se tratar de uma proposta de alteração da Constituição, para ser aprovada, a Reforma da Previdência será votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e será aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49), em cada turno de votação.

II - Falsa. Para ser aprovada, a Reforma da Previdência passa por votação no Senado e na Câmara dos Deputados.

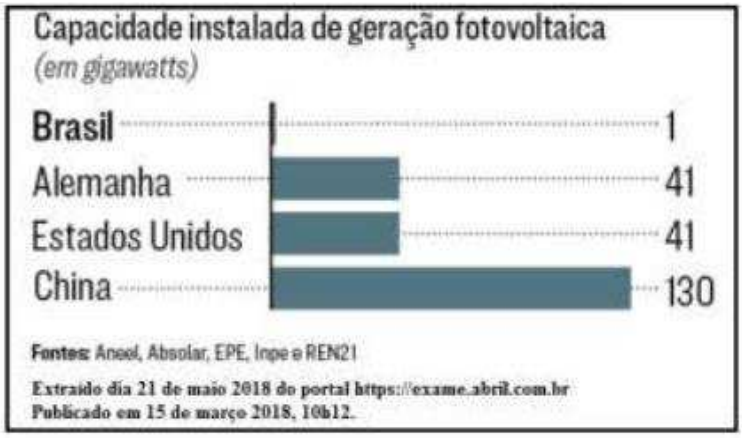
III - Verdadeira. A proposta de Reforma da Previdência do governo do presidente Michel Temer consta no texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287 / 16. O seu relator é o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA).

Gabarito: B

---

16. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)

A análise do gráfico abaixo nos permite concluir que:



a) A partir de 2018 passou a ser permitido que qualquer consumidor brasileiro possa produzir a sua própria energia elétrica e comercializá-la com quem preferir.

b) O Brasil, apesar de ter uma baixa incidência solar, se destaca como uma das maiores potências produtoras de energia solar do mundo.

c) No que diz respeito à capacidade instalada de geração fotovoltaica, o Brasil está atrás de países que têm menor nível de incidência solar.

d) O Brasil já conseguiu inverter a sua matriz elétrica que, antes era altamente dependente da água como fonte primária, e agora depende quase que exclusivamente de fontes renováveis como o sol e os ventos.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. O gráfico não traz essa informação. Por sua vez, está incorreta a afirmação. Desde 17 de abril de 2012, quando entrou em vigor a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Quando a quantidade de energia gerada em determinado mês for superior à energia consumida naquele período, o consumidor fica com créditos que podem ser utilizados para diminuir a fatura dos meses seguintes. O prazo de validade dos créditos passou de 36 para 60 meses, sendo que eles podem também ser usados para abater o consumo de unidades consumidoras do mesmo titular situadas em outro local, desde que na área de atendimento de uma mesma distribuidora. Esse tipo de utilização dos créditos foi denominado “autoconsumo remoto”. Um exemplo é o da microgeração por fonte solar fotovoltaica: de dia, a “sobra” da energia gerada pela central é passada para a rede; à noite, a rede devolve a energia para a unidade consumidora e supre necessidades adicionais. Portanto, a rede funciona como uma bateria, armazenando o excedente até o momento em que a unidade consumidora necessite de energia proveniente da distribuidora.

b) Incorreto. O Brasil possui uma ótima incidência solar e um ótimo potencial de geração de energia solar, que infelizmente não é bem aproveitado. Por isso, o país não se destaca como uma potência produtora de energia solar no mundo, nossa geração de energia solar ainda é muito pequena.

c) Correto. O Brasil produz menos energia solar do que países que possuem menos potencial de geração dessa energia, como a Alemanha.

d) Incorreto. A matriz elétrica brasileira ainda é altamente dependente da água, isto é, da energia hidrelétrica. Nos últimos anos, entretanto, tem aumentado bastante a geração de energia elétrica através da fonte eólica.

Gabarito: C

---

17. (FCC/PC-AP/2017 – DELEGADO DE POLÍCIA)

Em passado recente as três grandes agências internacionais de classificação de risco voltaram suas atenções para a economia brasileira. Sobre esse fato considere as afirmações:

I. A classificação de risco (*rating*) soberano é a nota dada por agências classificadoras de risco que avaliam a capacidade e a disposição de um país em honrar, pontual e integralmente, os pagamentos de sua dívida.

II. As agências atribuem as notas de risco de crédito apenas a Estados nacionais, mas excepcionalmente podem avaliar empresas, especialmente estatais que estão em vias de desestatização.

III. Desde final de 2016 as principais agências de risco incluíram o Brasil no grupo de países com classificação A-, isto é, país com baixo grau de investimento financeiro.

IV. Quanto pior for a classificação de risco maior são os juros cobrados pelos investidores para emprestar dinheiro, o que amplia a crise econômica do país endividado.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e IV.

e) III e IV

COMENTÁRIOS:

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma **medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país**. As notas servem como referência para os juros dos títulos públicos, que representam o custo para o governo pegar dinheiro emprestado dos investidores.

Uma boa classificação atrai investimentos estrangeiros ao país. Fundos de pensão estrangeiros investem apenas em países com grau de investimento concedido por, pelo menos, duas agências de classificação de risco. Caso contrário, o país passa a ser considerado de grau especulativo.

I - Correto. A classificação de risco (*rating*) soberano é a nota dada por agências classificadoras de risco que avaliam a capacidade e a disposição de um país em honrar, pontual e integralmente, os pagamentos de sua dívida.

II – Incorreto. As agências também atribuem notas aos governos estaduais e a empresas estatais e privadas avaliando a capacidade dessas instituições de honrarem os pagamentos dos compromissos assumidos no mercado financeiro.

III - Incorreto. Em 2015 e 2016, as principais agências de classificação de risco incluíram o Brasil no grupo de países com classificação B e suas demais subclassificações, que correspondem a um grau de especulação baixo.

IV - Correto. Quanto pior for a classificação de risco maior serão os juros cobrados pelos investidores para emprestar dinheiro ao país, pois é menos confiável emprestar dinheiro a um país com uma classificação de risco de grau especulativo. Isso pode ampliar a crise econômica do país.

Gabarito: C

---

18. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR – BA/2017 – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II - DIREITO)

O IBGE divulgou que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao quarto trimestre do mesmo ano, já retirados os efeitos sazonais. É o primeiro número positivo desde o final de 2014, e o principal fator para este resultado foi o desempenho do setor agropecuário, que cresceu 13,4% no período. Os serviços, que respondem por mais de 70% do PIB, ficaram estáveis. A indústria também teve resultado positivo, com alta de 0,9%.

(Adaptado de http://www1.folha.uol.com.br/mercado/)

Com relação ao desempenho positivo do agronegócio brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. O agronegócio é responsável por uma grande parte da produção nacional brasileira, impulsionando também a demanda em outros segmentos, como, por exemplo, o de insumos e o de transporte de cargas.

II. O agronegócio tem papel relevante no incremento das exportações brasileiras para países orientais, sobretudo a China, que concentram a demanda em produtos do complexo da soja.

III. O agronegócio expandiu suas cadeias produtivas graças à ampliação de áreas de cultivo e ao desenvolvimento de novas tecnologias, sendo responsável pela geração de empregos no campo.

Está correto o que se afirma em

a) I, somente.

b) II, somente.

c) III, somente.

d) I e II, somente.

e) I, II e III.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A agropecuária é um dos motores da economia brasileira. Impulsiona parte importante da indústria e dos serviços, numa cadeia produtiva denominada de agronegócio.

II - Correto. A participação do agronegócio no conjunto das exportações brasileiras é significativa. Países orientais estão entre os principais destinos das exportações do segmento. A China, principal parceiro comercial do Brasil, é uma grande importadora de produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo), além de outras commodities.

III - Correto. A expansão do agronegócio foi possível, entre outros fatores, pela ampliação de áreas de cultivo e pelo desenvolvimento de novas tecnologias. A expansão do agronegócio demanda mais mão de obra, gerando empregos no campo.

Gabarito: E

---

19. (CESPE/PM AL/2017 – SOLDADO COMBATENTE)

BRIC é um acrônimo que se refere aos países-membros fundadores do grupo político de cooperação: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, o S foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: South Africa) ao grupo. Os membros fundadores e a África do Sul estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. O bloco é geralmente referido como os BRICS ou países BRICS ou, alternativamente, como os Cinco Grandes.

Internet: <http://pt.wikipedia.org> (com adaptações)

No que se refere a aspectos da política externa e da economia brasileiras, julgue o item a seguir.

A economia brasileira está em franca expansão, com recorde de aumento do índice de emprego e da renda dos trabalhadores, devido à demanda chinesa por produtos industrializados brasileiros.

COMENTÁRIOS:

A economia brasileira passou por dois anos de grande recessão econômica, com a queda do PIB em 2015 e 2016. Em 2017, o país saiu da recessão, mas em um ritmo bastante lento, com baixo crescimento do PIB. Nos três anos que se passaram, o desemprego esteve elevado e não houve nenhum tipo de aumento recorde da renda dos trabalhadores. O Brasil é um grande exportador de comodities para a China e não de produtos industrializados.

Gabarito: Errado

---

20. (CESPE/CBM AL/2017 – OFICIAL COMBATENTE)

Desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental. A respeito dos múltiplos aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, julgue o próximo item.

Alagoas destaca-se pela concentração de parques eólicos, sendo o principal responsável pelo desempenho positivo da região Nordeste na produção de energia eólica em relação ao resto do Brasil.

COMENTÁRIOS:

Não há parques eólicos implantados em Alagoas. Em 2017, mais de metade da energia elétrica consumida no Nordeste veio da fonte eólica. A região é o grande destaque no rápido crescimento da geração de energia elétrica pela fonte eólica no Brasil. Os grandes destaques são os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Pernambuco.

Gabarito: Errado

---

21. (CESPE/CBM AL/2017 – SOLDADO COMBATENTE)

tecnologia

tec·no·lo·gi·a

sf

1 Conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos a arte, indústria, educação etc.: "O ensaio me pareceu muito bem craniado. Só notei que estás demasiadamente fascinado pela tecnologia. Daí a aceitar sem reservas a tecnocracia é um passo muito curto" (EV).

2 Conhecimento técnico e científico e suas aplicações a um campo particular: "Os serviços de informação e inteligência do Departamento de Estado norte-americano já dispunham de tecnologia suficiente para rastrear o encontro num quarto de hospital de dois personagens secundários […]" (CA).

3 POR EXT Tudo o que é novo em matéria de conhecimento técnico e científico.

4 Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático.

5 Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: Vivemos o momento da grande tecnologia.

Internet: <http://michaelis.uol.com.br>

Tendo a definição apresentada como referência inicial, julgue o seguinte item, que trata de múltiplos aspectos relacionados à tecnologia.

O Brasil tem sido pioneiro no emprego de tecnologia relacionada ao uso de biocombustíveis para automóveis em larga escala, podendo ser citadas como exemplos desse pioneirismo tanto a produção de etanol como a dos chamados carros flex.

COMENTÁRIO:

O Brasil foi o pioneiro no emprego de tecnologia relacionada ao uso de biocombustíveis para automóveis em larga escala já na década de 1970. Em 1975, o governo brasileiro criou o

Proálcool (Programa Nacional do Álcool) para intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Essa atitude teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970, pois o preço do produto estava muito elevado e passou a ter grande peso nas importações do país.

Para impulsionar o programa foram oferecidos incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana de açúcar e para as indústrias automobilísticas que desenvolvessem carros movidos a álcool.

Na primeira década do **Proálcool**, os resultados foram positivos, visto que os consumidores priorizavam os automóveis movidos a álcool e, em 1983, as vendas desses veículos dominaram o mercado brasileiro. Em 1991, aproximadamente 60% dos carros do país (cerca de 6 milhões) eram movidos por essa fonte energética.

Porém, apesar de substituir parcialmente o petróleo, o Programa Nacional do Álcool promoveu uma série de problemas: elevação da dívida pública em consequência dos benefícios concedidos; aumento dos latifúndios monocultores de cana de açúcar; elevação dos preços de alguns gêneros alimentícios (pois ocorreu a redução do cultivo de alimentos em substituição à cana de açúcar), entre outros.

Para agravar ainda mais, durante a década de 1990, houve a redução do preço do barril de petróleo. Esse fato fez com que a diferença entre a gasolina e o álcool diminuísse. Os usineiros passaram a destinar a produção de açúcar para o mercado internacional, pois o mercado interno tornou-se menos lucrativo. Todos esses aspectos contribuíram para que os consumidores e fabricantes de veículos voltassem a priorizar automóveis movidos à gasolina.

Contudo, em 2003, uma nova crise do petróleo impulsionou a fabricação de novos carros a álcool. Dessa vez, entretanto, as indústrias automobilísticas inovaram e desenvolveram motores *flex*, que permitem aos consumidores a opção de uso tanto do álcool quanto da gasolina.

Gabarito: Certo

---

22. (VUNESP/CÂMARA DE PORTO FERREIRA – SP/2017 – ASSESSOR DE IMPRENSA)

Leia a notícia de 16 de agosto de 2017.

Ciente de que a revisão da meta fiscal seria inevitável, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) entrou em contato, nesta semana, com representantes das três grandes agências internacionais de classificação de risco e pediu que esperassem um trimestre para tomarem qualquer decisão.

(F.S.P goo.gl/FyEFCB. Acesso em 23.09.2017. Adaptado)

A preocupação de Meirelles está relacionada

a) à necessidade de o Brasil se manter no grupo de países com classificação A–, isto é, países com tendência a receber investimentos.

b) ao fato de que as futuras privatizações planejadas nos setores elétrico e aeroportuário possam ser prejudicadas por desconfiança dos investidores.

c) à redução da capacidade de o Brasil importar bens de capital de países industrializados que se sintam ameaçados de calote.

d) ao aumento dos juros a serem pagos aos credores internacionais, caso o rebaixamento do Brasil atinja nota inferior a B.

e) à possibilidade de as agências rebaixarem novamente a nota de risco do Brasil e ampliarem a crise econômica por desencorajar investidores estrangeiros.

COMENTÁRIOS:

A preocupação era de que as agências rebaixassem novamente a nota de risco de crédito brasileira. Isso veio a ocorrer em janeiro de 2018, quando o Brasil teve sua nota de investimentos rebaixada mais uma vez, pela Standars & Poors.

Na justificativa para a decisão, a agência apontou como "uma das principais fraquezas do Brasil" o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas.

"Apesar de vários avanços da administração Temer, o Brasil fez progresso mais lento que o esperado em implementar uma legislação significativa para corrigir a derrapagem fiscal estrutural e o aumento dos níveis de endividamento", destacou a S&P em relatório, acrescentando que as incertezas relacionadas às eleições de 2018 agravam esse cenário.

Além da dificuldade em aprovar reformas com efeitos de longo prazo, a S&P destacou, ainda, que "ocorreram retrocessos até mesmo com medidas fiscais de curto prazo - como uma determinação para suspender o adiamento das altas de salários dos funcionários públicos".

Já em março de 2018, outra agência, a Fitch rebaixou novamente a nota de risco de crédito do Brasil. Ao rebaixar o Brasil, a Fitch citou a situação fiscal e considerou a suspensão da tramitação da reforma da Previdência um retrocesso.

Gabarito: E

---

23. (VUNESP/PREFEITURA DE ITANHAÉM – SP/2017 - FISIOTERAPEUTA)

O Programa de Parcerias de Investimento (PPI) discute, dentro do governo Michel Temer, as concessões e privatizações. O PPI divulgou nesta quarta um calendário prevendo uma série de ações voltadas para leilão de novos bens públicos. O objetivo é o de elevar as receitas do governo em um momento de arrecadação fraca, e tentar cumprir a meta fiscal.

(G1, 23.08.2017. Adaptado)

Entre os ativos que o governo pretende incluir no Programa de Parcerias de Investimento, é correto identificar

a) a Casa da Moeda, a Eletrobras e o aeroporto de Congonhas.

b) a Vale do Rio Doce, a Radiobrás e o porto de Santos.

c) o Banco do Brasil, a Embratel e os Correios.

d) a Petrobras, a Companhia Siderúrgica Nacional e o BNDES.

e) a Caixa Econômica, a usina de Itaipu e a base espacial de Alcântara.

COMENTÁRIOS:

Com a intenção de estimular a retomada do crescimento econômico, o governo federal anunciou, em agosto de 2017, a entrada de 57 novos projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). São aeroportos, rodovias, portos, empresas estatais e linhas de transmissão, entre outros, que terão seu capital desestatizado.

Entre os novos projetos, estão o aeroporto de Congonhas (SP), a Casa da Moeda e também a Eletrobras, além das concessões dos aeroportos de Cuiabá (MT) e Recife (PE).

A Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Embratel foram privatizadas no governo de FHC, o que eliminaria, como resposta correta, as alternativas "b", "c" e "d".

As demais estatais listadas nas alternativas não estão no PPI.

Gabarito: A

---

24. (VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA – SP/2017 - AUXILIAR DE ESCRITA)

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse hoje (13/10) em Washington que é possível privatizar a estatal até 2018. "É possível e deverá ser tão importante quanto a privatização das telecomunicações", afirmou o ministro durante palestra promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

(E.B.C. goo.gl/cLs9Tn. Acesso em 15.10.2017. Adaptado)

A estatal a ser possivelmente privatizada é

a) o Banco do Brasil.

b) a Eletrobras.

c) a Petrobras.

d) a Lotex (loterias instantâneas).

e) a Caixa Econômica Federal.

COMENTÁRIOS:

O governo federal anunciou, em agosto de 2017, a entrada de 57 novos projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que prevê a privatização de empresas e projetos estatais. Entre os novos projetos, estão o aeroporto de Congonhas (SP), a Casa da Moeda e a Eletrobras.

Gabarito: B

---

25. (VUNESP/PREFEITURA DE ITANHAÉM – SP/2017 - RECEPCIONISTA)

Sob protestos em ao menos sete estados e no Distrito Federal, o Senado aprovou nesta terça-feira (13/12), por 53 votos a favor e 16 contra, a Proposta de Emenda à Constituição 241, a chamada PEC do Teto.

(FSP – http://folha.com/no1840989. Acesso em 16 jun. 2017. Adaptada)

A proposta, prioridade do governo Michel Temer no Legislativo em 2016,

a) objetiva controlar a inflação até o ano de 2020.

b) reduz o número de ministérios e órgãos federais.

c) controla os aumentos salariais do Poder Judiciário.

d) suspende as importações de bens considerados supérfluos.

e) limita o aumento dos gastos federais por até 20 anos.

COMENTÁRIOS:

Nos últimos quatro anos (2014, 2015, 2016 e 2017), o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) fechou as contas públicas com um déficit primário. **Em 2017, o déficit foi de R$ 124,401 bilhões, o que representa 1,9% do PIB. O déficit ficou abaixo do projetado de R$ 159 bilhões, estabelecido após revisão orçamentária aprovada pelo Legislativo. Para 2018, o Congresso Nacional autorizou o Governo Federal a fechar as contas públicas com déficit de R$ 159 bilhões.**

Na tentativa de reverter os déficits fiscais, o Governo Federal vem implementando um **ajuste fiscal** com medidas que visam aumentar a arrecadação e cortar gastos públicos. São medidas que **aumentam impostos, diminuem o subsídio a políticas sociais e ao setor produtivo e reduzem despesas governamentais**.

Entre as medidas adotadas por Temer está o estabelecimento de um **limite para os gastos públicos**. São medidas que foram encaminhadas para o Congresso Nacional, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), sendo aprovadas pelo parlamento brasileiro. Promulgada como Emenda Constitucional nº 95, o texto legal fixou as seguintes regras:

- Instituição de um Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, ou seja, de 2017 a 2036. Nesse período, os gastos públicos não podem crescer mais que a inflação (crescimento real igual a zero).

- O teto de gastos públicos vale para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Anualmente, a despesa de cada poder só poderá crescer conforme a inflação do ano anterior.

- O teto para 2017, primeiro ano de vigência da EC, será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, inflação que foi prevista para 2016.

- A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

- A inflação a ser considerada para o cálculo dos gastos será a acumulada em 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2018, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2016 e junho de 2017.

- O poder que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo.

- Se um poder extrapolar o teto, outro poder deverá compensar.

- Os gastos com saúde e educação só serão enquadrados no teto de gastos a partir de 2018.

- Ficam de fora das novas regras as transferências constitucionais a estados e municípios, além do Distrito Federal, os créditos extraordinários, as complementações do Fundeb, gastos da Justiça Eleitoral com eleições, e as despesas de capitalização de estatais não dependentes.

- A partir do décimo ano de vigência do limite de gastos, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

A aprovação da PEC do teto foi bastante criticada por alguns setores da sociedade, e gerou manifestações violentas por todo o Brasil. Para os oposicionistas, a iniciativa vai impedir investimentos públicos, agravar a recessão e prejudicar principalmente os mais pobres, ao diminuir recursos para áreas como educação e saúde.

Os defensores da proposta consideram a medida fundamental para garantir o reequilíbrio das contas do país, visto que os gastos públicos vêm crescendo continuamente, em termos reais muito acima do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, consideram que o novo regime fiscal previsto pela proposta permitirá a redução da taxa de juros e um ambiente propício à retomada do crescimento econômico.

Na defesa da proposta, o governo Temer sustentou que a PEC é necessária para controlar gastos públicos, que estariam em uma trajetória insustentável de crescimento. Segundo dados do Tesouro Nacional e do IBGE, entre 1997 e 2015 as despesas do Governo Federal cresceram de R$ 133 bilhões para R$ 1,15 trilhão, um crescimento de mais de **864%**. No mesmo período, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), do IBGE, subiu **306%**. Ou seja, os gastos reais do governo cresceram em ritmo acelerado ao longo de quase duas décadas. Esse crescimento de gastos deve-se, em grande parte, a regras da nossa legislação que garantem reajustes acima da inflação para várias áreas do orçamento público.

Esse aumento dos gastos não era visto como um problema tão sério ao longo da década passada, já que **o governo também arrecadou mais receitas,** graças ao crescimento econômico na década de 2000. Mas, com a crise econômica que o país vivencia desde 2015, essa questão voltou a receber atenção. O problema é que, enquanto os gastos continuam a subir, **a arrecadação de tributos desacelerou muito**, junto com o resto da economia. Em 2015, o governo arrecadou 5,62% menos recursos do que em 2014, em termos reais.

Gabarito: E

---

26. (VUNESP/CÂMARA DE VALINHOS – SP/2017 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O Senado aprovou nesta terça-feira (11 de julho de 2017) o texto da reforma trabalhista. A reforma muda a lei trabalhista brasileira e traz novas definições sobre as relações de trabalho. O texto foi sancionado na quinta-feira (13 de julho) pelo presidente Michel Temer. As novas regras entram em vigor daqui a quatro meses, conforme previsto na nova legislação.

(G1, 11 jul. 17. Disponível em:<https://goo.gl/EzqDow>. Adaptado)

Entre as principais mudanças aprovadas nessa reforma, é correto identificar

a) a abolição do salário mínimo como piso obrigatório para a remuneração de trabalhadores dos setores industrial, comercial e de serviços.

b) o fim da arrecadação do FGTS pelas empresas e pelos trabalhadores, com a imediata incorporação ao salário dos valores antes destinados à contribuição patronal.

c) a flexibilização da jornada, que poderá se estender até 12 horas diárias com 36 horas de descanso, respeitando-se as 44 horas semanais, além das horas extras.

d) a redução do período de férias obrigatórias de 30 para 20 dias para cada ano trabalhado, com a opção de metade do período ser pago em forma de abono.

e) a possibilidade de negociação do tempo de intervalo destinado ao almoço dentro da jornada de trabalho, com sua extinção se houver acordo entre as partes.

COMENTÁRIOS:

Dentre as alternativas, a única que faz menção a uma das mudanças aprovadas pela reforma trabalhista é a flexibilização da jornada, ou jornada intermitente. A legislação anterior não contemplava essa modalidade de trabalho. A jornada de trabalho é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. Pelo novo texto, a jornada de trabalho poderá se estender até 12 horas diárias com 36 horas de descanso, respeitando-se as 44 horas semanais, além das horas extras.

Gabarito: C

---

27. (FCC/PM AP/2017 – SOLDADO)

Com a aprovação no dia 11 de julho pelo Senado Federal, várias regras da atual legislação serão alteradas e começarão a valer para todos os contratos atuais no Brasil a partir do momento em que entrar em vigor, no mês de novembro (120 dias após a sanção do presidente, feita no dia 13 de julho).

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em: 22/07/2017)

A notícia faz referência à reforma

(A) política.

(B) da previdência

(C) do código civil.

(D) trabalhista.

(E) do estatuto da terra.

COMENTÁRIOS:

A notícia faz referência à reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer. A reforma política está em discussão na Câmara dos Deputados. A tramitação da reforma da previdência está parada na Câmara dos Deputados. No momento, não está havendo uma ampla discussão sobre a reforma do Estatuto da Terra e do Código Civil.

Gabarito: D

---

28. (2017/FCC/PM AP – SOLDADO)

A balança comercial brasileira registrou em maio (2017) superávit (exportações maiores que importações) de US$ 7,66 bilhões, informou nesta quinta-feira (1º) o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Trata-se do maior superávit para um único mês desde o início da série histórica do MDIC, que tem início em 1989, ou seja, o maior superávit mensal em 29 anos.

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em: 20/07/2017)

Entre os produtos exportados responsáveis pelo superávit destacam-se

(A) os automóveis e o trigo.

(B) a madeira e o feijão.

(C) a soja e o ferro.

(D) as bebidas e os sapatos.

(E) as máquinas pesadas e o petróleo.

COMENTÁRIOS:

Entre os produtos exportados responsáveis pelo superávit estão a soja e o ferro. O Brasil é um grande exportador de commodities, como a soja, o milho, o café, o açúcar, o suco de laranja, o ferro, o aço e a celulose. A balança comercial setorial das commodities é altamente superavitária, ou seja, o Brasil exporta muitas e importa poucas commodities.

Gabarito: C

---

29. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - ADVOGADO)

“Estamos vivendo uma era em que muitos de nós precisaremos desenvolver habilidades semelhantes às dos empreendedores quer tenhamos desejado isso ou não. O mercado de

trabalho que nós adultos conhecemos passa por uma profunda transformação na esteira de robotização, flexibilização de regras trabalhistas e aposentadoria mais tardia."

(Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ericafraga/2017/11/1937194-sete-habilidades-que-voce-precisara-ter-no-novo-mundodo-trabalho-flexivel.shtml.)

Na esteira de todas essas mudanças, destacam-se os chamados contratos intermitentes. Nesse tipo de trabalho,

a) a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, podendo ocorrer alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.

b) que já era comum e foi apenas alterado recentemente pela Lei da Terceirização, o tempo máximo de contratação é de uma semana, ou duas, em casos especiais.

c) ao ser desligado, o profissional não tem direito a seguro-desemprego ou a qualquer outro direito trabalhista, exclusividade atribuída apenas aos trabalhadores celetistas.

d) o trabalhador não fica à disposição da empresa, e só trabalha quando é chamado, embora não possa prestar serviços para mais de um contratante de cada vez ou repetir a empresa.

COMENTÁRIOS:

Trabalho intermitente é uma modalidade de trabalho legalizada no Brasil a partir da reforma trabalhista de 2017, aprovada no governo do presidente Michel Temer.

De acordo com o artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): "Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador"

Sendo assim, nosso gabarito é a letra "A". Vamos analisar as alternativas incorretas.

b) Incorreta. O trabalho intermitente existia, mas não era regulamentado. Não foi alterado pela Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017), foi alterado pela Lei da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). A Lei da Terceirização foi aprovada no mesmo momento político da aprovação da Lei da Reforma Trabalhista, mas são oriundas de Projetos de Lei diferentes.

A Lei da Terceirização passou a permitir a terceirização para todas as atividades. Antes, só era possível adotar essa forma de contratação em algumas atividades, de acordo com súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

c) Incorreta. O trabalhador intermitente passa a ter carteira assinada e direitos trabalhistas. Não possui direito ao seguro desemprego, mas tem direito a férias a cada 12 meses trabalhados e verbas rescisórias quando não for o caso de demissão por justa causa ou por rescisão indireta.

d) Incorreta. A lei não diz que o funcionário deve ficar à disposição da empresa e nem que não possa prestar serviço à mais de um contratante. O empregador deverá convocar o empregado com pelo menos 3 dias de antecedência. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumida, no silêncio, a recusa.

Gabarito: A

---

30. (IDECAN/CRO-AL/2017 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

A partir da mudança do século, os novos projetos de usinas hidrelétricas ficaram sujeitos a uma nova sensibilidade da sociedade à questão ambiental, e isso representou uma mudança de paradigma no setor elétrico. Em relação à matriz elétrica brasileira, principalmente nos últimos tempos, é coerente afirmar que

a) o setor elétrico brasileiro sempre foi expressivamente limpo, baseado majoritariamente em fontes de energia renováveis.

b) as fontes solar e eólica foram a salvação energética do país, constituindo, atualmente, mais de 60% da fonte de energia do país.

c) só a partir das últimas décadas do século passado, com a crescente preocupação ambiental, o setor energético passou a priorizar fontes renováveis.

d) a crise hídrica iniciada a partir do início do século XX tornou inviável manter a energia elétrica renovável, substituída radicalmente pelos combustíveis fósseis.

COMENTÁRIOS:

a) Correto. O setor elétrico brasileiro sempre foi expressivamente limpo, baseado, em sua maioria, nas fontes de energias renováveis, em grande parte devido à energia hidrelétrica.

b) Incorreto. A participação da fonte eólica na matriz elétrica brasileira cresceu e continua crescendo bastante. Em 2018, representou cerca de 8% da geração de energia elétrica no Brasil. Já a participação da energia solar ainda é insignificante na matriz elétrica brasileira.

c) Incorreto. O setor elétrico brasileiro foi estruturado com base na geração de energia pela fonte hídrica, que é uma fonte renovável. A diversificação que é recente, das últimas décadas do século passado. A participação percentual da fonte hídrica já foi maior. Ou seja, a priorização das fontes renováveis é antiga, não é recente. A primeira hidrelétrica foi construída ainda no século XIX.

d) Incorreto. A questão se refere à **crise do apagão,** que afetou o fornecimento e a distribuição de energia elétrica. Ocorreu entre 1 de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. A crise ocorreu por uma soma de fatores: poucas chuvas, falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e transmissão de energia. A partir do "Apagão" buscou-se diminuir a dependência do setor elétrico da geração de energia pela fonte hídrica. Contudo, ela ainda responde por mais da metade da geração de energia elétrica no Brasil, não foi substituída radicalmente pelos combustíveis fósseis.

Gabarito: A

---

31. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

"Publicada em 2007, a Matriz Energética Brasileira 2030 compõe com o Plano Nacional de Energia 2030 o par de relatórios principais que consolidam os estudos desenvolvidos sobre a expansão da oferta e da demanda de energia no Brasil nos próximos 25 anos."

(Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/publicacoes-e-indicadores/matriz-energetica-nacional-2030.)

Um dos destaques das formas alternativas de geração de energia no Brasil é a eólica. Neste ano, o País se tornou o 10º maior gerador de energia eólica no mundo. A região do Brasil com o maior potencial de produção de energia elétrica a partir dos ventos é:

a) Sul.

b) Nordeste.

c) Sudeste.

d) Centro-oeste.

COMENTÁRIOS:

A região brasileira com o maior potencial de produção de energia elétrica a partir dos ventos é a Nordeste, que, atualmente, também é a região que mais produz energia eólica.

Gabarito: B

---

32. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - AGENTE DE VIGILÂNCIA)

Desde os primórdios da humanidade, o homem buscou fontes de energia para melhorar o desempenho de suas ações e do seu trabalho. Sobre fontes de energia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O petróleo é um exemplo de fonte de energia não renovável.

( ) A maior parte das fontes de energia consumidas no mundo hoje são de fontes renováveis.

( ) Fontes de energia renováveis são aquelas que se recompõem na natureza, em um período relativamente curto de tempo.

A sequência está correta em

a) F, F, F.

b) F, F, V.

c) V, F, V.

d) V, V, F.

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeira. O petróleo é uma fonte de energia não renovável, assim como o gás natural e o carvão.

II - Falsa. Predomina na matriz energética mundial a utilização de fontes não renováveis.

III - Verdadeira. Fontes de energia renováveis são aquelas que se recompõem na natureza, em um período relativamente curto de tempo, como a água, os alimentos e a lenha (utilizados na biomassa) a energia solar, dos ventos, etc.

Gabarito: C

---

33. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)

Sobre o transporte rodoviário, o principal modal de integração do território brasileiro, sendo responsável por grande parcela dos fluxos, de mercadorias e pessoas, dentro do país, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) É o mais flexível e o mais ágil no acesso às cargas, permite integrar regiões, mesmo as mais afastadas, bem como o interior dos países.

( ) Possui rapidez na entrega da carga em curta distância, além de ser peça fundamental da multimodalidade e da intermodalidade.

( ) Tem o menor custo de infraestrutura e a maior capacidade de carga entre todos os modais.

( ) É considerado um meio de transporte limpo, por ter baixa emissão de poluentes.

A sequência está correta em

a) F, V, F, V.

b) V, F, F, V.

c) V, F, V, F.

d) V, V, F, F.

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeira. O transporte rodoviário é mais flexível dentre os meios de transporte, permite integrar regiões, mesmo as mais afastadas, bem como o interior dos países, podendo entregar a mercadoria no exato local em que ela precisa ser entregue. É o mais ágil no acesso às cargas no sentido em que as operações de despacho de carga e descarga das mercadorias são mais simplificadas em relação às ferrovias e hidrovias. No Brasil, o planejamento da integração nacional se realiza (e se realizou) muito através da construção de rodovias entre as regiões e unidades da federação.

II - Verdadeira. Para entregas em distâncias curtas, o transporte rodoviário é o mais adequado, pois o custo é menor. Por todas as suas características, torna-se uma peça fundamental da multimodalidade e da intermodalidade dos meios de transportes.

III - Falsa. A capacidade de carga do transporte rodoviário é menor que a do transporte ferroviário e hidroviário. Quanto ao custo de infraestrutura, inicialmente, os custos para se construir uma rodovia são menores do que para construir uma ferrovia, ou portos e eclusas. No entanto, segundo especialistas, os custos de manutenção de rodovias são maiores do que os das ferrovias, portos e eclusas.

IV - Falsa. Este meio de transporte utiliza como combustível derivados do petróleo, que emitem intensamente gases poluentes na atmosfera, como o CO2. Não é um meio de transporte limpo.

Gabarito: D

---

34. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)

"Entende-se por transporte dutoviário aquele efetuado no interior de uma linha de tubos ou dutos realizados por pressão sobre o produto a ser transportado ou por arraste deste produto por meio de um elemento transportador. Assim, toda dutovia deve ser constituída de três elementos essenciais: os terminais, com os equipamentos de propulsão do produto; os tubos; e, as juntas de união destes." (Arquivo do curso de Logística na FADITU.)

Sobre o transporte dutoviário, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Permite que grandes quantidades de produtos sejam deslocadas de maneira segura, diminuindo o tráfego de cargas perigosas por caminhões, trens ou navios.

( ) Contribui preponderantemente com o aumento do desmatamento se comparado a outros modais de transporte.

( ) Possui elevado custo de manutenção, sem contar os elevados indicadores de acidentes e roubos de cargas que são facilitados.

( ) Pode dispensar armazenamento, simplifica o procedimento de carga e descarga e diminui custos de transportes.

A sequência está correta em

a) F, V, F, V.

b) V, F, F, V.

c) V, F, V, F.

d) V, V, F, F.

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeira. O transporte de cargas perigosas e inflamáveis, como gás e petróleo é muito mais segura por dutos do que por caminhões, trens e navios. Entretanto, não está descartada a possibilidade de acidentes no transporte dutoviário. O rompimento de dutos pode causar grandes impactos ambientais, contaminando o solo ou corpos hídricos.

II - Falsa. A maioria das dutovias são subterrâneas e submarinas. Não possuem relação com o aumento do desmatamento, diferentemente das rodovias e das ferrovias, onde é necessário se desmatar para a implantação das mesmas. As rodovias e ferrovias também estimulam a ocupação de áreas do seu entorno, o que contribui para o aumento do desmatamento.

III - Falsa. Apesar do alto investimento inicial, as dutovias possuem baixo custo operacional. A possibilidade de roubos de cargas é quase nula, uma vez que as dutovias encontram-se, geralmente, embaixo do solo ou das águas. O risco de acidentes é baixo, mas possui o potencial de causar grande impacto ambiental.

IV - Verdadeira. O transporte dutoviário possui a vantagem de apresentar baixo custo operacional de transporte e de energia. O procedimento de carga e descarga é bastante simples. Dutovias dispensam armazenamento do material, uma vez que os próprios dutos proporcionam o seu armazenamento.

Gabarito: B

---

35. (IBEG/PREFEITURA DE MENDES RJ/2016 – ADVOGADO)

Segundo dados oficiais, os preços no Brasil fecharam o ano de 2015 com alta de cerca de 10%, ou seja, a maior alta de preços desde 2002. Sobre a inflação, e os impactos na economia brasileira, assinale a alternativa incorreta:

a) Os aumentos na conta de luz e no preço dos combustíveis foram os principais responsáveis pelo aumento da inflação.

b) Num ambiente de inflação elevada, os investidores preferem aplicar no setor produtivo do que deixar o dinheiro em bancos evitando assim a perda do capital pelos baixos índices de correção determinados pelo governo.

c) É comum países elevarem as taxas de juros como mecanismo de controlar a inflação. A ideia é que, com juros elevados o consumo diminui, forçando os preços a caírem.

d) Uma crise inflacionária pode causar aumento da especulação financeira, na medida em que investidores externos, em busca de rendimentos altos e rápidos, costumam realizar investimentos em países com alta inflação, buscando tirar vantagens das altas taxas de juros. Este capital especulativo pode ser danoso para a economia de um país, haja vista a volatilidade desse capital, que causa instabilidade no mercado de câmbio.

e) A meta de inflação estipulada pelo governo brasileiro é de 4,5%, com margem de dois pontos para mais ou para menos.

COMENTÁRIOS:

Num ambiente de inflação elevada, os investidores preferem aplicar o seu dinheiro no MERCADO FINANCEIRO, ou seja, nos bancos, nas financeiras. Boa parte destes investidores são, na verdade, especuladores que não investem na produção, mas que procuram sempre o maior lucro possível no mercado financeiro. Com exceção da poupança, que paga a inflação e um pequeno juro,

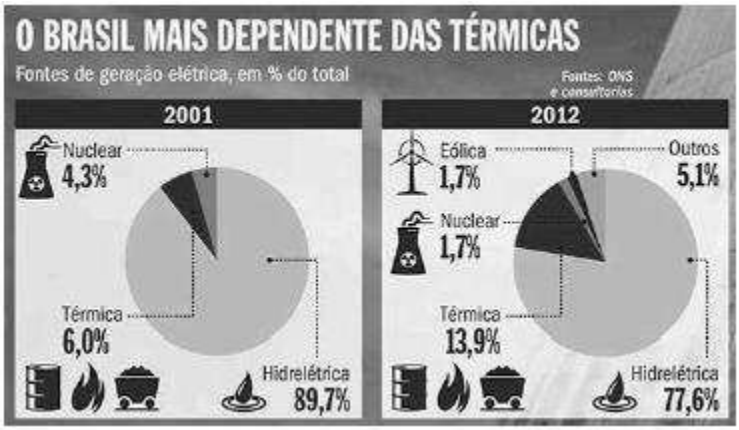
outras aplicações do mercado financeiro são mais rentáveis, geralmente utilizando como referencial a taxa Selic, do Banco Central do Brasil.

Gabarito: B

---

36. (FGV/DPE MT/2015 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Analise a imagem a seguir.



(http://planetasustentavel.abril.com.br/imagem/ as-termicas-a-todo-vapor-Meio2.jpg 2013)

Com relação aos impactos socioambientais decorrentes da evolução da matriz energética brasileira desde 2001, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) O uso de usinas termelétricas pertence a um modelo elaborado após a crise energética de 2001, para diversificar as fontes de fornecimento de eletricidade.

( ) As usinas termelétricas são alimentadas pela queima de combustíveis fósseis, o que gera a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global.

( ) A geração de energia elétrica brasileira assenta-se majoritariamente em fontes não renováveis, cuja exploração tem forte impacto ambiental.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.

b) F, V e V.

c) V, F e F.

d) V, V e F.

e) F, F e V.

COMENTÁRIOS:

PRIMEIRA ALTERNATIVA: VERDADEIRA – Em 2001, o Brasil passou por uma grave crise de suprimento de energia elétrica, conhecida como "apagão". O nível dos reservatórios das hidrelétricas caiu muito. Como elas respondiam por quase 90% da produção de energia elétrica, após a crise, o governo procurou diversificar as fontes de abastecimento. A ideia era reduzir a

dependência da geração hídrica com a diversificação das fontes geradoras de energia elétrica, como a térmica.

SEGUNDA ALTERNATIVA: VERDADEIRA – As usinas termelétricas são alimentadas pela queima de combustíveis fósseis – petróleo, carvão e gás natural, o que gera a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global.

TERCEIRA ALTERNATIVA: FALSA – Hídrica, eólica, solar e biomassa são fontes renováveis de geração de energia. Na figura acima, podemos ver que, em 2012, a matriz hídrica correspondia, sozinha, a 77,6% do total da energia elétrica produzida em nosso país.

Gabarito: D (V, V, F)

---

37. (CESGRANRIO/BAMAN/2015 – TÉCNICO CIENTÍFICO)

Segundo a reportagem do Jornal Folha de São Paulo, do dia 17 de maio de 2014, a cidade de Houston, no Texas (EUA), apresentou baixos índices de desemprego e um crescimento do PIB de 5,5%, segundo dados de 2013. Para os especialistas, os setores de petróleo e gás seriam os principais responsáveis, graças à exploração do gás de xisto, que apresenta vantagens econômicas e consequências ambientais.

Qual a principal consequência ambiental dos avanços tecnológicos na extração do gás de xisto?

a) A nova tecnologia do *fracking* reduz a contaminação do lençol freático.

b) A maior produtividade em cada poço elimina o risco de desmoronamentos de camadas superiores do solo.

c) A perfuração vertical aumenta a capacidade de extração do gás, mas aumenta os riscos de contaminação dos solos.

d) A inovação tecnológica aumenta a capacidade de extração do gás, mas, consequentemente, reduz a estabilidade das camadas superiores do solo.

e) A maior produtividade proporcionada pela nova tecnologia pode provocar o rompimento do revestimento de concreto que sela os canos de metal, protegendo, assim, o lençol freático e o solo.

COMENTÁRIOS:

O xisto é uma rocha da qual é possível extrair petróleo e gás. Até 2006, os métodos disponíveis para extrair combustíveis da rocha eram muito caros. Naquele ano, empresas de petróleo e gás norte-americanas começaram a utilizar uma nova tecnologia – o fraturamento hidráulico – o que faz a produção de petróleo de xisto crescer aceleradamente no mundo.

Embora seja abundante e barato, o gás de xisto tem uma extração polêmica, pois teme-se que o processo de fraturamento hidráulico da rocha possa gerar contaminação dos lençóis freáticos, contaminando a água potável que os cidadãos consomem. A inovação tecnológica aumenta a

capacidade de extração do gás, mas, consequentemente, reduz a estabilidade das camadas superiores do solo.

Gabarito: D

---

38. (FCC/DPE RR/2015 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reuniu nesta quarta-feira (21/10) e manteve novamente os juros básicos da economia brasileira em 14,25% ao ano − permanecendo assim no maior patamar em nove anos. Em setembro, na reunião anterior do Comitê, os juros já tinham ficado inalterados.

(Adaptado de: http://g1.globo.com/economia/noticia)

O Copom é órgão

a) do Banco Mundial.
b) do Banco do Brasil.
c) do Banco Central do Brasil.
d) do Fundo Monetário Internacional − FMI.
e) da Caixa Econômica Federal.

COMENTÁRIOS:

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil é o órgão que define a taxa básica de juros em nosso país. Esta taxa é denominada Taxa Selic.

Gabarito: C

---

39. (IADES/ELETROBRAS/2015 – MÉDICO DO TRABALHO)

A energia eólica, produzida a partir da força dos ventos, é abundante, renovável, limpa e encontra-se em fase de expansão no Brasil. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

a) Após intensa avaliação técnica, nos últimos 10 anos, verificou-se reduzido potencial eólico no Nordeste brasileiro por causa da baixa velocidade e da direção dos ventos na região.

b) Fortes investimentos feitos na região Centro-Oeste fizeram com que a participação da energia eólica na matriz energética brasileira atingisse, em 2014, mais de 20%.

c) O Brasil possui pouco mais de 10 parques eólicos em operação, sendo que a maioria está instalada no Rio Grande do Sul.

d) Essa energia é gerada por meio de termogeradores, nos quais a força do vento, em temperaturas ambientais superiores a 45 ^{o}C, é captada por hélices ligadas a uma turbina que aciona um gerador elétrico

e) Para que a energia produzida pelos parques eólicos seja, de fato, distribuída para os grandes centros consumidores, é necessária a ampliação da malha de linhas de transmissão atualmente disponível.

COMENTÁRIOS:

a) **Incorreta.** O Brasil possui um dos maiores potenciais de geração de energia eólica do mundo. Das regiões brasileiras, o Nordeste é a que possui o maior potencial para a geração de energia eólica.

b) **Incorreta.** A participação da energia eólica na matriz energética brasileira está muito longe do percentual de 20%. Em 2005, o país gerou 29 MW de energia com os ventos. Em 2014, gerou 4.240 MW (4,24 GW), um crescimento de quase 1.500% em dez anos. Apesar de todo esse crescimento, a energia eólica representou menos de 1% da matriz energética brasileira em 2014. A região que recebeu a maior quantidade de investimentos foi o Nordeste, e não o Centro-Oeste.

c) **Incorreta.** Conforme dados da ABEEólica (janeiro/2018), o Brasil já possui mais de 500 parques eólicos, com capacidade instalada de 12.763,1 MW (12,76 GW). Segundo a ABEEólica, até 2023, a capacidade de geração será de 18.639,6 MW. Mais da metade, dos parques eólicos estão instalados no Nordeste. Os estados com mais parques instalados são Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul.

d) **Incorreta.** A energia eólica é produzida a partir da força dos ventos e é gerada por meio de aerogeradores. Neles, a força do vento é captada por hélices ligadas a uma turbina que aciona um gerador elétrico.

e) **Correta.** Para que a energia produzida pelos parques eólicos seja, de fato, distribuída para os grandes centros consumidores, é necessária a ampliação da malha de linhas de transmissão atualmente disponível. Sem linhas de transmissão, não é possível levar a energia para as linhas de distribuição que abastecem os consumidores.

Gabarito: E

(CESPE/FUB/2015 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)

Depois de quase esgotar o seu potencial hidrelétrico na última década de 90, o Nordeste ressurge como a grande sensação da energia alternativa. Até 2023, a geração de novas fontes renováveis — como eólica e solar — vai representar 60% da matriz energética da região. Juntas, as usinas vão somar 22 mil megawatts de potência instalada, mais que o dobro da atual capacidade hídrica do Nordeste e quase metade da geração alternativa prevista para o país.

O Estado de S.Paulo. 11/1/2015, p. B6 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência, julgue o item, considerando os diversos aspectos relativos ao tema tratado.

40. A grande vantagem das usinas hidrelétricas, se comparadas a outras fontes de energia, como a solar e a eólica, é o quase inexistente impacto ambiental por elas causado.

COMENTÁRIOS:

Usinas hidrelétricas causam um significativo impacto ambiental e não um quase inexistente impacto ambiental, como afirma a questão. A grande vantagem das hidrelétricas em relação à solar e à eólica é o custo de geração de energia. Vantagem que está diminuindo sensivelmente em relação à eólica, pois os custos de produção dessa fonte caíram bastante nos últimos anos no Brasil. A solar ainda é bastante cara, mas os custos de produção também caem.

Gabarito: Errado

---

41. Mesmo diante do baixo potencial solar da região Nordeste, a instalação de parques eólicos na área é economicamente atrativa.

COMENTÁRIOS:

O Nordeste tem um grande potencial eólico, o maior do Brasil. A região é a maior produtora de energia eólica do país. Mais de uma centena de parques eólicos já estão instalados e outras centenas serão instalados nos próximos anos no Nordeste, gerando desenvolvimento, investimentos, trabalho e renda. A instalação de parques eólicos na região é economicamente atrativa. Ademais, o Nordeste tem muito sol, tendo em vista que, durante o ano todo a insolação é grande na região, o que faz com que tenha um grande potencial para a geração de energia solar.

Gabarito: Errado

---

42. Um possível benefício dos parques eólicos a que o texto remete é que, quando instalados em áreas pouco desenvolvidas economicamente, eles podem melhorar a renda da população cujas opções de emprego são precárias.

COMENTÁRIOS:

Geralmente os parques eólicos são instalados em áreas pouco desenvolvidas no Nordeste. Os empreendimentos trazem forte melhoria na renda da população local, que tem poucas opções de emprego. Também dinamizam a economia local e contribuem significativamente para o crescimento do PIB nos municípios onde os parques são instalados.

Gabarito: Certo

---

43. A descoberta de petróleo na camada do pré-sal é considerada a redenção econômica da região Nordeste, fato que se deve, sobretudo, ao baixo custo de extração do petróleo nessa camada.

COMENTÁRIOS:

O pré-sal não se localiza no Nordeste. Trata-se de uma camada no subsolo marinho com petróleo armazenado abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 km abaixo da superfície do mar. Fica a uma distância média de 300 km do litoral, em uma faixa de 200 km de largura e de 800 km de extensão, que vai do Espírito Santo a Santa Catarina. O custo de extração de petróleo nessa camada é alto, não é baixo.

Gabarito: Errado

---

44. (VUNESP/TJ SP/2015 – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO)

BC acelera ritmo e sobe juro para 11,75% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central acelerou o ritmo de alta e subiu a taxa básica de juros da economia em 0,5 ponto percentual nesta quarta-feira (3 de dezembro), de 11,25% para 11,75% ao ano. Em outubro, os juros tinham avançado menos: 0,25 ponto percentual. Esse foi o segundo aumento seguido da taxa Selic, que está no maior patamar em três anos.

(G1, 3 dez.14. Disponível em <http://goo.gl/Xz34C0>. Adaptado)

O Banco Central justificou a sua decisão por conta

a) da alta taxa de desemprego.
b) da estagnação da economia.
c) da inflação persistente.
d) da desaceleração da economia dos EUA.
e) do quadro de recessão técnica.

COMENTÁRIOS:

A elevação da taxa básica de juros (taxa Selic) é medida corriqueiramente adotada pelo Banco Central para combater a alta inflacionária, a inflação persistente que não baixa.

Gabarito: C

---

15 – LISTA DE QUESTÕES

1. (VUNESP/ ARES PCJ/2018 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em 28 de junho, o Banco Central (BC) reduziu de 2,6% para 1,6% a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. A revisão da previsão para o desempenho do PIB considerou os últimos dados divulgados para o primeiro trimestre, os indicadores coincidentes já conhecidos para o segundo trimestre do ano e o conjunto de informações disponíveis até o momento.

(Valor. Disponível em https://bit.ly/2uOiqKj. 28.06.2018. Adaptado)

Um dos fatores apontados para a previsão de queda do PIB é

(A) a alta inflação que já atingiu 12% no período de janeiro a julho.

(B) a greve dos caminhoneiros que comprometeu a recuperação econômica.

(C) a redução das exportações de commodities, como a soja.

(D) as constantes oscilações na taxa de juros dos cartões de crédito.

(E) a instabilidade da bolsa de valores devido à crise cambial.

2. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

A reforma da previdência, uma das principais políticas defendidas pelo governo de Michel Temer, não conseguiu ser aprovada no primeiro semestre de 2018 como estava previsto. Um fator que ainda impede a apreciação da reforma da previdência pelo Congresso Nacional é a

(A) intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

(B) necessidade de realização de uma consulta popular.

(C) modificação da Constituição em ano eleitoral.

(D) ausência de dados quantitativos acerca do envelhecimento da população.

(E) ampliação do endividamento externo da economia brasileira.

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

Desde o início da semana (20.05.2018), caminhoneiros em todo o Brasil suspenderam os transportes e paralisaram rodovias. No Brasil, cerca de 15 milhões de caminhoneiros são responsáveis pela quase totalidade do transporte de cargas que abastecem os brasileiros, principalmente produtos perecíveis. “Acho que ninguém aguenta mais esse aumento geral no custo de vida”, disse um dos caminhoneiros, que entregou uma carga de celulares em São José dos Campos e não tem data para voltar para Salvador, na Bahia, onde mora sua família.

(www.terra.com.br. Adaptado)

A paralização dos caminhoneiros foi motivada, entre outros fatores, pelas críticas da categoria

(A) ao incentivo do governo federal aos modais ferroviário e hidroviário em detrimento do transporte rodoviário.

(B) à política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras, que acompanha a variação das cotações internacionais do petróleo.

(C) à abertura econômica de segmentos relacionados ao transporte rodoviário, o que provocou a alta dos preços dos caminhões e dos combustíveis.

(D) ao reajuste nos preços do óleo diesel pautado na inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

(E) ao aumento dos custos de importação de autopeças, que incide no valor dos fretes praticados pelas transportadoras.

(CEBRASPE/MP PI/2018 – TODOS OS CARGOS)

Pouco a pouco, o Brasil começou a se recuperar dos efeitos causados pela greve dos caminhoneiros, que durou dez dias e paralisou serviços como fornecimento de combustíveis e distribuição de alimentos e insumos médicos, o que deixou o país à beira de um colapso. Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil.

Internet: (com adaptações).

Considerando o assunto do texto apresentado e aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

4. A alta nos preços do óleo diesel foi o principal motivo da greve dos caminhoneiros.

5. O governo brasileiro reagiu imediatamente à greve dos caminhoneiros: ainda no início da paralisação, determinou intervenção militar para garantir o abastecimento nas cidades.

6. A principal reivindicação dos caminhoneiros grevistas era a redução da carga tributária sobre o óleo diesel.

7. O Brasil inclui-se entre os países que possuem a maior concentração rodoviária do transporte de cargas no mundo.

8. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO)



A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, afetou a rotina dos brasileiros e demonstrou a força de mobilização da categoria. Assinale a opção que apresenta uma das reivindicações do movimento grevista.

(A) O fim do tabelamento do frete, substituído pela livre negociação, caso a caso.

(B) A mudança na política de preços dos combustíveis, desatrelando-os da flutuação do dólar.

(C) A diminuição do IPEI e do IOF, impostos que incidem na formação do preço da gasolina e do diesel.

(D) O reconhecimento do seu sindicato nacional, como única e legitima representação da categoria.

(E) A manutenção da malha rodoviária e sua interligação com as principais ferrovias e hidrovias.

9. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

A paralisação dos caminhoneiros vem perdendo força e dá claros sinais de que está próxima do fim. A Polícia Federal Rodoviária (PRF) notificou nesta quinta-feira, 31 de maio, uma grande redução dos pontos de concentração nas rodovias federais. Em todos os Estados, a vida começa a voltar ao ritmo normal.

(Exame, 31.05.18. Disponível em: https://goo.gl/JsGcc2. Adaptado)

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou

(A) a força do transporte aéreo de cargas na reposição dos estoques.

(B) a perda de importância dos derivados de petróleo no abastecimento.

(C) a dependência da economia brasileira em relação ao rodoviarismo.

(D) a relevância e a extensão da malha ferroviária no Brasil.

(E) o investimento crescente do Brasil no transporte fluvial.

10. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

O número de mortes em conflitos agrários cresceu 15% em 2017 na comparação com o ano anterior, num total de 70 assassinatos. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que divulgou os dados nesta quarta-feira (23 de maio de 2018), trata-se do maior número desde 2003. Dentre as mortes registradas, a pastoral destaca quatro massacres que ocorreram na Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia, resultando em 28 assassinatos. O estado do Pará lidera o ranking de 2017 com 21 pessoas assassinadas, dez no massacre de Pau D'Arco, seguido pelo estado de Rondônia, com 17, e pela Bahia, com 10 assassinatos.

(CartaCapital. https://www.cartacapital.com.br. 23.05.2018. Adaptado)

Uma das justificativas para a violência no campo brasileiro relaciona-se

(A) à minifundiarização da produção de matérias-primas agrícolas.

(B) ao processo histórico de concentração fundiária.

(C) à coletivização das terras improdutivas prevista na Constituição.

(D) ao avanço das monoculturas em direção das periferias urbanas.

(E) à industrialização de áreas remotas do território nacional.

11. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Por unanimidade, o Banco Central manteve os juros básicos da economia em 6,5% ao ano, ao mesmo tempo em que sinalizou o fim do ciclo de cortes no juro iniciado em outubro de 2016.

(Folha de S. Paulo, 17.05.18. Disponível em: https://goo.gl/x3xnz4. Adaptado)

Uma das razões para a manutenção dos juros básicos no Brasil é

(A) a crescente geração de emprego.

(B) a tendência de valorização do dólar.

(C) o aumento expressivo da inadimplência.

(D) o cenário de recessão econômica.

(E) a perspectiva de espiral inflacionária.

12. (VUNESP/PM SP/2018 – SOLDADO)

A agência internacional de risco *Standard & Poor's (*S & P) rebaixou nesta quinta-feira (11. jan. 2018) a nota de crédito soberano do Brasil de "BB" para "BB-". Com isso, o rating do país segue sem o selo de bom pagador, mas agora está três degraus abaixo do grau de investimento. Já a perspectiva para a nota mudou de negativa para estável.

(G1 – goo.gl/mnRUWR. Acesso 01.04.2018. Adaptado)

A agência apontou como justificativa para o rebaixamento

(A) o atraso na aprovação da reforma da Previdência para reequilibrar as contas públicas.

(B) o elevado número de desempregados, superior a 12 milhões de pessoas.

(C) o aumento da inflação provocado pela elevação do preço dos combustíveis.

(D) a morosidade na conclusão de obras de infraestrutura como a transposição do rio São Francisco.

(E) a fragilidade da reforma política aprovada pelo Congresso no final de 2017.

13. (VUNESP/PREFEITURA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

O Banco Central reduziu na noite da quarta-feira, 6 de dezembro, a taxa Selic em 0,50 ponto porcentual, de 7,5% para 7% ao ano. Foi o décimo corte consecutivo. Antes do anúncio desta quarta-feira, a Selic mais baixa, de 7,25%, havia sido registrada ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff. Além do corte desta quarta, o BC já sinalizou a intenção de promover nova redução de juros no próximo encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), em fevereiro do ano que vem.

(Estadão, 6 dez. 17. Disponível em: <https://goo.gl/2qVoYv>. Adaptado)

Entre os fatores que contribuíram para a redução da taxa de juros, é correto identificar

(A) o aumento brusco do desemprego.

(B) a persistência da recessão.

(C) o rápido crescimento econômico.

(D) a inflação sob controle.

(E) o aumento do superávit fiscal.

14. (VUNESP/PREFEITURA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

Começaram a valer neste sábado (11 de novembro) as novas regras estabelecidas pela reforma trabalhista. São mais de cem mudanças na relação entre as empresas e os trabalhadores.

(G1, 11 nov. 17. Disponível em: <https://goo.gl/j6hYs4>. Adaptado)

Entre as mudanças estabelecidas, é correto identificar

(A) o fim do salário mínimo, que não servirá mais como parâmetro obrigatório na remuneração dos trabalhadores pelas empresas.

(B) o fim da obrigatoriedade do registro em carteira nas relações de trabalho, com o objetivo de legalizar o trabalho considerado informal.

(C) a formalização do trabalho intermitente, aquele em que não há jornada fixa, podendo o empregado trabalhar em alguns dias ou durante algumas horas.

(D) a incorporação do tempo de deslocamento ao trabalho como parte da jornada, instituindo uma remuneração específica para os empregados que moram longe.

(E) o aumento da contribuição para o FGTS por parte do empregador, com a finalidade de dar mais segurança ao trabalhador em caso de demissão.

15. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)

Acerca da Reforma da Previdência, analise as afirmativas abaixo:

O presidente Michel Temer deve seguir em frente com reformas econômicas em 2018, principalmente no primeiro semestre. Medidas como um novo marco regulatório para o setor de telecomunicações, cadastro positivo para o crédito e a privatização da Eletrobrás têm boas chances de serem aprovadas no Congresso. A maior dificuldade é justamente na reforma mais importante: a da Previdência.

https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-esperar-do-cenario-politico-dobrasilem-2018/

I. Como se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a Reforma da Previdência precisa contar com a aprovação de pelo menos 308 Deputados Federais em dois turnos de votação.

II. A Reforma da Previdência, para ser aprovada, não necessita passar por votação no Senado. Devido ao tema da proposta, basta que a sua aprovação se dê na Câmara dos Deputados.

III. A atual Reforma da Previdência proposta pelo governo do presidente Michel Temer consta no texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287 / 16.

Podemos afirmar corretamente que:

a) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

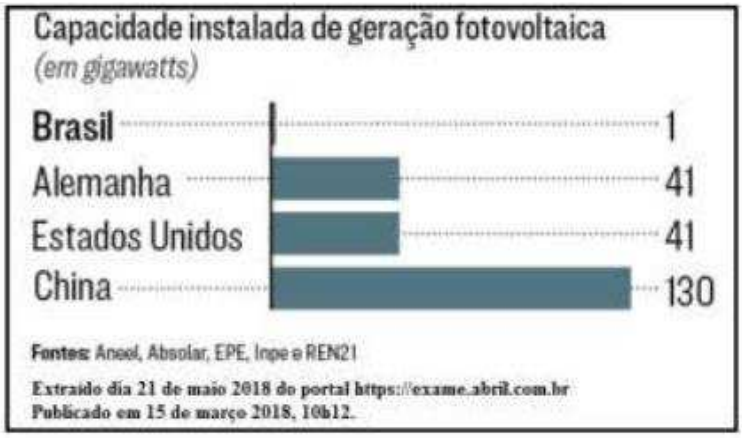
b) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

c) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

16. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)

A análise do gráfico abaixo nos permite concluir que:



a) A partir de 2018 passou a ser permitido que qualquer consumidor brasileiro possa produzir a sua própria energia elétrica e comercializá-la com quem preferir.

b) O Brasil, apesar de ter uma baixa incidência solar, se destaca como uma das maiores potências produtoras de energia solar do mundo.

c) No que diz respeito à capacidade instalada de geração fotovoltaica, o Brasil está atrás de países que têm menor nível de incidência solar.

d) O Brasil já conseguiu inverter a sua matriz elétrica que, antes era altamente dependente da água como fonte primária, e agora depende quase que exclusivamente de fontes renováveis como o sol e os ventos.

17. (FCC/PC-AP/2017 – DELEGADO DE POLÍCIA)

Em passado recente as três grandes agências internacionais de classificação de risco voltaram suas atenções para a economia brasileira. Sobre esse fato considere as afirmações:

I. A classificação de risco (*rating*) soberano é a nota dada por agências classificadoras de risco que avaliam a capacidade e a disposição de um país em honrar, pontual e integralmente, os pagamentos de sua dívida.

II. As agências atribuem as notas de risco de crédito apenas a Estados nacionais, mas excepcionalmente podem avaliar empresas, especialmente estatais que estão em vias de desestatização.

III. Desde final de 2016 as principais agências de risco incluíram o Brasil no grupo de países com classificação A-, isto é, país com baixo grau de investimento financeiro.

IV. Quanto pior for a classificação de risco maior são os juros cobrados pelos investidores para emprestar dinheiro, o que amplia a crise econômica do país endividado.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e IV.

e) III e IV

18. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR – BA/2017 – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II - DIREITO)

O IBGE divulgou que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao quarto trimestre do mesmo ano, já retirados os efeitos sazonais. É o primeiro número positivo desde o final de 2014, e o principal fator para este resultado foi o desempenho do setor agropecuário, que cresceu 13,4% no período. Os serviços, que respondem por mais de 70% do PIB, ficaram estáveis. A indústria também teve resultado positivo, com alta de 0,9%.

(Adaptado de http://www1.folha.uol.com.br/mercado/)

Com relação ao desempenho positivo do agronegócio brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. O agronegócio é responsável por uma grande parte da produção nacional brasileira, impulsionando também a demanda em outros segmentos, como, por exemplo, o de insumos e o de transporte de cargas.

II. O agronegócio tem papel relevante no incremento das exportações brasileiras para países orientais, sobretudo a China, que concentram a demanda em produtos do complexo da soja.

III. O agronegócio expandiu suas cadeias produtivas graças à ampliação de áreas de cultivo e ao desenvolvimento de novas tecnologias, sendo responsável pela geração de empregos no campo.

Está correto o que se afirma em

a) I, somente.

b) II, somente.

c) III, somente.

d) I e II, somente.

e) I, II e III.

19. (CESPE/PM AL/2017 – SOLDADO COMBATENTE)

BRIC é um acrônimo que se refere aos países-membros fundadores do grupo político de cooperação: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, o S foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: South Africa) ao grupo. Os membros fundadores e a África do Sul estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. O bloco é geralmente referido como os BRICS ou países BRICS ou, alternativamente, como os Cinco Grandes.

Internet: <http://pt.wikipedia.org> (com adaptações)

No que se refere a aspectos da política externa e da economia brasileiras, julgue o item a seguir.

A economia brasileira está em franca expansão, com recorde de aumento do índice de emprego e da renda dos trabalhadores, devido à demanda chinesa por produtos industrializados brasileiros.

20. (CESPE/CBM AL/2017 – OFICIAL COMBATENTE)

Desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental. A respeito dos múltiplos aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, julgue o próximo item.

Alagoas destaca-se pela concentração de parques eólicos, sendo o principal responsável pelo desempenho positivo da região Nordeste na produção de energia eólica em relação ao resto do Brasil.

21. (CESPE/CBM AL/2017 – SOLDADO COMBATENTE)

tecnologia

tec·no·lo·gi·a

sf

1 Conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos a arte, indústria, educação etc.: “O ensaio me pareceu muito bem craniado. Só notei que estás demasiadamente fascinado pela tecnologia. Daí a aceitar sem reservas a tecnocracia é um passo muito curto” (EV).

2 Conhecimento técnico e científico e suas aplicações a um campo particular: “Os serviços de informação e inteligência do Departamento de Estado norte-americano já dispunham de tecnologia suficiente para rastrear o encontro num quarto de hospital de dois personagens secundários […]” (CA).

3 POR EXT Tudo o que é novo em matéria de conhecimento técnico e científico.

4 Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático.

5 Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: Vivemos o momento da grande tecnologia.

Internet: <http://michaelis.uol.com.br>

Tendo a definição apresentada como referência inicial, julgue o seguinte item, que trata de múltiplos aspectos relacionados à tecnologia.

O Brasil tem sido pioneiro no emprego de tecnologia relacionada ao uso de biocombustíveis para automóveis em larga escala, podendo ser citadas como exemplos desse pioneirismo tanto a produção de etanol como a dos chamados carros flex.

22. (VUNESP/CÂMARA DE PORTO FERREIRA – SP/2017 – ASSESSOR DE IMPRENSA)

Leia a notícia de 16 de agosto de 2017.

Ciente de que a revisão da meta fiscal seria inevitável, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) entrou em contato, nesta semana, com representantes das três grandes agências internacionais de classificação de risco e pediu que esperassem um trimestre para tomarem qualquer decisão.

(F.S.P goo.gl/FyEFCB. Acesso em 23.09.2017. Adaptado)

A preocupação de Meirelles está relacionada

a) à necessidade de o Brasil se manter no grupo de países com classificação A–, isto é, países com tendência a receber investimentos.

b) ao fato de que as futuras privatizações planejadas nos setores elétrico e aeroportuário possam ser prejudicadas por desconfiança dos investidores.

c) à redução da capacidade de o Brasil importar bens de capital de países industrializados que se sintam ameaçados de calote.

d) ao aumento dos juros a serem pagos aos credores internacionais, caso o rebaixamento do Brasil atinja nota inferior a B.

e) à possibilidade de as agências rebaixarem novamente a nota de risco do Brasil e ampliarem a crise econômica por desencorajar investidores estrangeiros.

23. (VUNESP/PREFEITURA DE ITANHAÉM – SP/2017 - FISIOTERAPEUTA)

O Programa de Parcerias de Investimento (PPI) discute, dentro do governo Michel Temer, as concessões e privatizações. O PPI divulgou nesta quarta um calendário prevendo uma série de ações voltadas para leilão de novos bens públicos. O objetivo é o de elevar as receitas do governo em um momento de arrecadação fraca, e tentar cumprir a meta fiscal.

(G1, 23.08.2017. Adaptado)

Entre os ativos que o governo pretende incluir no Programa de Parcerias de Investimento, é correto identificar

a) a Casa da Moeda, a Eletrobras e o aeroporto de Congonhas.

b) a Vale do Rio Doce, a Radiobrás e o porto de Santos.

c) o Banco do Brasil, a Embratel e os Correios.

d) a Petrobras, a Companhia Siderúrgica Nacional e o BNDES.

e) a Caixa Econômica, a usina de Itaipu e a base espacial de Alcântara.

24. (VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA – SP/2017 - AUXILIAR DE ESCRITA)

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse hoje (13/10) em Washington que é possível privatizar a estatal até 2018. “É possível e deverá ser tão importante quanto a privatização das

telecomunicações", afirmou o ministro durante palestra promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

(E.B.C. goo.gl/cLs9Tn. Acesso em 15.10.2017. Adaptado)

A estatal a ser possivelmente privatizada é

a) o Banco do Brasil.

b) a Eletrobras.

c) a Petrobras.

d) a Lotex (loterias instantâneas).

e) a Caixa Econômica Federal.

25. (VUNESP/PREFEITURA DE ITANHAÉM – SP/2017 - RECEPCIONISTA)

Sob protestos em ao menos sete estados e no Distrito Federal, o Senado aprovou nesta terça-feira (13/12), por 53 votos a favor e 16 contra, a Proposta de Emenda à Constituição 241, a chamada PEC do Teto.

(FSP – http://folha.com/no1840989. Acesso em 16 jun. 2017. Adaptada)

A proposta, prioridade do governo Michel Temer no Legislativo em 2016,

a) objetiva controlar a inflação até o ano de 2020.

b) reduz o número de ministérios e órgãos federais.

c) controla os aumentos salariais do Poder Judiciário.

d) suspende as importações de bens considerados supérfluos.

e) limita o aumento dos gastos federais por até 20 anos.

26. (VUNESP/CÂMARA DE VALINHOS – SP/2017 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O Senado aprovou nesta terça-feira (11 de julho de 2017) o texto da reforma trabalhista. A reforma muda a lei trabalhista brasileira e traz novas definições sobre as relações de trabalho. O texto foi sancionado na quinta-feira (13 de julho) pelo presidente Michel Temer. As novas regras entram em vigor daqui a quatro meses, conforme previsto na nova legislação.

(G1, 11 jul. 17. Disponível em:<https://goo.gl/EzqDow>. Adaptado)

Entre as principais mudanças aprovadas nessa reforma, é correto identificar

a) a abolição do salário mínimo como piso obrigatório para a remuneração de trabalhadores dos setores industrial, comercial e de serviços.

b) o fim da arrecadação do FGTS pelas empresas e pelos trabalhadores, com a imediata incorporação ao salário dos valores antes destinados à contribuição patronal.

c) a flexibilização da jornada, que poderá se estender até 12 horas diárias com 36 horas de descanso, respeitando-se as 44 horas semanais, além das horas extras.

d) a redução do período de férias obrigatórias de 30 para 20 dias para cada ano trabalhado, com a opção de metade do período ser pago em forma de abono.

e) a possibilidade de negociação do tempo de intervalo destinado ao almoço dentro da jornada de trabalho, com sua extinção se houver acordo entre as partes.

27. (FCC/PM AP/2017 – SOLDADO)

Com a aprovação no dia 11 de julho pelo Senado Federal, várias regras da atual legislação serão alteradas e começarão a valer para todos os contratos atuais no Brasil a partir do momento em que entrar em vigor, no mês de novembro (120 dias após a sanção do presidente, feita no dia 13 de julho).

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em: 22/07/2017)

A notícia faz referência à reforma

(A) política.

(B) da previdência

(C) do código civil.

(D) trabalhista.

(E) do estatuto da terra.

28. (2017/FCC/PM AP – SOLDADO)

A balança comercial brasileira registrou em maio (2017) superávit (exportações maiores que importações) de US$ 7,66 bilhões, informou nesta quinta-feira (1º) o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Trata-se do maior superávit para um único mês desde o início da série histórica do MDIC, que tem início em 1989, ou seja, o maior superávit mensal em 29 anos.

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em: 20/07/2017)

Entre os produtos exportados responsáveis pelo superávit destacam-se

(A) os automóveis e o trigo.

(B) a madeira e o feijão.

(C) a soja e o ferro.

(D) as bebidas e os sapatos.

(E) as máquinas pesadas e o petróleo.

29. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - ADVOGADO)

“Estamos vivendo uma era em que muitos de nós precisaremos desenvolver habilidades semelhantes às dos empreendedores quer tenhamos desejado isso ou não. O mercado de

trabalho que nós adultos conhecemos passa por uma profunda transformação na esteira de robotização, flexibilização de regras trabalhistas e aposentadoria mais tardia."

(Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ericafraga/2017/11/1937194-sete-habilidades-que-voce-precisara-ter-no-novo-mundodo-trabalho-flexivel.shtml.)

Na esteira de todas essas mudanças, destacam-se os chamados contratos intermitentes. Nesse tipo de trabalho,

a) a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, podendo ocorrer alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.

b) que já era comum e foi apenas alterado recentemente pela Lei da Terceirização, o tempo máximo de contratação é de uma semana, ou duas, em casos especiais.

c) ao ser desligado, o profissional não tem direito a seguro-desemprego ou a qualquer outro direito trabalhista, exclusividade atribuída apenas aos trabalhadores celetistas.

d) o trabalhador não fica à disposição da empresa, e só trabalha quando é chamado, embora não possa prestar serviços para mais de um contratante de cada vez ou repetir a empresa.

30. (IDECAN/CRO-AL/2017 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

A partir da mudança do século, os novos projetos de usinas hidrelétricas ficaram sujeitos a uma nova sensibilidade da sociedade à questão ambiental, e isso representou uma mudança de paradigma no setor elétrico. Em relação à matriz elétrica brasileira, principalmente nos últimos tempos, é coerente afirmar que

a) o setor elétrico brasileiro sempre foi expressivamente limpo, baseado majoritariamente em fontes de energia renováveis.

b) as fontes solar e eólica foram a salvação energética do país, constituindo, atualmente, mais de 60% da fonte de energia do país.

c) só a partir das últimas décadas do século passado, com a crescente preocupação ambiental, o setor energético passou a priorizar fontes renováveis.

d) a crise hídrica iniciada a partir do início do século XX tornou inviável manter a energia elétrica renovável, substituída radicalmente pelos combustíveis fósseis.

31. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

"Publicada em 2007, a Matriz Energética Brasileira 2030 compõe com o Plano Nacional de Energia 2030 o par de relatórios principais que consolidam os estudos desenvolvidos sobre a expansão da oferta e da demanda de energia no Brasil nos próximos 25 anos."

(Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/publicacoes-e-indicadores/matriz-energetica-nacional-2030.)

Um dos destaques das formas alternativas de geração de energia no Brasil é a eólica. Neste ano, o País se tornou o 10º maior gerador de energia eólica no mundo. A região do Brasil com o maior potencial de produção de energia elétrica a partir dos ventos é:

a) Sul.

b) Nordeste.

c) Sudeste.

d) Centro-oeste.

32. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - AGENTE DE VIGILÂNCIA)

Desde os primórdios da humanidade, o homem buscou fontes de energia para melhorar o desempenho de suas ações e do seu trabalho. Sobre fontes de energia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O petróleo é um exemplo de fonte de energia não renovável.

( ) A maior parte das fontes de energia consumidas no mundo hoje são de fontes renováveis.

( ) Fontes de energia renováveis são aquelas que se recompõem na natureza, em um período relativamente curto de tempo.

A sequência está correta em

a) F, F, F.

b) F, F, V.

c) V, F, V.

d) V, V, F.

33. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)

Sobre o transporte rodoviário, o principal modal de integração do território brasileiro, sendo responsável por grande parcela dos fluxos, de mercadorias e pessoas, dentro do país, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) É o mais flexível e o mais ágil no acesso às cargas, permite integrar regiões, mesmo as mais afastadas, bem como o interior dos países.

( ) Possui rapidez na entrega da carga em curta distância, além de ser peça fundamental da multimodalidade e da intermodalidade.

( ) Tem o menor custo de infraestrutura e a maior capacidade de carga entre todos os modais.

( ) É considerado um meio de transporte limpo, por ter baixa emissão de poluentes.

A sequência está correta em

a) F, V, F, V.

b) V, F, F, V.

c) V, F, V, F.

d) V, V, F, F.

34. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)

"Entende-se por transporte dutoviário aquele efetuado no interior de uma linha de tubos ou dutos realizados por pressão sobre o produto a ser transportado ou por arraste deste produto por meio de um elemento transportador. Assim, toda dutovia deve ser constituída de três elementos essenciais: os terminais, com os equipamentos de propulsão do produto; os tubos; e, as juntas de união destes." (Arquivo do curso de Logística na FADITU.)

Sobre o transporte dutoviário, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Permite que grandes quantidades de produtos sejam deslocadas de maneira segura, diminuindo o tráfego de cargas perigosas por caminhões, trens ou navios.

( ) Contribui preponderantemente com o aumento do desmatamento se comparado a outros modais de transporte.

( ) Possui elevado custo de manutenção, sem contar os elevados indicadores de acidentes e roubos de cargas que são facilitados.

( ) Pode dispensar armazenamento, simplifica o procedimento de carga e descarga e diminui custos de transportes.

A sequência está correta em

a) F, V, F, V.

b) V, F, F, V.

c) V, F, V, F.

d) V, V, F, F.

35. (IBEG/PREFEITURA DE MENDES RJ/2016 – ADVOGADO)

Segundo dados oficiais, os preços no Brasil fecharam o ano de 2015 com alta de cerca de 10%, ou seja, a maior alta de preços desde 2002. Sobre a inflação, e os impactos na economia brasileira, assinale a alternativa incorreta:

a) Os aumentos na conta de luz e no preço dos combustíveis foram os principais responsáveis pelo aumento da inflação.

b) Num ambiente de inflação elevada, os investidores preferem aplicar no setor produtivo do que deixar o dinheiro em bancos evitando assim a perda do capital pelos baixos índices de correção determinados pelo governo.

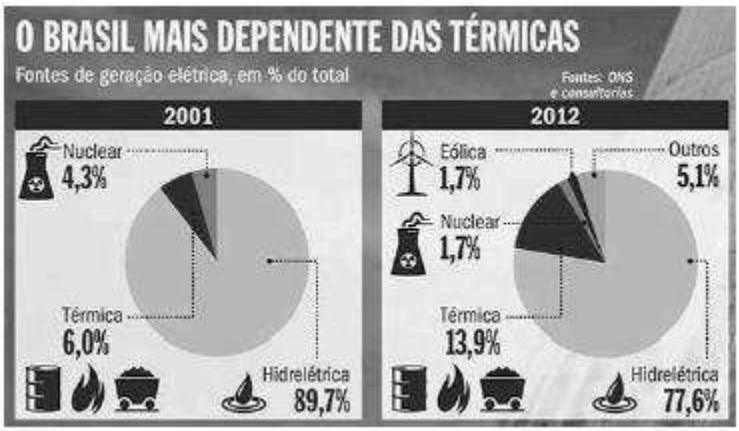
c) É comum países elevarem as taxas de juros como mecanismo de controlar a inflação. A ideia é que, com juros elevados o consumo diminui, forçando os preços a caírem.

d) Uma crise inflacionária pode causar aumento da especulação financeira, na medida em que investidores externos, em busca de rendimentos altos e rápidos, costumam realizar investimentos em países com alta inflação, buscando tirar vantagens das altas taxas de juros. Este capital especulativo pode ser danoso para a economia de um país, haja vista a volatilidade desse capital, que causa instabilidade no mercado de câmbio.

e) A meta de inflação estipulada pelo governo brasileiro é de 4,5%, com margem de dois pontos para mais ou para menos.

36. (FGV/DPE MT/2015 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Analise a imagem a seguir.



(http://planetasustentavel.abril.com.br/imagem/ as-termicas-a-todo-vapor-Meio2.jpg 2013)

Com relação aos impactos socioambientais decorrentes da evolução da matriz energética brasileira desde 2001, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) O uso de usinas termelétricas pertence a um modelo elaborado após a crise energética de 2001, para diversificar as fontes de fornecimento de eletricidade.

( ) As usinas termelétricas são alimentadas pela queima de combustíveis fósseis, o que gera a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global.

( ) A geração de energia elétrica brasileira assenta-se majoritariamente em fontes não renováveis, cuja exploração tem forte impacto ambiental.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.

b) F, V e V.

c) V, F e F.

d) V, V e F.

e) F, F e V.

37. (CESGRANRIO/BAMAN/2015 – TÉCNICO CIENTÍFICO)

Segundo a reportagem do Jornal Folha de São Paulo, do dia 17 de maio de 2014, a cidade de Houston, no Texas (EUA), apresentou baixos índices de desemprego e um crescimento do PIB de 5,5%, segundo dados de 2013. Para os especialistas, os setores de petróleo e gás seriam os principais responsáveis, graças à exploração do gás de xisto, que apresenta vantagens econômicas e consequências ambientais.

Qual a principal consequência ambiental dos avanços tecnológicos na extração do gás de xisto?

a) A nova tecnologia do *fracking* reduz a contaminação do lençol freático.

b) A maior produtividade em cada poço elimina o risco de desmoronamentos de camadas superiores do solo.

c) A perfuração vertical aumenta a capacidade de extração do gás, mas aumenta os riscos de contaminação dos solos.

d) A inovação tecnológica aumenta a capacidade de extração do gás, mas, consequentemente, reduz a estabilidade das camadas superiores do solo.

e) A maior produtividade proporcionada pela nova tecnologia pode provocar o rompimento do revestimento de concreto que sela os canos de metal, protegendo, assim, o lençol freático e o solo.

38. (FCC/DPE RR/2015 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reuniu nesta quarta-feira (21/10) e manteve novamente os juros básicos da economia brasileira em 14,25% ao ano – permanecendo assim no maior patamar em nove anos. Em setembro, na reunião anterior do Comitê, os juros já tinham ficado inalterados.

(Adaptado de: http://g1.globo.com/economia/noticia)

O Copom é órgão

a) do Banco Mundial.
b) do Banco do Brasil.
c) do Banco Central do Brasil.
d) do Fundo Monetário Internacional – FMI.
e) da Caixa Econômica Federal.

39. (IADES/ELETROBRAS/2015 – MÉDICO DO TRABALHO)

A energia eólica, produzida a partir da força dos ventos, é abundante, renovável, limpa e encontra-se em fase de expansão no Brasil. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

a) Após intensa avaliação técnica, nos últimos 10 anos, verificou-se reduzido potencial eólico no Nordeste brasileiro por causa da baixa velocidade e da direção dos ventos na região.

b) Fortes investimentos feitos na região Centro-Oeste fizeram com que a participação da energia eólica na matriz energética brasileira atingisse, em 2014, mais de 20%.

c) O Brasil possui pouco mais de 10 parques eólicos em operação, sendo que a maioria está instalada no Rio Grande do Sul.

d) Essa energia é gerada por meio de termogeradores, nos quais a força do vento, em temperaturas ambientais superiores a 45 ^{o}C, é captada por hélices ligadas a uma turbina que aciona um gerador elétrico

e) Para que a energia produzida pelos parques eólicos seja, de fato, distribuída para os grandes centros consumidores, é necessária a ampliação da malha de linhas de transmissão atualmente disponível.

(CESPE/FUB/2015 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)

Depois de quase esgotar o seu potencial hidrelétrico na última década de 90, o Nordeste ressurge como a grande sensação da energia alternativa. Até 2023, a geração de novas fontes renováveis — como eólica e solar — vai representar 60% da matriz energética da região. Juntas, as usinas vão somar 22 mil megawatts de potência instalada, mais que o dobro da atual capacidade hídrica do Nordeste e quase metade da geração alternativa prevista para o país.

O Estado de S.Paulo. 11/1/2015, p. B6 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência, julgue o item, considerando os diversos aspectos relativos ao tema tratado.

40. A grande vantagem das usinas hidrelétricas, se comparadas a outras fontes de energia, como a solar e a eólica, é o quase inexistente impacto ambiental por elas causado.

41. Mesmo diante do baixo potencial solar da região Nordeste, a instalação de parques eólicos na área é economicamente atrativa.

42. Um possível benefício dos parques eólicos a que o texto remete é que, quando instalados em áreas pouco desenvolvidas economicamente, eles podem melhorar a renda da população cujas opções de emprego são precárias.

43. A descoberta de petróleo na camada do pré-sal é considerada a redenção econômica da região Nordeste, fato que se deve, sobretudo, ao baixo custo de extração do petróleo nessa camada.

44. (VUNESP/TJ SP/2015 – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO)

BC acelera ritmo e sobe juro para 11,75% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central acelerou o ritmo de alta e subiu a taxa básica de juros da economia em 0,5 ponto percentual nesta quarta-feira (3 de dezembro),

de 11,25% para 11,75% ao ano. Em outubro, os juros tinham avançado menos: 0,25 ponto percentual. Esse foi o segundo aumento seguido da taxa Selic, que está no maior patamar em três anos.

(G1, 3 dez.14. Disponível em <http://goo.gl/Xz34C0>. Adaptado)

O Banco Central justificou a sua decisão por conta

a) da alta taxa de desemprego.
b) da estagnação da economia.
c) da inflação persistente.
d) da desaceleração da economia dos EUA.
e) do quadro de recessão técnica.

16 – GABARITO

1. B
2. A
3. B
4. C
5. E
6. C
7. C
8. B
9. C
10. B
11. B
12. A
13. D
14. C
15. B
16. C
17. C
18. E
19. E
20. E
21. C
22. E
23. A
24. B
25. E
26. C
27. D
28. C
29. A
30. A
31. B
32. C
33. D
34. B
35. B
36. D
37. D
38. C
39. E
40. E
41. E
42. C
43. E
44. C
45. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.